

ATA 238ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezoito de outubro de dois mil e dezoito, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima oitava Plenária Ordinária do CEAS, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Deborah Ackerman - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Gilberto Donizete Ribeiro - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Luanda do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas - CMAS de Leopoldina, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, Cristiane Isabel Felipe – Sacramentinos, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Elerson da Silva – Cáritas, Simone Aparecida Albuquerque -Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues – Seplag, Magda Lucia Diniz e Silva Rocha – SES, Silvana Célia de Campos – SEE, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo - CMAS de Juiz de Fora, Camila Rita da Silva - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/SEDA, Patrícia Carvalho Gomes – CMAS Nova Lima, Cecília de Araujo Carvalho - Associação Quilombola Porto Pontal, César Augusto Calinçani Pereira, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Eleniudes Santos Silva - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Márcio José Ferreira - Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB, Marleide Marques Castro - Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Ana Cristina de Resende Dias – SEF, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Cláudia Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Fernanda Silva Souza, Maria de Paula Ribeiro, Leonardo Lobato Martins Costa, Maria Regina Varela Caldeira, Mисley Mielly de Castro Costa, Raquel Trindade de Freitas Freire, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidado: Alexandre R., Jaime Rabelo, Gabriele Silva, Sandra. **Simone:** Bom dia a todos e a todas a quero começar esse dia cumprimento os conselheiros e as conselheiras, cumprimentar a nossa querida dona Arlete, cumprimentar o Gilberto, cumprimentar o Isac, o Helder, cumprimentar o índio Irajá, pedir a Deus para orientá-lo para ele não vergar, para Deus iluminá-lo, bem vindo a nosso pleno espero de fato que a gente tenha uma boa plenária, no momento tão difícil, tão aflito que nós todos estamos nele, vamos aproveitar pra gente fazer uma reunião de Conselho, enquanto ainda a gente tem oportunidade de fazer a reunião de

Conselho, bem eu vou também passar aqui para dona Arlete para ela fazer os cumprimentos, vou pedir a ela que me ajude a coordenar a reunião de hoje, nós duas, que a senhora colabore também aqui conosco, então eu vou passar pra senhora cumprimentar. **Arlete:** Bom dia a todas e todos, eu li em algum lugar que a gente pode escolher ser feliz ou não, e aí nós temos que fazer essa escolha, a gente precisa ser feliz nós nascemos para sermos feliz e essa é a nossa escolha mas a gente também aprendeu na vida que ser feliz não é só querer, a gente precisa conquistar, eu acredito nisso até porque ninguém é feliz todos os dias, uma outra coisa também é que tudo que nós conseguimos até agora, faz parte de luta nossa mas também dos nossos antepassados e então é com esse sentimento do desejo e da certeza que o sol há de brilhar mais uma vez, e vamos que vamos. Bom dia. **Simone:** Que o amor seja eterno enquanto dure. Vou passar também para a nossa Secretária Executiva para que ela possa também cumprimentar os conselheiros e também pra que ela possa aferir o quórum pra nós e justificar as ausências. **Consolação:** Bom dia a todas e todos, nós estamos aqui com 14 conselheiros em condição de titularidade, justificaram ausência nessa plenária, presidente Rodrigo de férias, conselheiro Felipe - CMAS de Campo Belo compromissos familiares, Wilson - Secretaria da Fazenda, Fabrícia da Seapa compromisso de trabalho, Márcio Caldeira, férias ele é da Assprom, Soyla- CMAS de Paracatu em virtude de uma cirurgia. **Simone:** Obrigada Consolação, agora nós vamos fazer apreciação da pauta, hoje agora nós vamos começar os informes eu peço a todos aí que os informes oficiais, tanto o Cogemas quanto a Cib, a Sedese, a Mesa Diretoria, o representante do Conselho na reunião de monitoramento da Rede Cuidar, e todos os conselheiros que tiverem informes por favor para se preparar, e depois nós vamos começar pelas comissões temáticas e só pra que a gente possa ter um nível de organização do relato das comissões, nós conversamos ontem na presidência ampliada nós vamos priorizar as comissões que tem resoluções para serem deliberadas pelo pleno, então vamos começar pelas comissões de acompanhamento de conselhos, de política, depois de normas e por fim a de orçamento, tendo em vista que a de orçamento nós não temos resolução para o pleno, tudo bem? E aí depois nós temos o encerramento dos nossos trabalhos, ok gente? Então podemos começar pelo Cogemas? **Gilberto – Cogemas:** Bom dia a todos e todas, Gilberto – Cogemas, eu a Ivone vamos dividir os informes a gente tem a agenda de descentralização então a reunião do Cogemas desse mês vai ser em Varginha no Sul de Minas no dia 23 de outubro, a gente vai levar o tema da gestão financeira e orçamentária do Sistema Único de Assistência Social, tem a professora Patrícia Rodrigues, especialista em gestão do Suas que vai estar lá apresentando esse tema junto com a nossa querida Simone Albuquerque, nossa vice-presidente, e vai estar nosso mediador nosso presidente, o José Crus, então é importante também divulgar para os gestores e gestoras, que vocês conhecem os para gente fortalecer esse encontro também no Sul de Minas, que é uma proposta que a gente já vem fazendo todo esse ano, é um diferencial da nossa gestão também, tirar também esses encontros de maneira de descentralizar, no dia 17 também teve um ato do Cogemas – Colegiado Nacional dos Gestores pela

recomposição do orçamento que eles já estão de novo naquela história ameaçadora de corte no orçamento pela metade então a gente ver que tem também um movimento de resistência do Colegiado Nacional e aqui do nosso Conselho também que resiste muito bem, então vou passar para Ivone, também tem alguns informes.

Ivone: Só lembrando também que nós tivemos a reunião ampliada que foi no dia 26 de setembro que foi aqui em Belo Horizonte, foi uma reunião muito calorosa porque tivemos a presença do Dr. Márcio e assim com muitos gestores colocando essa dificuldade da relação com o judiciário e foi muito interessante, um debate muito bom, e dentro destas articulações nacional o Cogemas Nacional está chamando de novo para outro corpo a corpo com o Congresso para o dia 07 de novembro onde espera-se agora foi poucos estados igual Minas Gerais nós não conseguimos está presente nesse que teve dia 17, dia 07 de novembro é um outro corpo a corpo com os deputados, e está sugerindo todos os gestores fazer essa discussão com os seus parlamentares a relação aqui em Minas a gente defender, descobrir os parlamentares que defendem o Suas e que possam nesse dia 07 fazer um corpo a corpo porque houve alguns avanços mas ainda não chega o que é preciso em prol para ofertar todo serviço, benefícios e os programas já existentes, ainda tem uma lacuna muito grande ainda com relação ao orçamento 2019, então se a gente puder também articular para esse dia 07 de novembro seria interessante.

Simone: Agradeço ao Cogemas eu vou lembrar a reunião da Cib gente, peço desculpas mas enquanto isso eu vou passar aqui para a Marta Silva para ela fazer os informes da Sedese, por favor.

Marta: Bom dia a todos e todas, então a gente começa os informes da Sedese desse mês relatando a esse Conselho que nós tivemos uma audiência com a Promotoria de Justiça aqui de Belo Horizonte, a Prefeitura Municipal e a Sedese pra tratar de assuntos da Proteção Social ao Idoso no município de Belo Horizonte, dada a demanda apresentada pela promotoria de ampliação do programa Maior cuidado, então como encaminhamento da reunião foi agendada a realização no mês de novembro de uma oficina interinstitucional entre Prefeitura, Sedese e a Promotoria com o objetivo de fortalecer a Proteção Social ao Idoso no município de Belo Horizonte, então foi realizada também uma oficina de discussão de estratégia e atendimento de gestão de serviços regionalizados realizada no dia 25 de setembro na Cidade Administrativa com o objetivo de discutir o caderno de orientações de serviços regionalizados da proteção social especial e as comissões regionais de gestão compartilhada do protocolo de gestão e do atendimento compartilhado, então são vários produtos que a Oficina trabalhou e ainda consórcios públicos e a possibilidade de ampliação da proteção social especial, nessa oficina nós tivemos 37 participantes dentre os quais a diretoria do Cogemas outros representantes de outros municípios abrangidos pelo serviços regionalizados, os coordenadores dos CREAS da regiões do Vale do Jequitinhonha, Médio, Baixo, Mucuri e Alto Jequitinhonha, representantes desse Conselho Estadual, do Ministério Público além dos servidores da Sedese e da Secir que é a Secretaria de Cidade e Integração regional, como encaminhamento da Oficina ela foi resultado da reunião ordinária da Cib de junho em que também na Cib foi discutido o regimento interno das comissões regionais e aí a oficina foi o resultado

desse encaminhamento e necessidade de melhor discussão das estratégias de regionalização por isso que justificou a realização da oficina, também estão sendo realizadas visitas técnicas da equipe do MDS em Belo Horizonte e em Juiz de Fora e aí a gestão dos municípios e a gestão do estado foram convidados para acompanhar e apoiar as visitas, as visitas tem como objetivo a verificação de serviços sócio assistencial do Suas, em Belo Horizonte foi realizada nos dias 15 e 16 deste mês, essa semana portanto, em Juiz de Fora está programado para os dia 30 e 31 deste mês ainda, em Belo Horizonte o que aconteceu nessa semana no dia 15 foi uma reunião com a gestão da Prefeitura, no mesmo dia a tarde reunião com o Conselho Municipal e aí no dia seguinte foi realizada visitas aos Cras Zilah Spósito e Cras Mantiqueira, também nessa semana dia 17 foi realizada a reunião ordinária do Neep Suas que teve como pauta tanto a supervisão técnica como ação de capacitação da educação permanente e também a discussão da minuta de resolução sobre os parâmetros de educação permanente em Minas Gerais que o Ceas encaminhou para que a comissão fizesse a discussão antes de novo ser pautada aqui no Conselho, a próxima reunião do Neep está agendada para o dia 28 de novembro, vai ser apresentada uma delação da Fundação João Pinheiro sobre a execução do programa Capacita Suas, o outro informe é que está aberto o demonstrativo sintético anual do Suas conforme uma portaria CNAS do dia 19/09 desse ano, referente ao exercício de 2017, já está disponível e aí a gente chama atenção que o prazo já teve início no dia 24 de setembro e que aí os gestores tem 60 dias para fazer o preenchimento e os Conselhos 30 dias, então é preciso divulgar isso aí e a gente fazer um esforço, outra informação é que está programado uma vídeo conferência para o dia 29 de outubro na segunda-feira da próxima semana, em que o estado vai prestar orientações sobre o preenchimento do demonstrativo anual físico / financeiro dos recursos do Fundo Estadual do Feas e aí vai ser uma vídeo conferência pela manhã de 09:00 às 19:00, os públicos são gestores, técnicos dos fundos, conselheiros vão ser disponibilizadas na vídeo conferência 2 vagas para cada município porque tem limite de capacidade das salas também e as inscrições já estão abertas e acabam no dia 28 de outubro, 1 dia antes da realização da vídeo conferência, outro vídeo conferência que vai ser realizada e já estava programada esse conselho tem conhecimento para inclusão os beneficiários do BPC no cadastro único, vai acontecer no dia 6 de novembro também pela manhã e também serão disponibilizadas 2 vagas, e o público são gestores, gestores do programa bolsa família e cadastro único e a coordenação e os técnicos da proteção básica dos municípios para que a gente alcance e comprometa o cadastramento de todos no BPC e por fim o último informe é que também já está aberto o prazo do sistema de monitoramento do programa Rede Cuidar, ele termina dia 2 desse mês a previsão é que ele seria fechado no dia 21 agora só que foi prorrogado o prazo para o dia 28, então tem uma semana a mais, para que as unidades sócio assistenciais contempladas com o programa Rede Cuidar faça o preenchimento do monitoramento é um monitoramento que o decreto estadual que instituiu a Rede Cuidar prevê portanto é um procedimento de norma, normativo legal que precisa ser cumprido, o preenchimento é no sistema do próprio Rede Cuidar, no sistema tem

todo material de apoio e ali também tem disponíveis todos os telefones que a Sedese vem operando para poder apoiar e esclarecer dúvidas com relação ao monitoramento. Obrigada, com dia. **Simone:** Muito obrigado Marta, eu vou passar para a Consolação que a gente está tentando aqui recuperar as informações da Comissão Intergestores Bipartite, então o pessoal vai fazer o relato da mesa diretora, o pessoal está pedindo pra gente ver aqui, vocês viram que vai ser feito um apoio técnico à Juiz de Fora, então como vai o Ministério, vai a Sedese também é bom a gente tirar uma representação de conselheiro aqui para acompanhar a caravana à Juiz de Fora, porque o conselho tem debatido bastante a situação lá em Juiz de Fora, então a gente queria ver aqui quem pode dia 30 e 31 de outubro, conselheira Patrícia você pode? Conselheira Débora você pode? O que tem em Divinópolis? Passou para dia 30 e 31, o João está se dispondo a ir, mas quem participou da discussão? o ideal que seja alguém da comissão de política, a conselheira Camila se dispõe? **Camila:** Eu vou mandar uma mensagem aqui para o meu superintendente porque a gente já tinha uma agenda para o dia 30, se ele me liberar eu falo daqui a pouco. **Simone:** Cadê o coordenador da comissão de política aí a comissão ver quem vai pela comissão, Camila vai olhar se ela pode e se não puder vai outra pessoa da própria comissão. **Consolação:** O informe da mesa diretora, então reuniu-se e estavam presentes a Simone, coordenando a mesa diretora, Arlete, Gilberto, Isac, Ivone, Bruno, o Helder justificou a ausência porque tinha uma reunião de trabalho e o presidente é porque está de férias, foi apreciada a pauta de hoje, além disso passamos também sempre o que vai ser tratado nas comissões, houve um atendimento da diretoria de defesa e reparação de direitos humanos da Sedpac, que solicitou uma reunião pra tratar dos direitos da população em situação de rua de Minas Gerais, aí veio também pessoas representando o comitê, a Jéssica do comitê de população de rua, a Sara também do comitê que representa dentro do comitê a Sedese, o Tomás que é o coordenador desse comitê representando a Sedpac. A questão apresentada era a diferença no atendimento de pessoas em situação de rua do imigrante em situação de rua pelos profissionais da assistência social em vários municípios, foi apresentado **quantificação** que não estava sendo considerado como **mediadora** dessa prática uma vez que ela não trata de diferença nesse tratamento, solicitada possibilidade de orientação para os municípios, os encaminhamentos gerados pela mesa diretora foi elaboração e uma orientação/carta para o trabalhador e gestor municipal, composição de um grupo responsável por essa elaboração, ficou o conselheiro Gilberto e a conselheira Arlete, secretaria executiva do comitê a Sara e o Tomás, e representando o movimento de população em situação de rua, ainda após esse documento a realização de vídeo conferência e o conselheiro Gilberto ficou de levar a questão para o Cogemas, solicitou a formalização pelo comitê da inclusão de uma pauta no colegiado na reunião que ocorrerá em novembro. Após foi apresentada a minuta do questionário para o Censo Suas, a secretaria executiva fez a minuta de resposta já para o censo suas, e aí foi apresentado para a mesa diretora, foi aprovado com complementação e está aqui para ser apresentado eu esqueci de pedir esses pontos de pauta também que era da mesa diretora, mas eu peço para apresentar

pra todo mundo tem como a gente responder. A comissão de monitoramento e deliberações da conferência a gente cometeu um equívoco de solicitar as comissões na reunião passada de indicação uma vez que essa comissão já foi instituída em abril e ninguém lembrou que a gente já tinha uma comissão instituída e eu estava preenchendo o censo suas eu recuperei todas as ações do conselho e ela vai ser convocada pra novembro, nós também a pedido da mesa diretora, e em função da comissão de normas está tratando da resolução sobre a tratativa de denúncias no conselho, solicitou que fosse retirado de todas as comissões as denúncias apresentadas e fizessem um quadro pela secretaria executiva consolidado do que a gente tem hoje, pra que depois possa ser dado o tratamento, a continuidade das apurações também a luz do que está sendo tratado pela comissão de normas, o levantamento foram 15 processos tramitando sendo 2 já concluídos esperando a deliberação para arquivamento que hoje também eu trago como ponto, eu peço para incluir e apresentar um resumo, é pequeno mesmo só porque a gente tem que passar deliberação para arquivamento, 6 casos relativos a gestão, 2 da gestão especificamente do trabalho, 2 em relação ao controle social, 1 de entidade, 1 relativo a usina, 1 do judiciário que é a questão da população de rua, ainda foi proposto que a gente apresentasse aqui hoje esses 2 para arquivamento e que os demais vão aguardar então a resolução e aí quando espera também os retornos das correspondências solicitadas dos trâmites já ocorridos para que a gente possa fazer inclusive uma nova análise, eu vi correspondências mas a gente não tratou dos demais casos. **Simone:** Eu acho melhor a Consolação apresentar o censo suas e também as denúncias, porque aí entra também como pauta de relato da presidência ampliada, só que antes de passar pra Consolação gente, fazer um resgate aqui, o censo suas é um censo que é feito no Suas desde 2007 se não me engano, então nós já temos aí quase 11 anos de censo e é feito todo ano e o censo ele é o que? Ele é uma ficha, começou com 1 que é o censo com a ficha do Cras e hoje nós temos informações todo ano do Suas em todas as suas ofertas tem censo dos conselhos, esse que a gente vai responder aqui é a ficha dos conselhos, então todos os conselhos do Brasil inteiro respondem essa ficha, todas os conselhos municipais, os conselhos estaduais nós temos também a ficha da gestão, das unidades de acolhimento, dos Cras, dos Creas, dos serviços de convivência e esse ano tem uma novidade importante no censo que é a parte da gestão financeira, onde vai estar capturando informações específicas sobre o cofinanciamento, o censo suas ele é muito importante o suas é um dos poucos sistemas no Brasil que tem censo, é nós e a educação, só para vocês terem uma ideia o sistema único de saúde não tem o nível de informações que nós temos, então se os conselheiros quiserem saber quantos computadores tem nos Cras do Brasil nós temos, quem tem acesso à internet, quantos carros, quais conselhos são deliberativos quais que não são, quem quiser saber essas informações por municípios, por região, por estados, todas as informações nós temos hoje informações sistematizadas isso que é muito importante, informações que também ao longo de anos que dá para comparar também desde o início do suas até hoje a evolução, o censo ele tem um decreto então ele é legalmente instituído, tem decreto federal do Ministério do

Desenvolvimento Social, ele é auto declaratório, muitas pessoas fazem críticas ao censo por ele ser auto declaratório mas isso é uma bobagem com todo respeito a todas as pessoas que pensam assim, porque toda pesquisa é auto declaratória, ontem mesmo o conselheiro Wilson estava nos explicando que ele foi pesquisador do Ibope, Ibope não, da vox populi e ele estava me falando como que a declaração de pesquisa, muitas vezes as pessoas omitem ou mentem depois mudam de opinião ou não entende direito a pergunta, então é assim nós temos que valorizar muito o censo, dar muito valor pra ele, ele é respondido todo ano é um esforço enorme e eu acho que é muito importante pra nós então mais importante do que responder o censo pensando o que ele vai gerar é a gente responder o que é de fato, sem medo, sem problema achar que a normativa faz isso mas nós não fizemos, o censo é pra isso mesmo é pra fazer uma leitura da realidade em que estamos pra poder projetar a política então eu vou passar pra Consolação e ela vai mostrar rapidamente o censo como que a secretaria executiva respondeu às perguntas para que nós possamos dar tranquilidade para secretaria executiva encaminhar ao Ministério do Desenvolvimento Social tendo passado pelo pleno do nosso conselho. **Consolação:** O bloco 1 é a identificação do conselho então só nome, endereço, email, bloco 2 da regulação, então fala da lei o ano da lei de criação a última vez que ela foi alterada e regimento interno e também a última vez de alteração a infraestrutura do conselho passa pela sede própria do conselho depois se divide essa sede com outros que é o nosso caso que nós estamos num prédio onde tem conselhos de outros órgãos, depois tem a descrição do espaço físico na questão de salas nós temos hoje com exclusividade do Ceas a sala da sede da secretaria executiva que é uma sala de reunião que cabe no máximo 15 pessoas e o restante são salas conjugadas aí fala da quantidade de banheiro a gente coloca o que tem no andar, aí vem os equipamentos, telefones, computadores depois, o que é de uso exclusivo ou que não, nós temos tudo de uso exclusivo, a secretaria executiva - o bloco 4 é falando também da exclusividade do trabalhador, dos funcionários que aqui tem nós temos 13 pessoas na secretaria executiva a gente funciona 5 dias da semana 13 horas por dia que o conselho funciona de 06:00 às 19:00 horas, no bloco 5 orçamento do conselho a gente tem orçamento maior do que os 3% do IGD e nossa execução orçamentária do ano passado ficou em 70% então a gente fica aí em 50% e 75% em 2018 eles falam o que a gente custeou no conselho então tudo que é do conselho de reuniões, viagens dos conselheiros tudo é custeado, material de escritório a gente não paga com recurso do conselho é via sedese, e compra de equipamento também é via sedese a única que eu marquei como gasto de pagamento e outras contas é degravação que sai do nosso orçamento, no bloco dinâmica de funcionamento é questões específicas do conselho estadual então se ele delibera sobre o critério de repasse de recurso sim, como se dá participação na Cib a gente tem representantes eleitos pelo conselho que frequenta a Cib de forma continuada, em 2017 eu pesquisei junto a diretoria de gestão do Suas tiveram 7 reuniões da Cib, como é a relação do conselho com os conselhos municipais, a gente faz tudo que eles indicam a gente divulgam os conselhos, as normativas, não só do Ceas como nacional a gente presta

atendimento, envolve atividades de parcerias e também a capacitação por meio das Urcmas, ainda em 2018 os temas a gente tratou de todos os temas que eles abordaram aqui, fiscalização de entidades, processo de inscrição, plano de ação, plano municipal, conferência de assistência, acompanhamento bolsa família, financiamento entre outros ainda coloquei pacto de aprimoramento de gestão, capacita suas, a questão de ética, aceite acessuas e proteção especial, prestação de contas, proposta orçamentária 2019, instituição do Dia D, comemoração da Loas em defesa dos direitos, e ainda fala da questão de quantos conselheiros no Ceas que representam a Cib, então nós temos 2, titular e suplente, mas aqui não dá pra gente falar se é titular ou suplente. O conselho depois, a questão do calendário, foi marcado nós realizamos 13 reuniões em 2017, fala da forma da publicização a gente deixa em local livre são enviados aos conselheiros e disponibilizados no site do conselho, todas as deliberações e resoluções são publicadas, o conselho possui como estratégia de comunicação a disponibilização de comunicação com os usuários do Suas, a disponibilização de contato de email, telefone para público, o conselho tem canal de recebimento de denúncia, e outros ao fóruns de usuários e grupo de whadssap que foi criado inclusive esse ano, em 2017, 22 conselheiros participaram do capacita suas, ainda o plano delibera o plano também de assistência social e a data do último plano é de 2013 com plano plurianual aprovado por esse conselho, os temas discutidos em 2017 são todos que estão aí no manual, de organização, plano de ação, demonstrativo a gente falou disso tudo que está aqui nas comissões e outros, a primeira infância programa aprimora rede, parâmetros para registros de ocorrência em situação de violência sobre a acessibilidade inclusive saiu uma cartilha no ano passado e diagnóstico situacional do pacto, o conselho acompanhou cumprimento das deliberações da conferência municipal a gente tem a comissão de monitoramento a gente faz e pela secretaria executiva também, o conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento inclusive vai ser matéria da comissão de política aqui hoje, então periodicamente isso aqui é pra tarde, tratou-se também no início desse ano, o conselho deliberou sua proposta anual do orçamento para 2018 a frequência trimestral precisa-se o relatório de aplicação de recurso do fundo, tem regulamentado benefícios eventuais, a data 2012 porque está sendo revista esta resolução, o conselho acompanha os processo de pactuação da Cib sempre está sendo trazidas aqui inclusive aqueles de aprovação e com os informes, o conselho também acompanha as deliberações da Cit quando sai os informes nós encaminhamos também por email a todos, e também acompanha as deliberações do conselho nacional com regularidade, é instância de controle do bolsa família isso aqui é mais voltado para o município mas a gente afirma porque existe uma comissão de acompanhamento que é feito inclusive com a representação da nossa conselheira Luanda, então o conselho fiscaliza a execução tem todo um relatório como que dar o apoio ao município tem que passar por essa comissão, a frequência que o conselho recebe a denúncia a gente colocou mensal, porque realmente é alguma coisa assim, que chega no conselho, realiza reuniões ampliadas semestralmente a gente realizou ampliada, descentralizada quando a gente realiza esse ano nós não

conseguimos mas a gente faz reuniões semestralmente, não pus que nunca realiza porque a gente realiza, realizações de nebulização mensalmente porque agora não só com grupos de whadssap, por email, a gente está em contato com fóruns, com urcmas, com entidades, recebe pessoas aqui a comissão de apoio está bem ativa na questão inclusive desse acompanhamento dos conselhos, acompanha as votações do poder também legislativo que a gente trás por também informes quando é da matéria inclusive do próprio conselho. O conselho fiscaliza a rede sócio assistencial, unidades públicas e entidades aí falando inclusive da estadual e até pela Rede Cuidar nós temos um conselheiro também que acompanha o monitoramento da Rede Cuidar que é o Bruno, então ele também se a gente fiscaliza ela é realizada por visita quando necessário e faz a maioria por relatório, então colocando aí ambas as coisas, e tem planejado anualmente a fiscalização não é planejada a gente tem a reunião, ela tem planejamento das reuniões, a acompanhante usa o calendário de reunião da própria comissão de acompanhamento da Rede Cuidar, as visitas a gente não tem, em 2018 o conselho deliberou critérios para as entidades que foi a própria Rede Cuidar, o conselho não regulamentou a questão de inscrição de entidades porque é o conselho estadual e isso é uma atribuição do conselho municipal então a gente já pula várias questões e vamos lá para composição do conselho, a composição é normal, mandato, ver possibilidade de recondução, sobre a questão de eleição de presidente, alternância de poder e assembleia específica para esse fim, ainda fala do segmento de usuário então a gente coloca que aqui é representado pelo próprio usuário, representante de organização de usuários e fala quem são esses representante a gente coloca que é fóruns ou coletivo de usuários e outros que é aquilo que a gente tem, quilombolas e pessoas com deficiências que representam os usuários, já temos 69. Os representantes de trabalhadores, a gente tem representante de sindicatos, representantes de conselho de classe e representante de associações de fórum, o conselho tem que ter missões permanentes, norma, política, financiamento, acompanhamento, ética e outras, quem são os conselhos 20 titulares e 20 suplentes aí a gente fala da distribuição da paridade e distribuição de segmentos, trabalhadores, usuários e entidades, depois vem o dado dos conselhos isso aí eu não preciso preencher isso puxa automaticamente porque eu faço atualização do Cadsuas sempre da composição do conselho então ele puxa esses dados e por fim a responsável pelo preenchimento então sou eu a secretária executiva do conselho.

Simone: Em discussão, não havendo quem queira discutir, desculpa Maria do Carmo. Bom dia. **Maria do Carmo:** Eu não sei se eu fiz confusão Consolação parece que você mencionou que não houve reunião descentralizada? **Consolação:** O conselho realiza, não é que ocorreu ele realiza, tem planejado pela gente. **Maria do Carmo:** Mas não ocorreu nos fóruns, não pode marcar que sim? **Consolação:** Sim foi marcado que ocorreu. **Simone:** Mais alguma, podemos votar? Os conselheiros em condição de titularidade, por favor, os conselheiros favoráveis, por favor levantem o crachá, podem abaixar, abstenções, contrários, 1 abstenção. Obrigada. Agora eu vou passar para Consolação para ela trazer o ponto das demais. **Consolação:** São 2, está bem resumido porque elas passaram para a

comissão de apoio e era para retornar para plenária para essa aprovação de arquivamento. Lagoa da Prata, foi identificado irregularidades no processo de inscrição de identidades, aí foram realizadas orientações ao CMAS para readequação conforme normativas exigentes o CMAS informou primeiro estar normatizando inscrições do município, criar resolução que estabelece critérios para inscrição e realizaram reunião de orientação com as entidades, então a proposta que veio da própria comissão é de arquivamento. Caratinga relata irregularidade de funcionamento do conselho, composição, estrutura, ausência de fiscalização, foi encaminhado ofício ao Sedese solicitando assessoramento ao gestor e também o conselho encaminhou ao CMAS orientando sobre a questão, o CMAS solicitou inclusive atendimento no conselho, pessoalmente, ele veio, foi atendido e foi dado as devidas orientações, aí também seria pelo arquivamento e logicamente a gente continua depois o monitoramento das situações. **Simone:** Em discussão, então não havendo quem queira discutir eu vou colocar em votação. Conselheiros favoráveis ao arquivamento, por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções. Obrigado. Agora eu vou o relato da Cib nós tivemos 2 pontos de pauta, 1 já foi discutido na comissão de política que é também uma análise do pacto de aprimoramento da gestão estadual, então a Cib discutiu, pactuou e trouxe a pactuação para o conselho discutir, então vai ser apresentado aqui, e o outro ponto de pauta foi a avaliação do BPC, vocês sabem que a Cib vem fazendo monitoramento e discutindo como está a inclusão, o cadastramento dos beneficiários do BPC, idosos, pessoas com deficiência no cadastro único para que a gente possa não ter nenhuma perda de benefícios em Minas Gerais, então eu vou passar para Débora para ela possa fazer um relato desse debate que foi realizado da Cib. **Débora:** Bom dia a todos e todas, nós fizemos na Cib um relato breve da situação do cadastramento e foi feito uma discussão de encaminhamento a partir dessa situação, o presidente do Cogemas também trouxe para nós os informes da Cit que foram discutidos a situação do cadastramento, então nossa situação em Minas ainda nos falta 25% de beneficiários para cadastrar, 27% são pessoas com deficiências e 22% são idosos, então a gente ainda tem um número significativo, ¼ das pessoas ainda não se cadastraram, a gente fez uma reunião com o INSS para avaliar essa situação junto com eles e fizemos alguns encaminhamentos no sentido de que a gente mandou todos os endereços de Cras para o INSS e do INSS para o Cras, tentando aproximar e tentando ver as saídas para que a gente encontre de fato os beneficiários, então tem alguns informes que eu acho que são importante os conselheiros daqui saberem e ajudarem a divulgar, são o seguinte, saiu uma nova instrução normativa do MDS no dia 06 de setembro e nessa instrução normativa ela diz que está disponível para os municípios a partir do SIGPBF o local do saque, então agora os municípios estão com acesso a um cadastro que diz quais são os beneficiários que não cadastraram no cadastro único e o local onde eles estão sacando, então são importante dispositivo para que os municípios possam pensar ações ali nos locais de saque, então a gente sabe que tem datas, agora em novembro, dezembro a gente tem que aproveitar esse período para fazer ações de panfletagem ali, informação para os beneficiários para eles cadastrarem e aqueles

que não estão em seus municípios pode ser feito o contato com os outros municípios para que o outro município possa fazer essa busca ativa, nessa instrução dizia que o estado ia ter acesso a essa lista já com os usuários que estão em municípios diferentes para que a gente pudesse intermediar isso mas até ontem, anteontem isso não estava disponível para nós, então nós estamos contando com os municípios que eles que estão tendo esse acesso cada um com seu município. A instrução normativa é do 06/09/2018 essa instrução também trás algumas outras informações a respeito do formulário de impossibilidade de cadastramento, como tem que ser entregue, e diz também que está tendo muito problemas das pessoas aparecerem como não cadastradas, e na verdade o que está acontecendo são problemas no nome, então ela era cadastrada no BPC com um nome pode ter tido alguma alteração nesse nome ou erro de digitação, casou ou descasou e aí está tendo problema e também orientação para que os municípios entrem em contato vão na agência do INSS, no cadastramento para organizar isso. De encaminhamentos que a Sedese vem fazendo e que foi tirado lá na comissão um dos encaminhamentos importante é entrar em contato com todas as unidades de acolhimento que acolhem idosos e pessoas com deficiências, passando essas novas informações, verificando quais já foram cadastradas ou não nós estamos procedendo a isso, com esses movimentos a gente descobriu que tem muitas pessoas com deficiência que está com problemas na perícia do INSS, entramos em contato com o INSS e verificamos que tem gente que já estava disponibilizado o cadastro, o benefício e a pessoa não foi lá receber e acabou perdendo então tem que entrar de novo, então nós estamos fazendo levantamento de 1 a 1 das pessoas com deficiência que são das Casas Lares de parceria com a Sedese e mandamos ofício para todas unidades para que elas possam proceder a essas verificações porque nossa meta é que a gente consiga incluir todos para que ninguém perca o benefício, o José Crus o presidente do Cogemas, informou da reunião que teve na Cit sobre esse ponto, a primeira coisa que ele disse foi que o Conselho Nacional do Idoso estava lá, foi tentado, foi solicitado um adiamento do prazo e não foi dado esse adiamento, então o MDS informou que até 31 de dezembro quem não tiver cadastrado vai perder o benefício, então é uma situação importante pra gente estar aí avaliando, foi tirado como encaminhamento na Cib que a gente vai entrar em contato com deputados aqui de Minas que militam e que tem entrado na área dos idosos e das pessoas com deficiência, pedir a eles apoio, tanto pra divulgação como também na tentativa de ampliação desse prazo e também nós pautamos isso no Conselho Estadual de Idosos pedindo a eles que mandassem ofício pra todos os conselhos de idosos e estamos com agenda agora também com o conselho de pessoa com deficiência, basicamente é isso, nós agora, fui informada que vamos fazer uma vídeo conferência com os municípios novamente para fazer todos os informes e avaliar com eles alternativas de busca ativa para os que ainda faltam, também esclarecer todas as dúvidas com relação a consulta ao sistema, e esperar o processo eleitoral acabar para que a gente possa retornar aquela campanha de que a gente está fazendo em rádios, comunicar aos beneficiários que eles tem que se cadastrar senão eles vão perder o benefício. Basicamente é isso se alguém tiver

alguma dúvida. **Irajá:** Bom dia a todos, sou da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste de Minas Gerais - Espírito Santo, primeiramente eu queria deixar uma pequena homenagem ao índio Davi N. Gavião que na última sexta-feira dia 12 na aldeia nova Gavião Maranhão, terra indígena da terra do município de Amarante esse indígena foi morto com mais de 4 tiros isso e termos que viver nos dias de hoje pois tem intolerância, supõe que ele foi viciado por esses crimes por essa onda de fascista então a gente começa a sofrer na pele também essa onda que está em toda parte do Brasil, uma outra coisa Déborah, eu já te vi cobrar antes nesse conselho e é uma preocupação que eu trago também é das comunidades indígenas que recebem esse benefício eu não sei como a Sedese está tratando as informações para que cheguem nas comunidades, nesse conselho mesmo foi colocado uma dificuldade para dar essas informações e aí é uma preocupação que eu tenho porque o município talvez não esteja informado, o município eu não sei se todas as comunidades tem, outro dia eu entrei em contato com a Funai e a Funai não tinha essas informações corretas para dar essas informações para as comunidades então é uma preocupação que talvez esses 25% Déborah que você coloca que falta aos indígenas estão incluídos nesses 25% então eu tenho essa preocupação de como a gente vai fazer que tem menos de 90 dias para finalizar o ano e esses índios podem perder esse benefício eu queria saber com a Sedese como a gente pode proceder pra que conta a gente vai fazer ou se é através de ofício do municípios ou as comunidades fazerem mutirão para que se faça esse cadastramento ou se é através de rádio essas informações, cartaz provavelmente não funciona tanto mas eu acho tem que fazer através de mutirão os municípios que existem as comunidades indígenas acho que é pegar mais um pouco mais pesado são 17 municípios aqui no estado de Minas Gerais onde tem comunidades indígenas, eu já passei uma lista uma vez desses municípios onde tem indígenas e quais são os municípios quais são as comunidades e pegar um pouco no pé para ir nas comunidades para que façam esse cadastramento. É uma preocupação que eu deixo aqui. **Déborah:** Primeiro só respondendo o Helder a instrução operacional conjunta Senarc CNAS é 24 que foi reeditada 06 de setembro de 2018, com relação a questão dos índios eu estou até aqui perguntando para Gabriele se a gente tem aqueles que tem no cadastro registrado como comunidade se a gente consegue achar mas não temos acesso pelos cadastros e aí eu acho que a gente contando com seu apoio também essas sugestões se a gente vai pegar esses 17 municípios, ver, talvez na vídeo conferência a gente falar especificamente disso também e fazer esse levantamento mesmo nesses municípios onde tem, e que outra sugestão que você tiver para nos dar é muito bem vinda porque o que a gente está fazendo é isso, é rádio, cartazes, vamos estar encaminhando email para todos os municípios pedindo para fazer busca ativa em todos que ainda não cadastraram ver o tal do Sac. **Irajá:** Desculpa as vezes eu fico tão preocupado com a situação que a gente pensa em sugerir alguma questão, eu posso passar novamente a lista Déborah para Sedese com quantidade de indígenas em cada município, passar novamente aonde eles estão localizados e a gente reforçar isso nos municípios, eu estou falando dessa questão dos cartazes que as vezes não

funcionam porque já foi passado eu lembro que já fiz esse papel com a Funai com a liderança, mais assim, sabemos que o brasileiro não só indígena tem essa dificuldades de repassar através de certas informações eu acredito se colocar o perigo que pode vir acontecer em reunião da vídeo conferência talvez se sensibilize com mais rapidez do que o cartaz porque as informações eles já estão sabendo mas infelizmente o brasileiro tem essa dificuldade mesmo. **Déborah:** Tem um ponto gente que é muito importante mesmo de todo mundo saber porque algumas famílias que tem BPC e Bolsa Família na hora que elas se cadastrarem elas vão perder o Bolsa Família, dependendo da renda se ultrapassar elas podem perder, então a gente sabe que tem uma famílias que estão evitando de cadastrar ou vão cadastrar lá no finalzinho por conta disso, então é importante informar senão elas vão perder o BPC essa informação é muito importante ser passada com essa clareza para todos os beneficiários. **Simone:** Tem mais alguém? **Isac:** Não tinha pedido a palavra não, mas ouvindo a colocação do Irajá acho que é muito válido o que ele colocou e quando a gente lembra das comunidades quilombolas a gente considera que é uma situação parecida também assim, a maioria dos quilombos eles ainda são comunidades de acesso mais difícil e onde a comunicação chega menos então a Federação das Comunidades Quilombolas ela nos eventos que foram realizados por nós, nos espaços onde participamos a gente lembrou da questão do BPC a gente fez um esforço de nós mesmo também conversar com as comunidades, então acho que isso também no caso da gente estar conversando com as comunidades porque de fato comunicação custa muito chegar nessa comunidades então além das comunidades tradicionais principalmente nós que representamos os usuários em todos os espaços que a gente tiver é necessário que a gente lembre isso aos usuários porque a proposta foi feita para retirar mesmo os direitos. **Simone:** Bem, os encaminhamentos aqui pelo o que eu anotei são os seguintes: nós vamos convidar a Apoinmi e a Federação dos Quilombolas para participar da vídeo conferência conosco para que possa chamar atenção específica sobre Benefício de Comunidades Quilombolas e Indígenas Apoinmi, também como o Irajá já encaminhou aqui para a secretaria executiva o nome dos municípios a gente tem condições de saber quem são os secretários municipais desses municípios, também podemos informar os diretores regionais e pedir que esses secretários particularmente estejam presentes na vídeo conferência porque senão fica essa interlocução também municipal e regional da mesma forma as comunidades quilombolas né Isac, vamos ver se a gente consegue direcionar informação e também aqui uma recomendação pra superintendência de monitoramento que aliás quero aproveitar e cumprimentar o superintendente e a diretora de vigilância que estão aqui presentes e o diretor de regulação Suas para que a gente possa ver com o Ministério do Desenvolvimento Social eles passam essa informação específica pra nós de beneficiários idosos, com deficiência indígenas e quilombolas para que a gente possa fazer uma ação direcionada porque você imagina Irajá a sua preocupação faz todo sentido se a agilidade de acolhimento que são nossas que os deficientes são acolhidos por nós, nós vamos à unidades acompanhados por nossos técnicos estamos nessa situação que a Déborah falou imagina a comunidade

quilombolas e indígenas, imagina, então realmente merece que a gente familiarize e foca aí pra gente conseguir os 24%, a Déborah não falou mas Minas Gerais está no hanking aí do estado que mais conseguiu cadastrar idosos e pessoas com deficiência e isso se deve muito ao nosso esforço, ao nosso grande esforço, então quero agradecer a Ivone, ao Gilberto pela colaboração dos secretários municipais e também ao Conselho Estadual, eu tenho certeza que esse esforço conjunto vai fazer com que a gente consiga cadastrar todos os beneficiários do BPC no Cadastro Único. **Irajá:** Desculpa mais uma vez, eu acho que deveria colocar também a Funai o coordenador estadual daqui também nessa conferência eu acho importante que a Funai estar envolvida nesse momento ela que faz, ela que assina pelos indígenas. **Simone:** Tá bom. Então mais algum informe, gente? Bruno chegou, você está pronto pra dar o informe da comissão de monitoramento? Então por favor. **Bruno – CMAS Juiz de Fora:** Bom dia eu sou representante do Ceas na comissão de monitoramento do programa Rede Cuidar, quarta feira dia 17 a gente teve a segunda reunião, na primeira reunião a Débora estava lá comigo pode ajudar aí, na primeira reunião a gente teve mais um estudo sobre qual é o objetivo da comissão sobre o que é o programa e na segunda reunião do dia 17 a comissão já elaborou o documento a gente estava só revisando quais eram as necessidades de mudanças, esse documento era pra preenchimento pra gente verificar qual instituição que precisa de acompanhamento mais de perto, se tem algum problema acontecendo, por exemplo, no programa Rede Cuidar exemplo hipotético a instituição pediu uma verba para poder adequar o projeto de prevenção contra incêndio já que ela está nesse programa já que ela tem esse objetivo no preenchimento do documento ela vai responder você adequou ao projeto de prevenção contra incêndio você conseguiu a documento do Corpo de Bombeiro e aí se ela não tiver conseguido por exemplo é uma instituição que a gente deve visitar né Déborah e aí foi a nossa segunda reunião e nós teremos outras durante o mês. **Simone:** Muito obrigado, mais alguém? não, então nós vamos passar para o ponto de pauta, nós vamos começar com a comissão de acompanhamento de conselhos, por favor o relator dessa comissão Isac. **Isac-** Novamente então bom dia a todos e a todas nossa reunião ontem foi boa a gente tratou de alguns pontos e trouxemos um ponto de informe que é sobre a análise da proposta da divisão regional elaborada em parceria com a Sedese considerando as composições dos Fóruns foram foram tratadas em período anterior ao acesso às informações das alterações promovidas pelo decreto 4.7402 de 2018, foi acordado que serão respeitados as coordenações como uma forma de transição para regularização conforme informado e definido pelo decreto o documento anexo foi aprovado pela comissão e será retornado a Supin para as tratativas e conclusão das competências de cada órgão a gente de princípio não vai ler toda a proposta porque já foi apresentada na plenária antes e também ela ainda está sofrendo algumas tratativas na Supin para melhor atender as regionais a gente avalia que é importante respeitar as composições regionais dos fóruns e propor essa transição para que principalmente a gente não perca as lideranças que atuam nesses espaços regionais porque é importante para a defesa do Suas para articulação na rede tanto a gente está até considerando da dificuldade de

organização de alguns atores de algumas regionais então acreditamos que esses poucos espaços que já foram organizados essas coordenações é fundamental que a gente haja para que essas lideranças que foram mobilizadas lá não sejam desmobilizadas e que se incorporem com tranquilidade ao novo formato das regionais, isso é só informe mesmo, e o segundo ponto a proposta da comissão de apoio para a realização do Dia D nos municípios e regionais, caso em que a opção seja por esse formato a proposta para o Dia D em Belo Horizonte que está no documento anexo são essas é falar que a gente discutiu bastante sobre o Dia D e surgiu uma discussão se deveríamos fazer é nas regionais ou se deveria fazer nos municípios então a gente entendeu que é necessário propormos o Dia D mas deixar a critério dos espaços regionais se algumas regionais tiverem condições de fazer o movimento na sede da regional reunir municípios é interessante se os municípios participarem e os municípios que não tiverem condições de se reunir nas sedes das regionais e que seus atores quiserem fazer o movimento no próprio município é muito válido é muito interessante e outros setores que tem o Dia D a gente vê diversas ações com o objetivo sempre de defender uma causa e também fazer visibilidade para aquela causa então a gente acredita que democraticamente é interessante e deixar a critério dos atores porque entendemos que por exemplo a região metropolitana que na região de BH tem vários conselheiros acho que seria uma proposta diferenciada está reunindo conselheiros, membros de fóruns, de Urcmas e algo mais, já havia pensado na proposta eu vou começar a ler e pedir a Paula para prosseguir: Dia D é dia 07 de dezembro de 2018 o Dia D ele é instituído pela resolução do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS nº 638 de 2018 em comemoração à promulgação da lei orgânica de assistência social Loas em 07 de dezembro de 1993 e tem por objetivo a promoção por meio de campanhas institucionais da política de assistência social e a defesas em torno dos direitos socio assistenciais e o combate ao preconceito contra a usuária e usuário do Suas. Apresentação do conteúdo da proposta, o tema para esse ano a gente sugere que o tema a ser tratado dia 10 seja o mesmo “Organizar, Lutar e Resistir”, o objetivo é a defesa do Suas local, voltar a política de base do corpo a corpo, das ruas, ampliar a compreensão para outras políticas, entender a concepção da política como um todo, formação política da classe trabalhadora, conceitos políticos e dimensões mais amplas com a formação dos fóruns para compreender os retrocessos pós doping, orçamento e demais políticas públicas atingidas, divulgação da campanha contra o preconceito aos usuários do Suas, esclarecendo acerca da política de assistência social Suas, articulação e diálogo com atores diversos especialmente movimentos sociais na perspectiva da defesa dos direitos humanos da cidadania e da classe usuária trabalhadora, o local a gente deixou para os 853 municípios mas com essa perspectiva dos municípios participarem mas não necessariamente que todos tem que fazer é livre, sugestão aos municípios que quiserem, poderão se reunir para realização de um ato em conjunto, sugere-se também as Urcmas já foram constituídas utilizar a formatação das Uniões Regionais e nesse ponto aqui eu acho que cabe os Fóruns Regionais participação a todos das políticas públicas e população em geral se o município julgar necessário poderão também convidar

representantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário para fazer parte da mesa de abertura se tiver por exemplo, a divulgação para tanto recomenda-se buscar meios de comunicação disponíveis na região para a divulgação, mobilização e sensibilização do público a título de sugestão também os municípios poderão utilizar carro de som circulando pelas cidades no dia anterior a realização do evento em que convidam a população para se fazer presente, além de produzir cartas, convites, convidar com telefones para todas entidades, igrejas, escolas, posto de saúde, etc da região, buscar envolver trabalhadores do Suas, Cras e Creas na divulgação e sensibilização dos usuários dos serviços, quanto a programação sugerimos a proposta abaixo porém fica a critério de cada município, regional seguir ou criar uma própria programação e na divulgação também acho interessante utilizar as redes sociais, programas de rádio mesmo eu lembro que em outros tempos eu fui em rádio para falar dos programas do Suas e discutir essas temáticas acho que é muito relevante, aqui é sugestão de atividades, uma abertura simplificada, mesa com usuários do Suas, CMAS, presidente, conselheiros representantes governamental e sociedade civil em especial segmentos de usuários, convite opcional a outras autoridades locais e depois vídeos didáticos que colocaremos aqui os links, sugestões e descrições, distribuições de cartilhas e manifesto, que querem que seja criado manifesto urgente e pra isso será um material político enaltecendo e reafirmando o dia da Loas e garantia de direitos, falar também da articulação de direito e pra isso verificar quem tem estabilidade para elaboração, sugerimos o Márcia Mansur, Lúcia, Eleonora Schettini entre outras pessoas para convidar pra ajudar a construir esse manifesto, e discussões elencamos aqui os pontos que a gente achou mais interessantes, comemoração aos 25 anos da Loas, a garantia e manutenção da Loas, mecanismos legislativos, a operação da Loas que fere sobremaneira as competências e as finalidades das políticas públicas de assistência social e de saúde artigo 19 incluído pela lei nº13.714 de 2018 não ao desmonte do Suas, defender a assistência social e a seguridade social para garantia de direitos e da democracia a defesa do Suas local, reflexão que sugerimos aqui é o que queremos para o próximo ano de governo e aqui sabemos que o novo Dia D como é dezembro os cenários são possíveis, ruins e bons, o lançamento para o Dia D também a gente pensou do lançamento da caravana do Ceas por Minas Gerais em defesa do Suas composta por 3 conselheiros e 1 técnico da secretaria executiva do Ceas que se farão presente nas 22 regionais da Sedese para apoiar as ações dos fóruns e Urcmas levantadas no encontro estadual realizado nos dias 28 e 29 de julho de 2018, essa foi a proposta que já essa caravana a gente acha muito importante divulgarmos ela também no Dia D e depois o encerramento dos trabalhos do dia, apresentação cultural, específica de cada município ou regional, ou caminhada ou ato público ou da forma que se achar necessário, Paula você pode ler pra mim a continuação. **Misley:** Sobre o ato não há o desmonte do Suas defender a assistência social e a seguridade social na defesa de direitos e da democracia, a comemoração dos 25 anos da Loas, aproveitar a data para lançamento da caravana do Ceas por Minas e defesa do Suas para apoiar as ações dos Fóruns com o objetivo de atender a proposta das

Urcmas e Fóruns de trabalhadores, entidades e usuários levantadas no encontro estadual realizados nos dias 28 e 29 de julho de 2018, fala-se em ato político cultural específico de cada município ou regional, cartazes e folders sobre a campanha, material orientador para os profissionais e usuários do Suas, marcadores do preconceitos deverão ser abordados no ato, a gente distribuiu umas tarefas sobre a proposição às diretores regionais e CMAS para assumir a organização em conjunto com a secretaria executiva do Ceas, fazer o convite urgente para o ato colocar no convite o objetivo do ato buscando sintonia das falas com o lançamento do Dia D, o Ceas conta com apoio das diretorias regionais que estão contribuindo com o processo de organização embasado inclusive por resolução que dispõe sobre as Urcmas, secretaria executiva do Ceas, CMAS, e diretorias regionais para divulgação, representante do CMAS, possibilidade de falas em defesa do Suas, buscar as entidades para apoio logístico como carros, faixas, cartazes, veiculação em festas, contato para as representações culturais específicas de cada município, aí durante a reunião depois de ler esse material, tivemos uns encaminhamentos que é a proposta de resolução do Dia D lançando a caravana com chamamento para a realização da conferência em 2019, promover a assinatura da resolução no evento em BH, onde for possível utilizar as rádios para divulgação, proposta de convite deliberado em plenária lançando a garantia para que a caravana aconteça em 2019 levando temas que serão aproveitados nas conferências de 2019 propositiva ao nível áudio visual mais democrático chegando aos atores municipais levando o Suas ao conhecimento da população que não se inteirou do seu, respeitar os modelos individuais de cada municípios, utilizar materiais para as redes sociais na perspectiva do Dia D, solicitar a Sedese que se reúna com as diretorias regionais ou por meio de vídeo conferência para explicar e sensibilizar para o apoio a realização do Dia D nos municípios, fazer contato com a Ascon para apoio e elaboração no Dia D fazer um desenho do evento, solicitar apoio da Sedese para divulgação através de vídeo conferência à todas as regionais, reunir Ceas com CRP Cress e Sedese, a conselheira Silvana e Marleide e os técnicos da secretaria executiva para discutir o Dia D em BH junto com o seminário do CRP na perspectiva da intersectoriedade, divulgação do Dia D para outros estados para conhecimento das ações, para discussões no Dia D retornar ao básico do direito, centrar as informações e firmação. **Isac:** Obrigado Misley, então foi isso que produzimos a gente achou que seria muito positivo especialmente para o Dia D em BH se já tivesse sido chamada a conferência do próximo ano a conferência estadual se ela pudesse ser divulgada no Dia D a gente acha que poderia nos dar uma maior perspectiva de garantia tanto da conferência como também do acontecimento da caravana do próximo ano. **Simone:** Em discussão, vamos ponto por ponto. Ponto 1, tem alguém que queira discutir o ponto 1 ? Ponto 2, que é o Dia D. **Consolação:** Só um esclarecimento, na hora que vocês falam ali de uma resolução do Dia D porque a gente tem uma resolução que criou o Dia D então o que vocês estão querendo é a fala que nesse ano como se falasse assim que neste ano o Dia D criado pela resolução tal vai tratar sobre esse assunto, só para eu entender, é isso? **Isac:** Na realidade a resolução pensada da discussão não foi

exatamente para criar uma resolução do Dia D no Dia D mas nós pensamos numa resolução garantindo a caravana de apoio do Ceas as regionais para o ano que vem, a gente achou que seria importante isso considerando principalmente no cenário político que tivesse uma forma da gente garantir que a gente já discutiu que o Ceas achou importante essa ação de apoio aos Fóruns Regionais e imaginamos que seria interessante ter uma resolução do Ceas para ser assinado no dia da caravana. **Silvana-Educação:** Em relação essa questão da resolução acho que é o seguinte tem a resolução do Dia D, a gente queria eu não sei se fazer outra, reforçar entrar algum ponto que faça a liga, quais conferências regionais para a gente tentar amarrar isso também nesse momento que as caravanas do Suas poderia ser inclusive no momento das conferências regionais, fazer alguma articulação entre essas 2 questões e que isso entre na resolução pra garantia que aconteça mesmo porque no ano que vem a gente não tem governabilidade mais sobre as ações, nunca tivemos. **Isac:** Exatamente isso entendo assim a resolução do Dia D já foi feita e o que a gente queria era garantir a caravana e também se já tiver sido chamada a conferência do ano que vem que ela também seja divulgada durante o Dia D. **Gilberto-Cogemas:** Eu quero contribuir com o que o Isac falou, a Silvana, é que a gente quer 2 resoluções para serem apresentadas no Dia D, uma resolução chamando a conferência do ano que vem e uma outra resolução chamando esse movimento de interiorização do conselho que a gente está chamando à princípio a gente está chamando de caravana, então são esse 2 objetos, e aí no Dia D claro que a gente ainda tem mais uma reunião da plenária para aprovar essas 2 resoluções e no Dia D será assinada talvez numa audiência pública num espaço institucional do conselho essas 2 resoluções já dando esses 2 pontos a pé de agenda para colocar no horizonte do Ceas para o próximo ano, a resolução ser assinada pelo presidente no dia e publicada no dia num ato público que traga mais outros atores, a Assembleia Legislativa, o deputado André Quintão talvez possa colaborar nisso numa audiência pública oficial da Assembleia com o conselho, com a Sedese com outros atores, lançar esse movimento todo com essas 2 temáticas uma para cada resolução. **Arlete – Graal do Brasil,** então reforçando o que já foi dito ainda mais essa questão dessa audiência pública porque a gente vai estar comemorando a entrada na vida adulta dessa lei, 25 anos é muito jovem, então é um momento de alcançar maturidade é de dizer porque chegamos o que queremos com isso o que queremos construir para os próximos anos com essa política da assistência social e a gente entende que André pode ser essa pessoa com quem a gente pode estar dialogando para o lançamento dessa audiência pública onde nós vamos ser assim os reprodutores dessa fala onde nós estivermos e animar para que as pessoas possam participar efetivamente, a sobrevivência com qualidade eficácia e eficiência do Suas. **Simone:** Mais alguém? Eu me inscrevi, primeiro coordenador eu queria parabenizar a comissão porque acho que tem umas 3 ou 4 reuniões que vocês estão debruçados dentro dessas 2 pautas e pela forma que veio pelo pleno me parece que vocês conseguiram uma maturidade no debate muito importante e isso é muito bacana, bacana de ver e também para que todo mundo veja que quando o assunto não é que ele é bem discutido mas quando ele é esgotado dentro

da comissão ele vem para o pleno de uma forma mais madura, então eu quero parabenizá-lo e em seu nome a todos os membros da comissão de acompanhamento de conselhos e se o senhor me permite também eu queria fazer uma sugestão, no encaminhamento da comissão aqui reunir o Ceas com CRP, CRESS, Sedese aí eu queria sugerir que a gente pudesse acrescentar Sedese Central e Regional que todas as 2 são importante para esse evento a União Regional de Conselhos Municipais da Região Metropolitana, os fóruns de trabalhadores, usuários e entidades estaduais e regionais e também o Cogemas, o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte também, porque aí eu acho que junta todos para organizar de fato um evento e também acho que já foi sugerido aqui pela Dona Arlete e o Gilberto a gente convidar também a Assembleia Legislativa para que a gente possa envolve-los também nessa organização e com certeza nós vamos priorizar essa agenda porque já é dia 7 daqui a menos de 2 meses nós temos para organizar então queria parabeniza-lo viu coordenador. **Isac:** Eu pensei que fosse outra coisa mas assim esse ponto específico, os membros do conselheiros que fazem parte do grupo de trabalho que foi feito para discutir mais essa questão e provavelmente eles reunirão várias vezes e acho assim que todos os outros atores que foram sugeridos aí são interessante a gente por exemplo não citou aqui nesse encaminhamento os fóruns das regionais que você falou aí agora e eu acabei de lembrar que são muito importantes se puderem participar mas essa reunião específica é porque o CRP já tinha uma ideia de fazer o seminário lá e parece que vai acontecer. **Arlete:** Eu quero juntar aí fazer um ajuntamento para receber os agradecimentos à secretaria executiva a gente põe a Paula a Misley doidinha o Leo lá e realmente é um apoio e a gente tem consciência do papel da secretaria executiva no Conselho a gente cobra muito mais eles dão resposta muito efetiva, muito obrigada. **Marta:** Só queria fazer uma sugestão que como resultado a gente já instituisse hoje por meio de resolução a comissão organizadora do evento porque também aí a gente já adianta os preparativos. **Simone:** Tá certo, primeiro eu queria saber porque o coordenador gaguejou, alguém podia me explicar esse coordenador, se os membros da comissão e o coordenador concordar a tarde então a gente volta para deliberação da resolução, ou não precisa? Consolação falou que não precisa, então vamos só votar então, então por favor os que concordam com o relato da comissão e as inclusões que foram feitas por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções então está aprovado por unanimidade. Vamos bater palmas para a comissão, parabéns viu gente, parabéns mesmo. Comissão de políticas está a postos, então por favor coordenador. **Bruno:** Bom dia novamente, vou começar pela pauta da reunião de política puramente acho que é essa agora porque a gente teve também a reunião de política junto com normas, o primeiro ponto o assunto é relatório de monitoramento e avaliação da metas do pacto de aprimoramento da gestão estadual exercício de 2018 a resolução Cit nº 01 de 22 de fevereiro de 2017 definiu as prioridades e metas para os estados no âmbito do pacto de aprimoramento do sistema único de assistência social Suas para o quadriênio 2016/2019, a Gabi vai fazer uma apresentação pra gente bem rapidinho é só sobre aquilo que a gente já discutir ela não vai fazer a apresentação

toda o parecer da comissão é favorável para aprovação do relatório do pacto de aprimoramento e ela vai começar aqui pra gente, só um segundinho. **Gabriele:** Bom dia a todos vou pedir licença para falar daqui mesmo para eu enxergar a apresentação, ontem na comissão de políticas a gente apresentou o relatório completo do pacto de aprimoramento que a Adelmira vai entregar pra vocês, é um relatório de 20 páginas e aí a ideia após a comissão foi que eu fizesse só um quadro síntese das metas aqui bem rapidamente mesmo são 23 metas, a gente já passou esse relatório aqui como o Bruno falou esse processo de monitoramento ele é anual então os estados tem que passar todo início de ano o relatório referente ao ano anterior, então em abril a gente já passou esse mesmo relatório aqui referente a 2017, o que acontece é que em 2018 por ser um ano eleitoral a resolução da Cit trás uma excepcionalidade que em 2018 o relatório do exercício de 2018 tem que ser aprovado/pactado em Cib e aprovado pelo Ceas até outubro, enviado para o MDS até dezembro por isso que a gente está passando novamente o mesmo relatório com algumas alterações, a gente colocou os números da resolução que aprovaram o último foi a resolução Cib nº 02 de 2018 e a resolução Ceas nº 619 de 2018, esse relatório já passou pela Cib no dia 26/09 desse ano no mês passado e a principal alteração na verdade não foi no conteúdo das metas mas no status delas eu destaquei nos quadros sínteses que eu vou passar a seguir mas o que teve alteração foi no entendimento mesmo das metas antes a gente trabalhava com 3 status, meta cumprida, meta não cumprida e meta em andamento e após a revisão na Cib de todos status das metas a Cib pediu que a gente trabalhasse só com 2 status, ou meta cumprida ou meta não cumprida, então essa foi a principal alteração do último relatório pra cá, eu não sei se está dando pra ver direito no quadro mas vocês receberam um relatório mais completo, aí eu vou passar por cada uma das metas agora. **Meta 1** – Assegurar cobertura regionalizada de acolhimento para crianças, adolescentes ou jovens em município de pequeno porte I e II de modo que atenda no mínimo 50% da demanda estimada de acordo com os parâmetros utilizados na pactuação da regionalização, essa meta não sofreu alteração o status dela é não cumprida porque os serviços regionais de alta complexidade apesar de terem sido pactuados o serviço de família acolhedora 80 vagas para 6 territórios de desenvolvimento, foram iniciadas algumas etapas de planejamento e execução mas não houve serviço implantado em 2018 então a previsão é 2019 é a meta não cumprida. **Meta 2** – Assegurar cobertura regionalizada ou municipal nos municípios de pequeno porte I do serviço de média complexidade ofertados nos Creas segundo cofinanciamento pactuado na regionalização no patamar mínimo de 10% dos municípios sem cobertura, também é uma meta da regionalização mas é uma meta da média complexidade, meta cumprida o destaque são 5 Creas regionais implantados sendo 1 deles do território central está em processo de reordenamento mas 4 Creas municipais cofinanciados eles juntos abrangem 127 municípios de pequeno porte I que dá 24,2% da meta, então é cumprida a meta em 10%. **Meta 3** – Cofinanciar patamar mínimo de 30% dos municípios cofinanciados pela União priorizando aqueles com lei municipal instituída para oferta de cada nível de proteção com cobertura progressiva proteção social básica, proteção social especial

de média e alta complexidade. Eu vou ler a meta 4 de uma vez porque a justificativa da meta é a mesma. A meta 3 é sobre cofinanciamento de serviços e a meta 4 é sobre cofinanciamento de benefícios eventuais. **Meta 4** – Cofinanciar os benefícios eventuais dos municípios priorizando aqueles que possuem **meta** municipal instituída que organiza a política de assistência social conforme critérios de repasse definidos pela Cib. As 2 metas também não sofreram alteração, são metas que a gente considerou cumpridas porque em Minas Gerais o cofinanciamento instituído é do piso mineiro de assistência social que está regulamentado e instituído para 100% dos municípios e eles podem fazer a opção por cofinanciar serviços ou benefícios e no caso do estado a resistência de lei do Suas não condiciona repasse. Meta 5 – No quadro, a gente colocou só o mesmo ponto principal da meta que foi a solicitação da comissão mas por exemplo essas metas 3 e 4 que é do cofinanciamento na última plenária do Ceas em abril foi solicitado que a gente colocasse não só a questão da regulamentação, a existência do cofinanciamento mas também que a gente ponderasse a questão da regularidade das transferências dos repasses, então isso está contemplado no relatório a gente colocar lá quantas parcelas que foram pagas, quantas não foram pagas devido às dificuldades financeiras do estado, então esse relatório está mais completo do que a apresentação que eu estou fazendo só um resumo. **Meta 5** - Estruturar e consolidar a vigilância sócio assistencial conforme normativas e orientações técnicas do MDS e por meio dela fazer o diagnóstico sócio territoriais, meta cumprida a vigilância ainda não estava constituída formalmente como uma diretoria com equipe exclusiva que tem como competência a duração de diagnósticos. **Meta 6** – Assegurar em 100% dos municípios assessoramento e apoio técnico prestado por equipe qualificada preferencialmente com a presença de profissional da área de antropologia visando a promoção de ações para redução de vulnerabilidades sociais de povos e comunidades tradicionais, a meta é cumprida as ações de apoio técnico são disponibilizadas para todos os municípios e contempla a temática de pobreza rural e a inclusão de grupos e povos tradicionais e específicos nos serviços e benefícios do Suas. **Meta 7** – Apoiar os municípios de modo a ter no mínimo 70% das entidades ou organizações de assistência social do estado com seus dados completos e atualizados no Cneas a meta não cumprida porque a gente está com 58,5% de entidades com cadastro não atualizados no Cneas então a meta é 70%, a gente destaca que o apoio técnico realizado com relação ao Cneas realizado pelas diretorias de credenciamento e apoio a entidade sócio assistencial da Sedese. **Meta 8** – Prestar apoios técnicos específicos aos municípios priorizados a partir de critérios definidos anualmente pela Cit com registro no sistema de informações, a meta é cumprida o apoio técnico e sistemático das ações nacionais é realizada como preenchimento de sistema, questão de financiamento, bloqueio de recursos, implantação de serviços e reordenamento, todas as **atas** e fóruns dos estados e pactuações da Cit são disseminadas. **Meta 9** – Instituir lei estadual que organiza a política de assistência social, instituir a lei, meta cumprida a lei do Suas é a nº 2262/96 que foi alterada pelas leis 19.444 e 19.578 de 2011. **Meta 10** – Criar ou aperfeiçoar as normativas relativas ao financiamento estadual do Suas adotando o modelo de bloco de financiamento praticado pela União, a concepção é que a meta

foi cumprida porque o desenho e regulamentação do piso mineiro são mais flexíveis e mais avançados que o modelo de blocos de financiamento, meta cumprida, devido a não adoção dos blocos de financiamento no estado. **Meta 11** – Instituir formalmente as áreas estratégicas do Suas que é proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade, gestão do Suas com subdivisões de vigilância sócio assistencial regulação do Suas e gestão do trabalho e gestão do fundo estadual de assistência social também é uma meta cumprida o decreto 47.067 de 2016 institui informalmente todas essas áreas contempladas na subsecretaria de assistência social. **Meta 12** – Pactuar na Cib e deliberar no Ceas anualmente o plano de apoio técnico aos municípios a meta foi considerada cumprida porque o planejamento do apoio técnico no estado foi plurianual no programa Qualifica Suas pactuado pela resolução Cib nº 4 de 2015 e aprovado pela resolução Ceas nº 522 de 2015 e todas as demais ações implantadas são discutidas tanto na Cib quanto no Ceas. **Meta 13** – Implantar formalmente no estado o núcleo de educação permanente garantindo seu pleno funcionamento com no mínimo menos 2 reuniões anuais meta cumprida o núcleo estadual é instituído está em funcionamento, 2 reuniões já foram realizadas 1 no dia 19 de setembro outra no dia 17 de outubro e a terceira reunião está prevista para novembro. **Meta 14** – Garantir as ações de educação permanente em 100% dos municípios conforme as responsabilidades dos estados na política de educação permanente, meta cumprida também, a capacitação ela é disponibilizada pra todos os municípios então todos os municípios tiveram no mínimo 2 vagas garantidas pra cada 1 dos 5 contemplados no Capacita Suas. **Meta 15** – Estruturar ações com os municípios para ampliar ações do BPC em 100% daqueles que possuem povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade, nessa meta a gente destaca a campanha “Cadastrar para Incluir” que visa a mobilização e apoio técnico pra inclusão dos beneficiários do BPC no CadÚnico e também a divulgação do BPC como direito das pessoas com deficiências e idosos em situação de vulnerabilidade, na meta está destacada a vídeo conferência que vai acontecer dia 6 de novembro que vai ter enfoque nas comunidades de povos tradicionais específicos. **Meta 16** – Estruturar ações com os municípios para ampliar o acesso ao CadÚnico e o aprimoramento da gestão do programa Bolsa Família em 100% daqueles que possuem povos comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, também é uma meta cumprida as capacitações do CadÚnico e do Bolsa Família tratam do cadastramento diferenciado de famílias pertencentes a povos e comunidades tradicionais e da importância marcação específica no formulário do CadÚnico. **Meta 17** – Garantir a participação de todos os municípios de estado na capacitação de gestão do CadÚnico e Bolsa Família com a participação de no mínimo 1 representante da gestão municipal do CadÚnico e Bolsa Família da proteção social básica, da saúde e da educação e do controle social quando couber, meta cumprida também, o apoio técnico e a capacitação regionalizada de gestores e entrevistadores do CadÚnico também incluem os responsáveis pelas ações intersetoriais da saúde e educação, está disponível a todos os municípios e regionais. **Meta 18** – Prestar apoio técnico aos municípios de modo que as crianças

e adolescentes beneficiárias do BPC estejam matriculadas na escola considerando os percentuais de 70% em 2018 então essa meta é referente ao programa BPC na escola, está cumprida dos 50.817 beneficiários em idade escolar 36.749 o que dá 72,32 % estão inseridos na escola, então passou a meta dos 70% e em Minas 765 municípios que dá 90% aderiram ao programa BPC na escola. **Meta 19** - Articular com a Justiça e o Ministério Público Estadual para construção de ações integradas e fluxos institucionalizados em normativas, protocolos ou instrumentos que regulem a relação com o Suas em consonância com as diretrizes nacionais, meta cumprida também na sua própria ação, na Sedese tem uma diretoria específica que coordena essa relação esse diálogo com o sistema de justiça, sistema de garantia de direitos, produz orientações, apoio técnico e notas técnicas sobre o tema e aí a gente destaca as principais ações em conjunto com o Ministério Público que é assinatura do termo de cooperação interinstitucional nº100 de 2017 a câmara técnica enfiada na Cib com a participação do CAOCA a construção de política de medidas sócio educativa em meio aberto e protocolo de gestão compartilhada dos serviços regionalizados que também tiveram a participação do Ministério Público. **Meta 20** – Revisar as normativas do Ceas de forma a garantir a proporcionalidade entre trabalhadores, usuários e entidades, incluir na cota governamental representante do Cogemas essa meta está até com asterisco ali porque na Cib foi uma questão que foi colocada para que o Ceas discuta, ontem na comissão a gente entendeu para meta não cumprida porque aqui no Ceas a representação do Cogemas é garantia mas na composição da sociedade civil na lei dos 10 membros, 4 são de entidades, 2 de trabalhadores, 2 usuários e 2 representantes da sociedade civil dos conselhos municipais de assistência social, então essa discussão já está sendo iniciada já está sendo realizada aqui no âmbito do Ceas. **Meta 21** – Garantir no mínimo 8 reuniões anuais para a Cib com a participação do Ceas e remeter a secretaria técnica da Cit as respectivas atas e resoluções, a meta é cumprida a Cib esse ano pactuou um calendário com 9 reuniões sendo que 6 já por foram realizadas e as próximas datas são 9/11 e 7/12. **Meta 22** – Garantir por solicitação do respectivo Conselho Estadual de Assistência Social no mínimo de 2 reuniões anuais descentralizadas para fortalecer o controle social, também meta cumprida nela a gente destaca a criação dos fóruns regionais de trabalhadores e usuários e das Urcmas que são os espaços descentralizados de participação e controle social e aí aconteceu o Encontro Estadual dos Fóruns nos dias 28 e 29 de junho e também a realização de 2 plenárias ampliadas no dia 29/6 e 17/8. **Meta 23** – Ampliar o aporte financeiro para custear o funcionamento do Ceas também uma meta cumprida na análise da Loas orçamentária anual de 2016 a 2019 se observa uma ampliação no aporte financeiro destinado ao Ceas quando se compara os anos em que não conferência com os anos que tem conferência, então de 2016 a 2018 o valor aumenta, de 2017 com valor previsto e 2019 o valor também é maior, acho que é isso, a gente pode ir para os destaques, alguém da comissão quer falar alguma coisa? **Simone:** Ok aí coordenador, então vou primeiro convidar também para estar aqui conosco o superintendente de monitoramento da Sedese o Jaime, pra colaborar aqui nas discussões se achar necessário, claro e também estou pensando em fazer o

seguinte vê se vocês concordam, a gente vota as metas que não tiveram destaque primeiro e depois discutimos uma a uma as que tiveram destaque, podem ser assim? então por favor com crachá de votação na mão, conselheiros que aprovam as metas que não tiveram destaque por favor levantam os crachás, podem abaixar, contrários, abstenções, então vamos aos destaques, primeiro destaque é da conselheira Juanita na meta 3, por favor conselheira. **Juanita**-Federação das Apae's: Bom dia a todos a meta 3 e 4 dispõe sobre o cofinanciamento com patamar mínimo de 30% dos municípios e o segundo com benefícios eventuais, um está atrelado ao outro, considerando a aprovação desse Conselho no início do ano da avaliação do pacto no início do ano que foi avaliado a meta tinha sido cumprida e está aqui a observação, entretanto eu queria trazer uma reflexão para esse pleno e porque eu estou trazendo a reflexão até porque na aprovação da prestação de contas eu me abstive a votar porque eu sou membra da comissão de orçamento e a comissão deliberou a votar mas entretanto eu não entendia que meu voto tinha que ser de forma favorável, entretanto essas metas aqui fala de cofinanciamento, cofinanciamento significa financiar parte de um serviço ou benefício que um município executa, apesar disso está na lei está aqui é da responsabilidade do estado e está aqui registrado o não repasse das parcelas referente a 2016, 2017 e 2018, por dificuldade financeira eu particularmente entendo que isso não é cofinanciar, cofinanciar no meu entendimento significa quando o município recebe o recurso, então eu gostaria de fazer essa reflexão aqui apesar na avaliação do pacto no início do ano nós temos votado meta cumprida entretanto nós estamos já no final de 2018 com a situação que prossegue com a mesma justificativa então eu gostaria de propor aqui que essas 2 metas entrasse para o status de não cumpridas considerando essa minha justificativa. **Simone**: Em discussão. **Jaime**: Bom gente, a gente primeiro precisa situar o pacto no âmbito do Suas, o pacto em 2005 quando a gente teve o Suas os municípios faziam a adesão e tinha níveis de gestão, inclusive havia a possibilidade de desabilitação, que no estado nós entendíamos que não era interessante pensar em adesão, desabilitação então se pensou na ideia do pacto, o pacto depois foi estendido para os municípios com a Nob 2012 quando a gente percebeu que o modelo de adesão e desabilitação a gente já tinha superado e que a gente precisava de algum outro patamar de indução da organização do Suas no Brasil, então o pacto ele é um instrumento de indução ele estabelece metas de indução para aperfeiçoamento da gestão do serviço do controle social então quando se pensa nas metas do pacto é no sentido de possibilitar que alguns estados consigam fazer o cofinanciamento, qual é a grande reclamação dos municípios? A grande maioria dos estados brasileiros não cofinanciam a assistência social, são poucos os estado que cofinanciam a assistência social, Minas Gerais é um estado que cofinancia a assistência social, ela tem lei para isso ela tem piso estabelecido, então o cofinanciamento está estabelecido por lei e ele se realiza, mesmo que internamente nós temos uma situação de crise fiscal, então eu defendo que a meta esteja mantida como cumprida, porque o estado de Minas Gerais diferentemente de outros outros estados da Federação ele tem a lei isso estabelece o cofinanciamento, isso está regulamentado e momentaneamente por situações econômica o estado

não está repassando o recurso, cofinanciar o estado cofinancia, então eu defendo que fique como meta cumprida devido a consideração de todo esforço que o estado já fez no sentido de instituir o piso mineiro pra 100% dos municípios inclusive com modelo mais avançado do que o governo federal que permite que o município faça escolha para suas prioridades e que todos eles recebem esses recursos infelizmente momentaneamente além do mais nosso piso é permitido mais avançado que o cofinanciamento federal, o cofinanciamento federal ele não permite o gastos em investimento e o nosso permite isso, se for meta não cumprida é a mesma coisa que dizer que o governo federal também não cofinancia na medida que ele atrasa os recursos então acho que a gente não pode aceitar esse tipo de coisa. **Ivone-Cogemas:** Eu também estou seguindo o mesmo raciocínio do Jaime mantem-se meta cumprida uma vez que mesmo que o repasse ele está atrasado mas o repasse foi assegurado ele é liquidado então significa na nossa avaliação, se ele é liquidado ele é uma obrigação do estado passar esse recurso para aos municípios então independente se o momento da situação que estamos vivendo mas é um cofinanciamento que está assegurado pelo município, o município vai receber esse recurso então é meta cumprida no meu ponto de vista. **Juanita-Federação das Apae's:** Bom Superintendente, na verdade quando eu coloquei a minha situação aqui a minha reflexão eu já fiz, já fiz a reflexão colocando essa situação da legalidade de estar na lei o cofinanciamento então tudo que foi repetido, na verdade tudo que foi falado eu já tinha feito as considerações antes da minha colocação só que na verdade aqui pacto é acordo, foi feito um acordo com o Suas Nacional e o Suas de Minas Gerais então independente de ser induzido ou não para alguns estados nós estamos falando do estado de Minas Gerais nós não estamos no âmbito nacional falando numa perspectiva mais generalizada dos entes, nós aqui estamos falando do Suas Nacional com o Suas de Minas Gerais, então assim concordo e compreendo a sua colocação entretanto é pacto é acordo que foi feito no meu entendimento não basta estar na lei várias leis são descumpridas na primeira avaliação nós aprovamos com essa observação e ela está aqui no quadro descritivo apresentado entretanto no meu entendimento nós não estamos cofinanciando 30% se existe motivo e o motivo é a situação fiscal do estado mas não está sendo feito o cofinanciamento. **Simone:** Eu me escrevi e queria dizer o seguinte o que a conselheira Juanita trás para o pleno foi discutido na Cib também e talvez a gente deveria ter explicado antes primeiro todas as metas ali se for olhar por esse prisma nós teremos que voltar atrás porque o pacto tem período pra avaliação nós estamos avaliando o pacto no mês de outubro quando na verdade as metas são até dezembro, então essas considerações nós fizemos na Cib por exemplo então nós não podemos considerar que o núcleo de educação permanente que a meta foi cumprida porque a gente precisa de 3 reuniões e só realizamos 2, nós temos que considerar que as metas da Cib não foram cumpridas porque aqui diz 8 reuniões e nós fizemos 7, então uma das coisas que nós discutimos na Cib foi que o pacto seria avaliado pelo planejamento público feito pela Sedese por isso que muitas metas elas tiveram que ser reavaliadas porque nós não descumprimos o cofinanciamento para os municípios no ano de 2018 porque pelo parâmetro adotado

pela Cib nós estamos trabalhando por um planejamento feito, o decreto está em vigor e nós empenhamos e liquidamos toda a dívida então é uma forma de avaliar o pacto, a comissão discutiu a forma como a Cib analisou, concordou e agora o pleno tem o poder de decisão, então está correta a colocação mas também está correta a colocação da comissão porque analisou com prisma e com a lógica de quem entende que o planejamento ele finda no mês de dezembro. Mais alguém, não havendo então em votação as metas, podemos votar juntas as metas 3 e 4 ou uma a uma, as 2, então por favor aqueles que concordam com a comissão de considerar as metas 3 e 4 aprovadas por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções, então foi aprovada as metas, a próxima meta é a 8, também a conselheira Juanita. **Juanita:** Bom, a meta 8 ela também ela correlaciona com a meta 7, a meta 7 é apoiar os municípios em 70% das entidades com relação a complementação e atualização do Cneas, Cneas é um sistema de cadastro nacional, a meta está não cumprida, a meta 8 já fala que está cumprida porque foi prestado apoio técnico aos municípios priorizados a partir de critérios definidos, a não desculpa, eu não li os municípios priorizados com certeza vocês devem ter um planejamento aí que não é todos os municípios eu peço desculpa e desconsidera pra mim uma meta estava falando com a outra. **Simone:** Não tem importância, então como destaque foi seu você, está retirando o destaque né Juanita, então nós podemos considerar a meta 8 como aprovada? Então vamos levantar o crachá gente só para registrar. Os conselheiros que consideram a meta 8 aprovada, levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções então meta aprovada. O próximo conselheiro é índio quer apito Irajá. **Irajá:** Bom dia novamente a todos, eu gostaria aqui só de dar uma pequena repausa as vezes eu sou muito insensível na questão indígena mas como eu também eu já fui membro da articulação dos povos indígenas do Brasil que chama Pib eu fui por mais de 4 anos com os coordenadores nacionais e as vezes a gente debatia bastante a questão das comunidades tradicionais do Brasil, colocando essas comunidades para que venham acessar as políticas públicas e assim considerando articulação e também as comunidades tradicionais nós considera como comunidades tradicionais os remanescentes de quilombos, os pescadores artesanais, ribeirinhos e povos ciganos e povos de terreiros e pantaneiros, quer dizer nós temos essa consideração, é tanto que nós fazia encontros regionais e nacionais para discutir as políticas públicas e falar diretamente da meta 15 daqui que nós estamos discutindo primeiramente assim eu vou não só falar dos povos indígenas mas também falar de mais de 30 comunidade certificadas de quilombolas aqui em Minas Gerais e mais 40 sem certificadas ainda aqui pelo estado de Minas Gerais e falar também das demais comunidades tradicionais como ciganos, ribeirinho que participa aqui que faz parte do estado eu acredito que essa meta não foi cumprida pelo seguinte eu destaquei aqui alguns pontos como eu já tinha falado antes também quando foi apresentado os informes inclusive eu tomei conhecimento que já tinha feito uma vídeo conferência no dia 26 que foi realizada a última vídeo conferência inclusão dos benefícios do cadastro único essa vídeo conferência foi pra todos o estado mais eu acredito que foram poucos municípios está aqui constando que foi 229 municípios

que participaram e uma outra também que eu destaquei bastante foi as atividades que incluíram o mutirão de cadastramento, o outro ponto que eu acredito, eu esqueci seu nome, Gabriele, eu acredito que isso não foi feito nos municípios pelo menos as que eu peguei algumas informações no tempo que eu estou aqui na plenária de algumas lideranças indígenas em alguns municípios não foi cumprido nesses municípios que existe comunidades indígenas, não existe então quer dizer eu desconsidero como cumprida porque eu acho que tem que abranger não só a comunidades mas outras comunidades tradicionais porque assim quando a gente se destaca não quer dizer que a comissão não fez um bom papel mas que a gente tem que fazer aquilo que a gente está aqui pra discutir eu acredito que está previsto pra vocês uma nova vídeo conferência que é dia 6 eu gostaria muito mesmo de participar e convidar o órgão principal e responsável pelas comunidades que seja que eu estou falando inclusive que é a Funai então pelo esses 2 pontos eu desconsidero, então não cumprida. **Déborah:** Primeiro acho que a gente tem que considerar um pouco daquilo que foi colocado antes que nós estamos com um ano corrente, então tem inclusive na justificativa a gente já havia colocado que a gente vai dar ênfase a essa questão dos povos e comunidades tradicionais e hoje aqui acabamos de aprovar encaminhamento que é não é só a gente falar mas trazer as federações, os representantes para falarem então eu acho que até ampliou, reforçou o que a gente vinha falando aqui, segundo que a meta ela diz do estado então que o estado deve estruturar ações com os municípios, então a gente não tem governabilidade sobre as ações que de fato vão ser realizadas com os municípios a gente tem uma governabilidade, uma responsabilidade com que ações que o estado está fazendo para induzir os municípios a realizarem as ações, então Irajá nós fizemos um vídeo, muito preocupados com isso, porque aqui não está falando só de garantia de benefício de quem tem não tá falando de ampliar o acesso para quem ainda de quem não tem, que ainda é maior do que eu falei no informe anterior, inclusive a gente vem discutindo muito só um parêntese aqui nesse discussão que nesses tempos aqui de retrocesso tão grande a gente sabe que o BPC ele é muito pouco conhecido pela sociedade, todo mundo fala existe isso no Brasil, BPC, meu Deus que isso ganha 1 salário mínimo e aí eu acredito eu estava até comentando que se ele fosse mais conhecido a gente iria ter risco dele ser tão combatido como a gente está vendo aí os retrocessos que tem, mas a gente tomou como desafio e aprovamos uma resolução na Cib no ano passado, eu não estou com ela aqui mas eu me lembro de vários pontos dessa resolução, toda campanha de cadastramento ela também tinha o objetivo de divulgar o direito ao BPC então ela foi feita na Cib e aí depois os representantes aqui da Cib pode falar sobre isso nós fizemos uma aprovação de um mutirão que foi feito em abril e maio desse ano nós apresentamos isso na reunião ampliada do Cogemas que foi na Puc tinha quase 400 municípios ali, fizemos a apresentação dessa campanha, a gente colocou no nosso blog lá da Sedese um passo a passo para todos os municípios fazerem esse mutirão de cadastramento porque hoje não só quem já é beneficiário mas quem quer incluir no BPC tem que passar pelo cadastramento, nós mandamos email por isso que a gente acha que o 100% está contido aqui, porque nós

mandamos email para 100% dos municípios, nós divulgamos nosso blog para 100% dos municípios, e fizemos a vídeo conferência também para 100% dos municípios foram convidados a gente não tem como de obrigar o município de fato a participar então essa é um pouco da lógica que a gente teve lá na Cib de entender que quando a gente disponibiliza a ação de apoio técnico, de informação para 100% a gente está de fato estruturando para 100%, ao mesmo tempo a gente foi incentivando então aqueles que fizeram e mandaram fotos a gente mandou para os outros também para incentivar então ainda está nesse sentido até o final do ano nessa vídeo conferência a gente vai coroar a especificidade dos povos tradicionais e conseguir chegar com mais efetividade nesse grupo de municípios. **Bruno:** Então eu tinha um parecer, eu posso estar enganado, eu tenho um parecer mas eu acho que não é o seguinte não é o caso da meta 15 eu posso estar enganado mas eu não entendi que é o caso da meta 15 às pessoas ainda não tem acesso à informação que elas tem que atualizar o cadastro porque eu entendo que se elas tem o benefício é porque elas foram atingidas em algum momento elas foram atingidas eu entendo que sim mais eu vou passar aqui para Juanita porque ela tem mais informação para gente. **Juanita** – Federação das Apae's: Então conselheiro na verdade eu compreendo a sua colocação e a sua proposta, entretanto a meta é estruturar ações com 100% dos municípios que possuem povos indígenas para ampliar o acesso, o grande problema é que nós não pactuamos aqui nesse conselho ou se pactuamos eu comi mosca não sei, quais ações que seriam essas, então no plano de apoio técnico tem lá quais que são as ações que são vídeo conferência, email, ofício, capacitação foi isso que a Déborah falou, então esse Conselho aprovou e falou com a Sedese que era assim que era pra ela fazer, então eu penso que para o próximo ano esse conselho tem que falar essas ações não atendeu para 2018 e para 2019 nós queremos essa e essa ação eu também concordo com você que ação pode ser incipiente considerando a vulnerabilidade do público e a situação para ampliar o acesso talvez o erro foi nosso aqui na hora de definir as ações, no meu entendimento assim, era a contribuição que eu queria fazer. **Isac-Angolo:** Eu também entendi as 2 partes e acho que é muito importante o que o Irajá trás que quando a gente fala de comunidade tradicional a gente não está falando apenas de comunidade quilombola, de comunidade indígenas e aí quando a gente começa a ver que conseguiu a participação de 229 municípios no estado que tem 853 pode sim trazer uma sensação que não foram feitas as ações, proposta que fala ações para os 100% dos municípios só que tem essa coisa da gente não poder obrigar os municípios a participarem e se a oferta foi feita especialmente porque não falam quais que as ações aqui eu considero que foi cumprida a meta também e assim a gente lamenta que tenha sido uma participação muito pequena dos municípios e entendemos que prejudica demais as diversas comunidades tradicionais mas não dá para gente considerar que a meta não foi cumprida. **Arlete** – Graal Brasil: Quando o Irajá falou eu fiquei pensando mesmo como que o conselho pode ter braços para tanto alcance e aí quando ele trás as comunidades tradicionais ribeirinha, nós temos os jeraizeiros, nós temos o catingueiros e por aí a fora, nós temos inúmeras comunidades tradicionais entretanto o conselho, os

braços do conselho ele chegam até as comunidade principalmente por meio das tecnologias a responsabilização de atingir suas comunidades está nos municípios e o que a gente percebe também, é que quando tem as vídeos conferências as vezes as salas estão vazias, eu participo de muitas vídeo conferências e eu vejo as salas **Haitec** sempre muito vazias então considerando o que a conselheira Juanita está dizendo da gente rever as nossas ações para 2019 é hora da gente começar a pensar como que nós vamos poder ter maior alcance inclusive nós enquanto comunidade a gente está até informando nos conselhos quais são esses grupos que existem nas nossas comunidade eu por exemplo sou da comunidade ribeirinha, mas eu também sou jeraizeira, eu também sou quilombolas como tantos de nós aqui que chega aqui com várias representações, vazanteira também, então nós precisamos mapear de fato quais são essas comunidades quais os quilombos já reconhecidos, quais que estão em processo de reconhecimento e nós temos o livro dos quilombos aí de Minas Gerais que está tudo lá, eu vivo debruçada nele, então nós precisamos fazer isso além da gente ter que discutir aqui acesso de políticas públicas para todas as pessoas nós precisamos também debruçar sobre essas matérias pra gente também estar dando conta de poder fazer proposições bem efetivas, eu penso assim aqui companheiro. **Silvana:** Eu acho que na verdade nós temos que ter mais foco e tentar definir qual o objetivo dessa plenária é aprovar ou não aprovar o cumprimento das metas ou discutir a e avaliar as metas, eu acho que nós precisamos sim e definir o que são povos quilombolas, onde eles estão, quais municípios que tem povos quilombolas, só que o momento agora não é esse, acho que a gente optou em discutir alterações e metas e agora, nós temos que discutir o cumprimento ou não dessas metas, e eu acho que a gente cumpriu as metas a gente considera estruturar ações com os municípios agora nós temos que melhorar as metas, definir melhor qual que é esse público onde ele está e é outro momento esse momento agora é cumprir ou não as metas. **Juanita-Federação das Apae's:** Na verdade assim eu penso que nós aqui não podemos só aprovar ou desaprovar a meta sem fazer uma reflexão com relação as justificativa ou o que a comissão analisou e propôs para esse pleno avaliar até porque se um conselheiro entende que tem alguma dúvida ou precisa de maiores esclarecimentos a gente o deve fazer, o pacto ele é estabelecido entre os entes e cabe a nós do controle social é monitorar a execução ou não entretanto na hora de fazer a leitura de uma meta a gente fica com dúvida em relação à alguma questão eu acho que hora de todos nós fazer esse esclarecimento, com relação a meta do conselheiro Irajá no meu entendimento assim foi nós que pecamos na hora de pactuar qual era o plano de ação de apoio ao município, a Sedese cumpriu o que o conselho deliberou, vídeo conferência, enfim, e-mails, ofícios, eu acho que a gente tem que repensar e para o ano que vem vai continuar desse jeito, quando o pacto vier para ser apresentado pra gente mas eu penso que toda vez que tiver uma dúvida, ou uma inconformação ou um questionamento nós temos que fazê-lo até porque aprovar ou não aprovar está na nossa competência aqui e a gente precisa de todos esses esclarecimentos para fazer. **Simone:** Conselheira Silvana, eu vou fechar com índio de ouro, pode ser? então nós vamos passar para Silvana e depois fazer o fechamento com índio

de ouro, não tem chaves de ouro? **Silvana:** Eu concordo com a conselheira Juanita que a gente eu não estou falando o contrário que a gente tem que discutir melhor como que essa ação vai continuar e se a ela deve melhorar ou não, agora a gente não pode falar que ela não foi cumprida, acho que a gente pode inserir um espaço aqui e dizer que a meta foi cumprida considerando que o estado estruturou ações, tais, tais e tais que devem ser melhoradas para o próximo momento mas a gente não pode simplesmente falar que ela não foi cumprida, ela foi cumprida sim considerando isso ou não foi cumprida considerando isso, e propor isso se for esse o momento de avaliar e de propor, nós temos que propor algumas coisas, não é só definir se foi cumprida ou não foi, são considerações inclusive da meta, acho que é isso. **Irajá-Apoimni:** Conselheiras eu compreendo realmente o que vocês estão dizendo mas se é uma meta direcionada a um público específico, isso não cabe também assim, não sei se foi a Silvana ou se foi Juanita, colocou aqui pra todos os municípios, porque não disse os municípios que tem esse público o meu questionamento não é porque a meta não foi cumprida pelo estado não o meu questionamento porque a meta não foi cumprida diretamente com esses municípios onde existem comunidades, eu vou ter que defender isso aqui, se não for cumprida porque não foi cumprida por esses municípios, agora eu vou dizer que o estado cumpriu isso aqui para comunidades tradicionais, eu vou concordar com os demais aqui que a comunidade tradicionais foi cumprida, não vou concordar com isso não, se não foi cumprida lógico que o estado a obrigação é de falar para todos, mas se está falando de um público alvo eu vou ter que abrir espaço para os demais. **Simone:** Olha gente, deixa eu falar uma coisa pra vocês sinceramente, as metas elas vão ser avaliadas sim, vão ser avaliadas inclusive se nós cumprimos ou não cumprimos e porque não cumprimos, isso não tem problema nenhum, nós vamos avaliar inclusive se o conselho achar adequado e deve achar porque o pacto continua daqui a pouco nós vamos discutir o plano anual de apoio técnico se não tomar cuidado nós vamos cometer os mesmo equívocos, falhas, então o debate aqui tem que ser nesse nível mesmo, não tem nenhum problema, tem mais algum conselheiros, todos estão em condições de votar? Então vamos votar, os conselheiros favoráveis a meta de nº15 que ela se mantém como meta cumprida por favor levante os crachás, podem abaixar, contrários, abstenções, agora vamos votar as recomendações, entendi que fizemos 2 debates aqui coordenador se o senhor me permite então também que volte para a comissão de política uma proposta de apoio técnico específica para esse público para que já aprofunde o debate nessas questões que foram levantadas aqui. São 2 abstenções, preciso colocar o nome de quem se absteve? O João e o Irajá se abstiveram, eu conduzi aqui até agora não fiz isso, nominalmente não, mas pode deixar que na próxima vez eu vou conduzir dessa forma. **Bruno:** A gente tem mais 1 ponto e ele é bem rapidinho. **Arlete:** Nas recomendações foi sugerido para que se faça uma revisão da proposta da meta 15 onde nós vamos buscar torná-la mais rica no sentido de alcançar de fato as comunidades tradicionais. **Simone:** Ficou claro gente, então por favor vocês levam o debate para comissão, é bom que a gente discuti quem são essas comunidades, que municípios são esses, quais estratégia nós vamos fazer, tudo bem índio Irajá,

gostou lá tá vendo. Então nós terminamos a avaliação do pacto? Nós terminamos o destaque, então tudo bem, agora o último ponto pois não coordenador. **Bruno:** O último é bem rapidinho, é rápido porque a gente não vai deliberar hoje porque a gente precisar passar ele na Cib antes, é um relato sobre a minuta de resolução do Ceas que dispõe sobre os parâmetros para educação permanente do sistema único de assistência social no âmbito do estado de Minas Gerais em consonância com a política nacional de educação permanente do Suas, Pnep Suas e sua articulação com o apoio de assessoramento técnico aos municípios mineiros, então é isso era só informe mesmo que vai para Cib e o plano a gente vai deliberar na plenária de novembro. **Simone:** Só pra gente ter clareza da recomendação do conselho, a Cib ela avaliar tudo ou vai avaliar parte das responsabilidades dos entes. **Bruno:** Da responsabilidade dos entes. **Simone:** Então viu gente quando for fazer recomendação por que isso vai recomeçar a debater tudo de novo, então possa uma avaliação da Cib para que ela avalie e pactue as responsabilidades dos entes e encaminhe para o conselho estadual, então que maravilha, terminamos? **Bruno:** A gente teve reunião conjunta com Normas. **Simone:** Nós vamos relato também, quem vai fazer? Vamos almoçar primeiro depois a gente começa com isso. Então voltamos 1 e meia, tá bem? **Bruno:** Pode começar presidente? **Simone:** Só um minutinho coordenador. **Simone:** Bem nós vamos voltar aqui para comissão de política porque fomos alertados pela secretaria executiva que a gente esqueceu de ler a resolução que aprova o monitoramento do pacto, está bem? Então por favor coordenador. **Bruno:** Boa tarde vou fazer leitura da minuta. Minuta de resolução nº..... de 2018 Ceas – MG aprova o relatório de monitoramento e avaliação do pacto de aprimoramento do sistema único de assistência social de Minas Gerais referente ao exercício de 2018. O conselho estadual de assistência social de Minas Gerais, Ceas no uso das competência que se refere a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 93– Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Lei Estadual nº 12.262 de 23 de julho de 1996, e Considerando a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que dispõe sobre as diretrizes e os princípios para a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Considerando a Norma Operacional Básica– NOB/SUAS, aprovada pela Resolução do CNAS nº 33, de dezembro de 2012, que dispõe sobre a operacionalização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, organiza o modelo da proteção social, normatizando e operacionalizando os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução de serviços, programas, projetos e benefícios; Considerando a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº1, de 22 de fevereiro de 2017, que define as prioridades e metas para os estados e Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019; Considerando a Resolução do CNAS nº 2, de 16 de março de 2017 que aprova as prioridades e metas para os estados e o Distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019; Considerando a CIB n.º08, de 28 de setembro de 2018, que pactua o Relatório de Avaliação e Monitoramento referente as metas para o estado no

âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social para o quadriênio de 2016 a 2019, definidas na Resolução da CIT n.º 1 – 2017; e Considerando a deliberação de sua 238ª Plenária Ordinária, RESOLVE: Art.1º Aprovar o Relatório de Monitoramento e Avaliação do Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais, referente ao exercício de 2018, planilha em anexo. §1º O referido Relatório descreve as atividades e resultados alcançados pela SEDESE em relação a cada uma das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS no exercício de 2018. Para análise e avaliação das metas foi considerado o Planejamento da SEDESE até 31 de dezembro de 2018. Art.2º Recomendar que o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, a Comissão Intergestores Tripartite – CIT e o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS estabeleça modos de aferição de resultados das metas estabelecidas. Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2018. **Consolação:** O anexo gente é o relatório que vocês acabaram de receber, e só quero aproveitando também para esclarecer que da vez passada a gente não conseguiu publicar todo relatório pelo princípio da economicidade então a gente fez um link e fez a publicação da resolução com link para acesso então isso pode ocorrer novamente porque são muitas páginas mesmo. **Bruno:** Lembrando também que aprovando a resolução a gente continua com o plano de reavaliar as metas de nº15 da comissão de política, a resolução se mantém. **Simone:** Então por favor conselheiros em condição de titularidade, por favor os conselheiros que aprovam a resolução por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções então aprovado por unanimidade. Muito obrigado. Agora nós vamos passar para o relato da reunião conjunta da comissão de política e comissão de normas. **Bruno:** Então na quarta – feira na parte da tarde a gente reuniu a comissão de normas e a comissão de política para discutir sobre a minuta de resolução que vai substituir a resolução de benefícios eventuais. Foi uma discussão muito polêmica, à parte polêmica acho que todo mundo já imagina que é a questão de cesta básica contendo ou não contendo na resolução, inclui ou não inclui e aí a gente fez uma considerações técnicas que eu vou ler aqui agora, a minuta de resolução que estabelece as diretrizes para regulação dos benefícios eventuais é resultado de uma demanda do Ceas para atualização da resolução vigente, foi criado um grupo de trabalho subceas com reuniões em 2017 e retornando no período de janeiro a maio de 2018 o resultado, a minuta foi apresentada e debatida no evento oficina sob a concepção, regulamentação dos benefícios eventuais no estado de Minas Gérias, realizada pelo Ceas/Sedese no dia 11 de maio de 2018, que teve a presença de gestores da assistência social, representante do Cogemas, Ceas, Fórum dos Trabalhadores, Fóruns dos Usuários, da Assistência Social, CRP e Cress, em 20/09 durante a reunião conjunta das 2 comissões de norma e política e representantes do Conselho Regional de Psicologia – CRP, o conselho regional de serviço social – Cress, o Fórum Estadual de Usuários e o Fórum Estadual dos Trabalhadores – Fetsuas, foi discutida a referida minuta de resolução com a apresentação dos produtos elaborados pela consultora Ana Lígia que subsidiaram os conceitos dispostos na resolução, dentre os aspectos abordados entre os

conselheiros e convidados constatou-se a necessidade de discutir com a política de segurança alimentar sobre as cestas básicas, a resolução dos benefícios eventuais de modo geral trata das inseguranças que afetam a oferta da assistência social que podem ocorrer eventualmente na vida dos cidadãos, na resolução é recomendada que o benefício deve ser concedido em situações de vulnerabilidade temporária em bens ou preferencialmente de **cunho** que deve integrado aos serviços de assistência social ofertadas pelas equipes de referência do Suas nela o CadÚnico passa a ser um dos parâmetros para o benefício, que a duração e o tipo de benefício será avaliada pelos técnicos dos equipamentos das proteções básica, média e alta complexidade, na reunião do dia 20/09 quando da apresentação da resolução, o artigo 22 se tornou o item de maior debate visto que é o que se dispõe sobre o que não se inclui na modalidade de benefícios eventuais da assistência social quais sejam as previsões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação da aplicação da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais, a cesta básica foi relacionada no seu inciso 5-cesta básica e outros auxílios para alimentação, mesmo sendo disposto no parágrafo I do artigo 22, a concessão de cestas básicas no caso de insegurança alimentar deve atender o caráter emergencial e diz respeito a insegurança social de renda e autonomia sendo que a concessão de cestas básicas nessas circunstâncias não deve se dar de maneira continuada, fato este que descaracteriza a eventualidade do benefício, a cesta básica como benefício eventual foi tema de maior debate, foi considerado a importância de se pensar em uma transição da concessão do benefício eventual da cesta básica para política de segurança alimentar e isso seria propício a exclusão da cesta básica como benefício eventual nesse momento do contexto político e econômico com a perspectiva do aumento da pobreza e vulnerabilidades, ainda foi pontuado se há necessidade que a família estaria passando seria atendida somente pela oferta da cesta básica ou se seria necessário um conjunto de ações para enfrentamento à pobreza foi discutido que o sistema de segurança alimentar não executa serviços e que conta com a cesta básica do Suas assim tornou-se importante entender a política de segurança alimentar no estado de Minas Gerais bem como suas ações e diretrizes além de compreender a política de combate à pobreza sobre a perspectiva da fome, para essa discussão foram convidados para reunião do dia 17-10-2018 além dos órgãos que participaram no dia 20-09 a professora Carla Bronzo da Fundação João Pinheiro e o conselho de segurança alimentar Consea, durante a reunião do dia 17-10 foi discutido a concepção da fome, pobreza, cesta básica, segurança alimentar, vulnerabilidade temporária e emergencial, conceitos relacionados a fome, assim debateu-se que a fome é fenômeno que requer intervenção intersetorial e ligado a diversas garantias sendo a garantia de segurança de renda prevista na política de assistência social foi discutido por vezes a concepção da cesta básica ganhou um cunho assistencialista e também que ela em si não resolve a questão da fome estrutural ainda a importância da cesta básica como possibilidade de inclusão em outros serviços do Suas e de outras políticas, durante a apresentação do Consea foi percebido que não há entre suas ações alguma provisão como cesta básica e

segundo sua representante não há nenhuma discussão do Sisan - sistema de segurança alimentar e nutricional sobre a provisão de cestas, a partir de toda discussão foram dados os seguinte encaminhamentos: 1 – Retirar a cesta básica do artigo 22 que não inclui como benefício eventual criar um artigo específico sobre ela nesse artigo deixar claro a sua eventualidade e importância da articulação que deve ser feita para inserir usuários em outros serviços da assistência social e demais políticas públicas; 2 – Esse item será encaminhado ao grupo de trabalho para elaborar a redação a ser apresentada as comissões de normas e políticas na reunião do mês de novembro; 3 – retomar em novembro a análise da minuta inteira acrescida por esse artigo; 4 – encaminhar após a reunião de novembro a minuta de resolução a todos os conselheiros para conhecimento; 5 – apresentar na plenária de dezembro a minuta de resolução discutida nas comissões. Eu só queria colocar uma coisa nesse primeiro encaminhamento eu não sei se ficou claro no artigo 22 é o artigo que fala o que não está no benefício eventual e a gente está tirando a cesta básica do artigo 22 então a gente está no caso reincluindo ela na minuta, eu não sei se ficou claro mas qualquer coisa pode me interromper. A gente está retirando ela do artigo e o artigo são de coisas que não são benefícios eventuais. Eu vou ler o artigo 22 e vou falar o que a gente está tirando. Artigo 22 – Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais, tais como: I - Órteses, próteses, aparelhos ortopédicos, fraldas, óculos, dentaduras, medicamentos, cadeiras de rodas, dietas especiais, lentes, armações e Tratamento Fora do Domicílio - TFD; II - Uniformes e materiais escolares; III - Materiais de construção; Pagamento de aluguel; IV - Vale transporte, exceto o disposto nas alíneas G, H, I do parágrafo único do art. 21 desta resolução. V- Cesta básica e outros auxílios para alimentação, aí a gente definiu por tirar o inciso 5 do artigo 22, cesta básica, aí a gente vai fazer um artigo específico pra concessão de cesta básica para essa questão alimentar em geral, um artigo específico para isso, e nesse artigo a gente vai tentar deixar claro a eventualidade do benefício e a necessidade de vincular o benefício eventual a outras políticas dos Suas e de outras Secretarias. **Simone:** Vou pedir ao coordenador que termine o seu relato pra que nós possamos abrir para o debate. **Bruno:** Terminei. **Gilberto – Cogemas:** Eu acho que a gente criou a exceção da exceção, a gente vai ter que pensar nesse formato aí, porque é eventualidade do eventual, criar um critério na minha opinião assim que não pode ter o eventual do eventual, eu faço 1 ponderação, 2 aliás, a primeira que nós não podemos penalizar o usuário porque a gente não tem resolvido as questões de segurança alimentar e de pobreza e a segunda é que nós precisamos fomentar uma articulação maior com o conselho de segurança alimentar pra que a gente possa também dar uma resposta institucional e política pra isso, a nossa resolução não vai dar conta do que é o desafio político de ter acesso a alimentação, política de direito, então eu vejo que tem esses 2 desafios aí tem que provocar isso também. **Luanda-Fetsuas:** Eu acho que essa discussão que o Gilberto puxou foi algo que a gente conversou muito a respeito inclusive com a pessoa representante

do conselho da segurança alimentar, entendemos que a gente vai precisar sim movimentar esse conselho junto com o conselho de segurança alimentar junto com outras políticas setoriais para entender essa questão da fome mesmo assim de fato, e eu acho que uma coisa que a gente teve foi consenso no final eu acho que foi lido aí que foi decisão das 2 comissões acabou sendo um consenso mesmo nosso no fim de muita discussão mesmo e de muitas ponderações que eu acho que fez a gente também rever, ver que a resolução dava dúvida que ao mesmo tempo que ela que a cesta básica não entra em benefício eventual logo em seguida tinha um parágrafo explicando que ela no caráter de eventualidade ela pode ser concedida, de emergência, de eventualidade então por isso a necessidade da gente fazer esse artigo e eu acho assim que a gente avançou bastante e acho que a gente vai dar conta de contemplar tudo isso, a gente escutou os usuários quando eles disseram pra gente que pode significar um retrocesso na conjuntura que a gente está vivendo os trabalhadores, os conselhos, o Cress principalmente se posicionou, então eu fico pensando que essa foi uma saída, uma solução bem interessante mesmo pra gente poder amarrar e conseguir dar conta de fazer essa resolução redondinha. **Juanita** – Federação das Apae's: Com essa proposta da comissão então de redefinir o artigo a gente vai confirmar que a concessão de cesta básica é um benefício eventual de assistência social, é isso, nós temos certeza, de todos os avanços que o Suas já caminhou? É isso. **Simone**: Calma gente ela está perguntando vocês tem que levantar o dedo, escrever pra responder no microfone. **Juanita**: Porque de todos avanços que a gente já teve do Suas um deles e muito expressivo foi essa definição porque antes a assistência social só concedia cesta básica porque nós não tínhamos um regramento, nós não tínhamos uma definição de serviço que o benefício era complementar que ele deveria ser atrelado e que política agora trabalha em um outro viés e que se a gente for registrar isso novamente, voltar ao tempo de antes, porque qual que é a minha reflexão e eu estou pensando aqui como conselheira estadual, a gente sabe que implantação de política pública é um processo não acontece da noite pro dia, demora muitos anos para implantação desse processo, dessa política e a gente já tem a norma, a gente já tem a regulação, mesmo assim a gente sabe que tem pessoas que não compreende ou que não tem leitura ainda fidedigna dessa norma e como outra política não concede não existe outro recurso a assistência social continua concedendo, porque outra política não concedeu que era de direito vamos dizer assim, voltar isso novamente pra uma norma do estado significa falar outra política não deu conta então a assistência social vai garantir, é isso que estamos falando? **Deborah**: Bom gente a discussão é bem complexa mas vamos tentar aqui quem participou das oficinas que teve da discussão acho que pôde ver que na verdade o que muda de acordo com a direção que a Ana Lígia coloca nos produtos, o estudo que ela fez, que a nova concepção de benefício eventual é tirar o foco da provisão e colocar o foco na vulnerabilidade, isso é mais importante então a gente deixa de ter aquele foco tradicional que benefício eventual trás que é um foco assim na provisão de acordo com determinados eventos, por exemplo morreu – caixão, está com fome – cesta básica, esse tipo de provisão, então a lógica, primeiro é a lógica de integrar o

benefício eventual ao serviço esse é o ponto nº 1, então os benefícios eventuais eles passam a ser integrados ao serviço a partir de uma avaliação das equipes de referência então você tem toda uma avaliação da situação de vulnerabilidade temporária é pra isso que o benefício eventual vai entrar na primeira vulnerabilidade temporária porque aquela vulnerabilidade que é estrutural ela vai ser resolvida pelo trabalho social com famílias mas uma vulnerabilidade temporária aí voltando ao exemplo que eu estava dando, o fato de uma família de ter morrido alguém não necessariamente precisa do caixão porque pode ser que essa família precisa voltar a unidade ao município para ter convivência senão ela vai ficar isolada aqui, pode ser uma situação, morreu uma pessoa a família ficou isolada não tem mais gente aqui e ela precisa é ter convivência, então a gente vai ter foco nas vulnerabilidades e nas garantias que o Suas afiança então quais são as garantias no caso chegando à cesta básica a garantia que a cesta básica pode estar vinculada é a garantia de renda, de autonomia então é esse tipo de avaliação que a gente tem que fazer, então qual que era a intenção quando estava no artigo 22 a gente dizia o que não leva o Suas, prótese, órtese, uniformes, etc e a cesta básica, então estava posto lá e aí tanto na oficina quanto na conversa das 2 reuniões que a gente fez o Fórum de Usuários pontuando vários conselheiros aqui pontuaram a situação da fome dona Arlete foi uma delas colocando a situação do nosso país, o Consea também pontuou também o Sisan é um sistema que ainda não tem territorialidade nem todos os municípios tem que ele teria que articular políticas e então o que a gente pensou e o que vai vir aí tem que ver que artigo é esse que a gente vai escrever que vai vim pra discussão aqui em novembro, a gente tirou a cesta básica de lá porque não é que a gente está proibindo mas a gente está pensando que na situação de segurança alimentar e aí isso é uma diretriz para que os municípios possam fazer as suas regulações municipais ela pode ter várias situações ela pode incluir a família no programa de horta comunitária, enfim uma outra coisa e pode também não só dar cesta básica mas dar um voucher para supermercado, foi muito discutido que a cesta básica não é a melhor provisão, ela é pesada, as mulheres as vezes tiram os meninos da escola para ir lá buscar a cesta básica, o pessoal do Consea falou muito da questão cultural a cesta básica padrão, cada família tem uma cultura com relação a alimentação pode ser que numa família tenha intolerância a farinha e tem lá um macarrão, enfim, então o que a gente vai tentar fazer que eu acho que isso foi um consenso que a gente entrou é de que a gente vai considerar na ótica do foco da vulnerabilidade temporária das possibilidades da assistência social ter um benefício que garanta essa segurança de forma eventual e ao mesmo tempo a gente vai reforçar nesse artigo a importância, dizer que a cesta básica ou qualquer outra ação não resolve a questão da fome estrutural que essa família tem que ser incluída em programas como PAA de outras políticas, então é isso não sei se ficou claro. **Bruno:** Então Juanita, teve muita discussão mesmo nossa a gente ficou muito tempo, demorou pra gente conseguir sair do lugar porque é um tema muito polêmico mesmo e aí o que acontece a gente até concordou aqui em parte do pensamento que a assistência social já foi vista como o fornecimento de cesta básica, o que a assistência social é ? é o pessoal da cesta básica só que eu acho que com essa

resolução da forma como a gente está planejando a gente está tirando essa cara da assistência social porque a assistência social não vai dar cesta básica vai chegar uma pessoa que se for o caso dessa pessoa receber a cesta básica porque é igual a Deborah falou as vezes a fome dela é de outra necessidade é de pegar uma agricultura familiar ou alguma coisa assim mas se for o caso dessa pessoa que é usuária do Suas precisar de uma cesta básica e chegar num Cras e por acaso ele for receber a cesta básica a gente vai vincular isso por exemplo sei lá a gente vai vincular isso a outras políticas que ela possa precisar entende, mesmo que essa política seja de outra secretaria, se a mulher chega e precisa de uma cesta básica e ela não tem ensino médio a gente vai mandar ela pra escola eu acho que é essa a ideia não sei posso até estar enganado mas acho que é essa a ideia e isso caracteriza o fornecimento de cesta básica como assistência social no meu ponto de vista e descaracteriza como assistencialismo, o Isac colocou uma coisa muito interessante que foi o fato das pessoas acharem que cesta básica é um favor que as pessoas fazem pra ela e isso é o que eu gostaria mais de combater porque ele até comentou que as mães andavam quilômetros e quilômetros com várias criança para o prefeito olhar pra ela e ver que elas tinham várias crianças e que ela de fato ela precisava da cesta básica e não é isso a cesta básica é um direito ou o combate a fome é um direito de qualquer forma mesmo que não seja por via de cesta básica e seja por outras vias, acho que é isso. **Gilberto-Cogemas:** No olhar assim pelo menos meu de gestor eu concordo com a Juanita que a política tem que avançar e até concordo também que uma política de segurança alimentar não é da política da assistência já que existe uma lei orgânica também de segurança alimentar que normatiza algumas coisas sobre isso mas aí eu queria ponderar alguma coisa que a gente precisa de avançar também mas a gente não avança deixando as pessoas pelo caminho, acho isso sabe, a gente vai ter que abrir exceção porque senão os pobres vão ficar pelo caminho é uma decisão muito de solidariedade humana mais do que política pública, tem hora que a gente tem que abaixar guarda um pouco e abrir exceções com convicção mesmo da vida da gente, uma encruzilhada. **Camila:** Então depois da fala de todos os meus colegas eu me senti contemplada e só completando a fala do Gilberto que quando a gente está numa encruzilhada a coisa está boa porque nós temos muitas opções e no caso da assistência a gente ver a cesta básica, eu sei que de fato a gente quer romper com o clientelismo da assistência mais quando você vincula a cesta básica à outras políticas a gente rompe sim com o clientelismo e parte pra questão de emancipação das pessoas porque se a gente faz com que elas tenham acessos a outros segmentos sociais que façam com que elas posteriormente não precisam da cesta básica isso é emancipação, isso é política social. **Juanita-Federação das Apae's:** A minha preocupação eu voltei a falar é porque nós somos co-responsáveis pela política estadual junto com a Sedese e tudo que foi falado aqui não tem nada de novo, isso já está na política nacional, isso está na Loas, isso está nas normativas, não tem nada de novo, o que é assistência, o que é serviços, programas, projetos e benefícios, da integralidade que tem que ter, da situação de vulnerabilidade que concede o serviço, programa ou benefício, que vulnerabilidade ela é econômica e

relacional, e que nessa situação econômica que impossibilita ela, que coloca ela numa situação vulnerável, entretanto eu não estou falando aqui também que a assistência social, a questão do clientelismo do existencialismo eu nem coloquei isso aqui porque isso já ficou longe ou pelo menos deveria ter ficado, a minha reflexão aqui é que nós somos co-responsáveis por colocar isso numa norma estadual que vão subsidiar os municípios a regularem as suas e a gente está falando nessa norma que a cesta básica é um benefício eventual, quando a pessoa precisar ela é um benefício eventual porque ela está com fome numa situação de fome, ela coloca isso numa situação vulnerável é óbvio e se ela não tem condições de enfrentar essa situação vulnerável ela entra numa situação de risco, isso é uma situação que a assistência social deve trabalhar, na minha interpretação pode ser que está equivocada, de uma forma que também está garantida na Loas de transversalidade, mas o meu receio é a gente assinar em baixo e voltar que isso é da assistência novamente, porque lá na Loas fala que a gente tem responsabilidades diretas e a gente tem uma responsabilidade transversal com outras políticas públicas é dessa transversalidade que eu estou falando e não voltar pra nós de uma situação de um bem colocar específico que a cesta básica é uma situação de vulnerabilidade, esse é o meu receio e por isso que eu estou fazendo essa reflexão aqui. **Simone:** Eu estou inscrita depois é o Bruno, primeiro esclarecer para aos conselheiros que nós não estamos discutindo a resolução, ela não está em discussão ainda, o que nós estamos discutindo aqui é o que as 2 comissões trouxe pra nós, o que foi discutido e qual o caminho, qual é a saída que eles acharam pra 2 questões, primeiro pra questão de que a pobreza e a fome ela causa vulnerabilidade, é ela que causa, e nós não estamos falando da vulnerabilidade da pobreza que isso é um problema da assistência social e nem da fome que isso é problema da assistência social nós temos falando de vulnerabilidade relacionais dos problemas das relações de pais e filhos com a comunidade que as 2 situações trazem, é isso que nós estamos discutindo aqui, que é o que tem que haver com a gente, então essa é uma discussão que eles fizeram, o que esta situação trás que é de competência da assistência social, pobreza e fome, sem dúvida nenhuma todas as 2 afetam as relações de mães e filhos, de pais com a comunidade inteira, como diz dona Arlete que a grande novidade é que cada dia aumenta mais a fome e a pobreza do povo brasileiro, sem dúvida nenhuma essa é uma questão a outra tem que ficar claro aqui o conceito ela falou uma dúvida todo mundo tem não existe sistema de segurança alimentar no Brasil, o Sisan é intersectorial, tudo que ele faz ou tem que estar na assistência social, ou tem que estar na saúde, ou tem que estar na educação, e ele não tem oferta nenhuma, então o problema é que ele está em 9 municípios, quando ele fala que estar em 9 municípios o que ele está falando, que lá tem conselho e sei lá bônus sei lá o que é, é isso que eles chamam então não tem quem oferte cesta básica, a saúde oferta? Oferta, lógico que a saúde oferta, mas a saúde oferta na situação de vulnerabilidade de insegurança alimentar da saúde, dietas específicas essas coisas, nós estamos discutindo qual é a nossa, porque se a gente não fizer uma intervenção na fome e na pobreza ninguém vai fazer é isso que a gente está discutindo não adianta achar que não tem área de segurança

alimentar, não tem área da segurança alimentar e nem vai ter não é obrigado a ter e cada vez vai ter menos porque vai juntar tudo cada vez vai juntar esses próximos anos vai ser um ajuntamento, então não tem a área da segurança alimentar, tem equívoco no governo federal ? Tem, há porque lá tem uma secretaria de segurança alimentar, mas lá tem há, secretário de segurança alimentar, tem secretaria nacional de alimentos e cidadania e tem uma secretaria de assistência nacional chamada MDS, mas isso não significa que lá existe uma política específica de renda e uma política específica de segurança alimentar, não existe, e aí começa uma discussão nós estamos fazendo uma pequenininha aqui porque se a gente for discutir mesmo de quem é a responsabilidade dos restaurantes populares de quem é a responsabilidade do **Proar**, se não tem área específica da segurança alimentar quem é responsável por isso, nós nem estamos discutindo essa confusão aqui, nem estamos discutindo aqui, então é o caminho que nós estamos discutindo porque igual a Déborah lembrou no dia que nós fizemos a oficina a cesta básica não estava na nossa proposta, não estava, então o que aconteceu lá, aconteceu o que deveria ter acontecido mesmo, todo mundo falou assim, quem vai cuidar dessa oferta da cesta básica nas situações que causaram rompimento de vínculos familiares e comunitários causados pela fome e pela pobreza, essa foi a questão que nós discutimos lá, aí nós tivemos que rever toda a nossa posição, aí vem o Conselho Regional de Psicologia, vem o conselho regional de assistência social, não nós entendemos que essa provisão ela é sim da assistência social e passou a discutir aqui a situação, nós temos que ver na minha opinião é como que isso vai ser escrito nessa resolução, vários alertas já foram dados aqui e todos tem que serem levados em consideração, ontem na nossa reunião de governo mesmo a Maria do Carmo levantou uma questão aqui que eu acho que ela deve levantar, todo mundo deve que se posicionar aqui para que a comissão tenha condições de elaborar a melhor proposta. Então nesse sentido eu me inscrevi para falar sobre isso e também para alertar a comissão de que ela deve se ater ao artigo 25 da Loas sobre o projeto de enfrentamento a pobreza e de que ela deve se ater também a regulamentação do Ministério do Desenvolvimento Social sobre a situação de emergência na assistência social deve voltar essas 2 regulações porque em todas 2 tem provisão desse tipo de oferta e também acho que com todo respeito não está escrito claramente aqui no relato olha como que está escrito, vamos ler, retirar a cesta básica do artigo 22 que não há inclui como benefício eventual e criar um artigo específico sobre ela, nós vamos criar um artigo específico sobre cesta básica? Gente, eu estou lendo o que está escrito aqui, aí a Juanita tem toda razão, do jeito que está escrito aqui ela tem toda razão, parece que nós vamos voltar 20 anos atrás até fazer um artigo específico sobre isso, então eu estou chamando a atenção de como está escrito aqui, nesse artigo deve deixar claro a sua eventualidade, a importância então eu também sugiro que melhore, deixe mais claro o que vocês querem a forma como está escrito aqui. Bruno se inscreveu de novo. **Bruno-CMAS** Juiz de Fora: Primeiro eu queria só uma coisa, primeiro que a gente é muito flexível o que for decido a gente vai aderir, mas o que a gente tem que discutir além da necessidade do usuário e tudo mais é sobre a política eu até escrevi uma pergunta

aqui, fornecer cesta básica, vincular esse fornecimento de cesta básica a um programa da assistência social que pode tirar aquela família de uma situação de extrema pobreza não é uma assistência prestada a sociedade, não é uma assistência social, não sei dizer é pra gente pensar sobre isso, não é uma política de assistência social outra coisa que eu queria falar é que a gente não voltaria a cesta básica para resolução porque a resolução de benefício eventual hoje se eu não me engano contempla a cesta básica como benefício eventual então ela não voltaria a ser ela só deixaria de ser. **Isac** - Angolo: Boa tarde que bom que todo mundo almoçou, discussão gostosa né, falar de comida é bom, o que eu queria destacar que a abertura das comissões pra participação de usuário ela foi muito importante, é um ponto e o outro ponto eu tive a sensação de que a resolução que estava sendo pensada ela estava numa perspectiva de retirar a cesta básica de benefício eventual da assistência social mesmo em caráter eventual e passar para a política de segurança alimentar eu tive essa sensação, tive a sensação que pelo menos até antes da última reunião a gente estava fazendo uma discussão no Ceas envolvendo mais de uma política dando responsabilidade a uma outra política sobre a qual a gente não é responsável, não sei se é assim que se fala, e sem o conhecimento da outra política eu fico imaginando o que a gente ia fazer, porque ficou claro que a gente não conhecia a discussão do conselho de segurança alimentar lá na reunião, e são pontos que eu acho relevante e a participação do Conseas conosco ela foi muito importante nesse sentido e talvez devemos estender aqui porque tem alguns pontos que eu achei interessante aqui porque um dos motivos para tirar, não regulamentar isso na assistência social é dizer que a cesta básica na assistência social tem caráter existencialista que faz politicagem com ela e tal, mas o que a gente percebe que o que faz isso é justamente a falta do controle social sobre isso que é onde as prefeituras aproveitam e a gente viu também que tirando a assistência social na oferta, quem oferta são as igrejas, são os vereadores, são os prefeitos, são outras entidades encaminhadas por ele então eu vejo que descaracteriza o direito e com relação a cesta em si física que algumas pessoas colocaram que é cansativo, as pessoas pra ir buscar tem que levar os filhos eu até relatei mesmo que eu fiz parte disso quando eu era criança eu ia com a minha mãe a gente andava vinte e poucos quilômetros pra ir lá na prefeitura para pegar a cesta e deve ser por isso que eu virei atleta depois mas isso era também em função do existencialismo e quando a gente optava outras opções como decúmero, cartões que fez em casa para isso e que a gente está falando com relação ao artigo que tratava isso na resolução é que ele falava que não é possível nada relacionado a alimentação isso é falado ali e assim é claro que a forma que está escrito na resolução se a pessoa não quiser distribuir ela não distribui mesmo isso é maldade se o gestor fala que não pode é porque não pode, então eu vejo que tem sim a necessidade da gente garantir esse direito e caracterizá-lo e depois não seria possível do jeito que está escrito aí e a gente precisa tomar cuidado de não tirar o direito do público que acessa, isso é fundamental principalmente nesses tempos, sem a garantia isso é fundamental e ficou claro que é preciso debater mais a segurança alimentar, com a segurança alimentar além da cesta básica mas no

papel da assistência social em parceria com o setor de segurança alimentar e outros setores porque a assistência social sozinha não dá conta disso, por enquanto é isso que eu lembrei, eu não estou me lembrando de mais nada agora. **Arlete** – Graal do Brasil: Eu sempre fico pensando sobre essa história da cesta básica desde que a gente levantou essa questão aqui que ela é necessária a gente não tem dúvida, agora nós não podemos eu penso que é tirar ela de um lugar que ela ainda que muito mal administrada já está mais ou menos confortável e colocar ela em lugar nenhum, eu fico aqui pensando assim a gente que está na base a gente que está no meio dessa comunidade que mais passa fome quando fala da dificuldade que a gente tem de escrever isso, de deixar isso claro pra isso poder chegar na casa da pessoa nem passa perto do que é ter o acesso a essa cesta nas comunidade e aí a nós podíamos ficar aqui contando histórias do que acontece nas comunidades para as famílias que não tem comida ter direito, eu sei de história de mãe que teve que pôr o seio pra fora e apertar para sair o leite para a mulher do prefeito ver que ela realmente ela estava amamentando para ela receber 2 pacotes de macarrão, então eu tenho uma dificuldade muito grande de tratar disso que embora eu nunca tenha passado fome eu já passei por muitas necessidades é dessa história de pelo menos 3 refeições por dia e lembrando que a cesta básica dependendo do tamanho da família a cesta básica não dá nem para uma semana então eu também não sei o que a gente tem que fazer agora eu só sei de uma coisa que a cesta básica vai ter que chegar nas casas da família vai, como nós vamos fazer eu não sei mas nós estamos aqui para fazer isso, e soltar ela para ela ficar acampada onde ela não vai funcionar vai ser pior ainda, eu não sei se ela caminha para gente fazer uma construção como foi proposto por Bruno que a comissão já fez, que tamanho que vai ser esse parágrafo que a gente vai escrever, como que a gente vai atuar em cada cidade para discutir isso, mas eu acho que quanto mais tempo a gente leva para definir como que ela chega nós vamos aumentar o índice de desnutrição principalmente de crianças e idosos. **Simone**: Não tem ninguém escrito. Se não tem ninguém escrito vamos voltar ao texto pra gente tentar melhorar, veja aqui gente na segunda página, tem a primeira, tem a segunda, no último parágrafo está escrito assim, durante a apresentação do Consea foi percebido que não há entre suas ações alguma provisão como a cesta básica e segundo a sua representante não há nenhuma discussão no Sisan sobre a provisão de cestas, isso me parece um pouco diferente do que foi relatado aqui coordenador, pelo que eu entendi que o senhor falou não tem provisão alguma, olha o que está escrito aí, então durante a apresentação do Consea foi percebido que não há entre suas ações nenhum tipo de provisão deveria ser assim, não há nenhuma, não é isso? Déborah eles trouxeram a apresentação, trouxeram? **Déborah**: Trouxeram. **Simone**: Tem que voltar lá e ver como eles escreveram. **Déborah**: Trouxeram, eles falaram isso mesmo que eles não fazem nenhuma execução e aí eles apresentaram um organograma que todo mundo tomou um susto porque está lá todas as políticas e o que cada política oferta. Aí estava lá nem era assistência social o nome que eles usam é desenvolvimento social, o desenvolvimento social estava lá eles contam com a cesta básica do desenvolvimento social então estava lá enfim é isso o que eles

apresentaram. **Simone:** Então tem que consertar eu não sei se a gente vai fazer agora, talvez não, fala Isac. **Isac:** Só assim, se ficou claro mas o que foi interessante lá é que a segurança alimentar ela não tem um órgão executivo é isso que passaram pra gente que eu não entendi que eles não tratavam sobre cesta básica eu entendi que eles não tratavam sobre alimentação em caráter de emergência e de eventualidade mas eu entendi que eles não tem órgão executivo, é isso. **Déborah:** A Rosa está aqui me lembrando que a gente tem apresentação que eu sugeri de mandar para todos por email de todos a apresentação que foi feita que eu acho que fica todo mundo também a parte, é bom. **Simone:** Tudo bem mas você podia explicar de novo porque o Isac perguntou de novo. Vamos conversar. Sim gente ele pode ter assistido mas o negócio é confuso demais. **Isac:** Eu não perguntei eu falei que eles falaram que não tem órgão executivo e não que não tratam sobre o assunto. **Camila:** A questão que foi colocada a Déborah vai falar da apresentação. **Déborah:** Aqui ela mostrou então como é que funciona o Sisan. O Sisan é um sistema integrado, eles não contam com uma execução direta então o que eles falaram, eles contam com educação, saúde, desenvolvimento social, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico, turismo e esporte, aí tem combate a adversidade, feira livre, tem tudo que pode ter no município mas não está estabelecido sobre qual secretaria vai estar, então uma coisa que ela falou também eu não sei se vocês estão lembrados, ficou cravado também a apresentação dela, que eles sugerem que cada município o prefeito determine, então onde vai ficar o restaurante popular, aonde vai ficar a horta comunitária, bolsa família está aqui bolsa família o que já é regulado está regulado, mercados públicos, agricultura familiar e urbana, então é isso, restaurante popular, compras institucionais eles entendem o sistema assim, está tudo solto, é uma articulação de várias políticas, é uma outra lógica, solto no sentido de ele não é um sistema como é o Suas, que tem lá todo serviço, benefício, ele é um sistema de integração. **Maria do Carmo:** O que me preocupou foi uma fala de uma representante do Consea que ficou muito claro que Consea não executa, trazer para dentro de uma mesa da assistência social falar o que é da assistência social, isso que eu fiquei preocupada olha é um sistema ninguém tem a responsabilidade mas a fome é da assistência social aí me preocupou porque transferiu uma responsabilidade pra assistência social que não é dela, nós temos responsabilidade com a pobreza, com outros enfrentamentos mas ficou caracterizado que eles estão transferindo para a assistência social uma solução de uma coisa que a gente não vai dar conta de fazer. **Simone:** Nós não somos responsáveis sozinhos né Maria do Carmo, Isac. **Isac:** Na fala parece assim que antes eu não sei se vocês perceberam na minha fala mais eu estava sentindo que a gente estava fazendo isso até o momento de quando a gente estava discutindo com a segurança alimentar então pra mim o que parece claro é que precisa da gente conversar muito mais com o setor da segurança alimentar inclusive sobre isso, essa é a minha sensação que falta mais diálogo para entender mais sobre os papéis. **Simone:** Então a gente precisa melhorar aqui nós precisamos melhorar e compreender também né gente não é uma questão simples lembrando que nós tipificamos os serviços em 2009, lembrando que os projetos de

enfrentamento a pobreza eles também tem pouca regulamentação, lembrando que o decreto de benefícios eventuais é bastante genérico, que o conselho nacional tem uma resolução que diz o que não é por isso esse esforço nosso aqui é muito importante pra dizer o que é, o que é e como é, então é um esforço importante acho que nós devemos que valorizar, bem eu aí também chamo a atenção pra forma como escrevemos aqui retirar cesta básica do artigo 22 que não a inclui como benefício eventual e criar um artigo específico sobre ela então tem que deixar mais claro aqui o que a comissão pretende de fato, se alguém quiser fazer uma proposta pra gente poder discutir. Bruno, Camila, Marta. **Bruno:** A gente pensou aqui eu e a Camila numa proposta de mudança desse 1º artigo, desse primeiro encaminhamento, desculpa, eu queria trazer aqui, pode ser agora ou você prefere que volta da comissão: **Simone:** Vamos falar, sabe porque viu Bruno, eu acho que dá tranquilidade pra vocês um certo acordo nosso aqui, o assunto é polêmico vocês sabem, então se a gente puder ajudar vocês também eu acho melhor. Então coloca aí pra gente discutir. **Bruno:** Então no lugar do primeiro encaminhamento desse que você colocou fragilidade no lugar dele colocar: criar um artigo que regulamente a concessão do auxílio alimentação destacando a sua eventualidade e a necessidade de vinculá-la a outros programas visando tirar o usuário da situação de vulnerabilidade. **Simone:** Alguém quer falar, Marta, Maria do Carmo. **Maria do Carmo:** Se a nossa garantia de renda a gente tirar esse nome auxílio alimentação, auxílio, que seja de renda senão a gente volta de novo só trocou o nome da cesta básica para alimentação, não pode ser assim? **Bruno:** Eu tenho um pouco de medo Maria do Carmo porque o auxílio que está em questão é justamente voltado à alimentação então não sei eu posso até está enganado mas eu acho que o ideal é a gente focar na alimentação mesmo, não sei. **Marta:** Acho que depois a gente pode achar o termo tecnicamente mais correto mas o que a gente queria era abandonar o termo de cesta básica porque cesta básica é apenas 1 item de alimentação e foi isso que o pessoal da segurança alimentar trouxe para gente porque além da cesta básica tem outros auxílios que asseguram o acesso a alimentação e aí são vários outros então depois a gente pode até buscar o termo se é auxílio alimentação ou se é outro, mas o que a gente queria que a cesta básica realmente da forma como estava diminuía e da forma como o artigo estava redigido dava ideia de proibição dos municípios de ofertarem a cesta básica e outros apoios que a alimentação carecia para assegurar a segurança de alimentação daquela família. **Déborah:** Eu vou no caminho mesmo que o Bruno e a Marta trouxeram, que a ideia já é um passo eu acho a gente não usar o termo cesta básica que a gente saia deste estigma e dessa tradição da cesta básica acho que a gente já dá um passo à frente e aí a gente consegue trabalhar algo que possa se adequar às várias realidades dos municípios que tem municípios de grande porte que tem sim uma secretaria de segurança alimentar que vai lá ofertar o restaurante popular ou o que for, porque pode ser também, dependendo da situação uma pessoa que chega lá ela pode receber como benefício eventual um voucher para comer no restaurante popular, isso pode vir a ser um benefício eventual, pode ser também algo do supermercado ou pode ser a cesta básica então eu acho assim a gente deixar para a realidade do

município eles regularem via conselho municipal o que vai ser esse benefício eventual relacionado com a nutrição que a gente tem que ver qual termo que a gente vai utilizar, pode ser financeiro, enfim é isso, a gente tem que pensar esse termo nós vamos ter que quebrar a cabeça e trazer aqui uma proposta. **Maria do Carmo:** É preciso que o estado faça essa regulamentação, não pode nem permitir nem negar como está sendo falado aqui deixar para o município fazer? Não falar disso deixar como está mesmo igual o governo federal deixou o texto lá situação de vulnerabilidade e deixa para cada município regulamentar do seu jeito porque está levando para o estado uma responsabilidade de estar induzindo a fazer se a gente começa a falar disso, o município conforme o seu porte, acho que tem muito sentido mesmo conforme seu porte não tem como pensar em nenhum tipo de transferência de valor ou de outra forma, não adianta as vezes você entregar uma cesta básica por exemplo a um casal de idosos que não tem como fazer o cozimento do alimento, então assim é muito difícil falar, cada município tem sua realidade não pode deixar isso sem falar e deixar que os municípios regulamentem isso não? é necessário que o estado faça essa regulamentação? **Bruno:** Uma das polêmicas dessa resolução, dessa minuta, desculpa, foi a informação de que a cesta básica é um favor que o município ou a Igreja ou o vereador presta ao usuário no caso nem o usuário porque não precisa ser usuário para poder receber uma cesta do vereador, então eu acho que se a gente não regulamenta a gente está perdendo a oportunidade de fazer isso com o usuário de fazer ele ter que ir lá mostrar como a Arlete bem colocou o seio para a primeira dama da cidade seja lá quem for para mostrar para provar que ela está amamentando e que ela de fato merece uma cesta básica, acho que a gente regulamentar isso no estado a gente pode acabar com esse tipo de coisa é uma opinião minha eu não sou assistente social então eu quero muito a opinião de todo mundo mas no meu ponto de vista tem que colocar sim, tem que regular aqui no estado, é uma oportunidade que a gente tem aqui e agora. **Marta:** Depois a gente vai chegar onde a Maria do Carmo colocou, primeiro dizer que essa resolução ela é um avanço, o esforço que nós estamos fazendo aqui é um avanço, não é dizer mais do mesmo não, sobre inovações do Suas, sobre novos preceitos da política, é que nós estamos exatamente numa resolução tentando demonstrar que benefício eventual que é um benefício dos mais antigos concedido no cunho da assistência social ele também está avançando, e dizer que ele é auxílio natalidade e auxílio funeral é muito pouco e é um pouco disso que esse conselho ficou incomodado porque a gente reproduzia o Loas e pouco auxiliava as dúvidas e as questões que cotidianamente os municípios vivem na concessão dos benefícios eventuais, eu avalio o que isso aqui que a gente está fazendo é inovador mesmo nós estamos enfrentando e construindo uma inovação de forma coletiva e com a contribuição de todo mundo, aí Maria do Carmo o que nós estamos tentando fazer na resolução até porque existem normativas locais, legislação municipal que até diz como é o fluxo de concessão até para prever em lei no orçamento a concessão do benefício, é tentando arraigar alguns conceitos e que eles sejam claros e fáceis de serem compreendidos e fácil de ser aplicado, o que vai colocar para esse grupo fazer a construção disso aí é tentar trazer esse conceito que ultrapasse a cesta

básica mas que tenha haver com a segurança que se vai buscar alcançar e aí a gente não sabe se é auxílio alimentação depois a gente vai ter que discutir o que é, mas eu acho que é competência do estado sim, tem uma resolução do conselho estadual de forma clara os conceitos pra que depois a revisão da realização dos municípios que também era uma grande preocupação desse conselho incorpore esse espírito. **Silvana-Educação:** Eu acho que é reforçando um pouco o que o Bruno disse que todo mundo está dizendo, que é em relação a garantia da segurança alimentar e isso nós não podemos deixar em aberto para que o município resolva como vai garantir, acho que nós avançamos muito no combate a fome não podemos retroagir agora e permitir que as pessoas passem fome onde quer que elas estejam nos municípios, no estado, então acho que tem que ter um acordo nem sei se é um acordo, acho que nós não podemos pactuar nem pra todas as áreas, nem para todos os entes federados, mas deveria pensar sim num acordo uma carta de intenções para os entes federados articulando as diversas área do municípios para o combate à fome e aí que esteja assegurado ou numa carta de intenções ou em alguma coisa mas que seja parte de um pacto federativo que articule as diversas áreas na execução e no combate a fome, não podemos permitir que a fome retroaja. **Consolação:** Só para contribuir, o termo auxílio ele se encontra na lei orgânica inclusive fala da competência dos municípios que na hora que vai efetuar o benefício ele transforma efetuar pagamento de auxílio natalidade e funeral, então o termo auxílio se encontra na lei orgânica ainda no que se refere a normatização, no artigo 22 fala que a concessão e o valor dos benefícios que se trata esse artigo serão definidos pelos estados, Distrito Federal e municípios previstos nas respectivas leis orçamentárias com base em seus critérios e a nossa lei estadual ela fala da necessidade da regulamentação, então ela utiliza também isso, que o Ceas regulamentará a concessão e o valor dos benefícios eventuais de acordo com critérios e prazos definidos pelo conselho nacional, então a gente tem que regulamentar e a outra questão é o auxílio, ele se encontra aqui esse termo. **Gilberto-Cogemas:** Eu queria pensar, sugerir assim, pensar com vocês, se tem auxílio esse termo, a gente coloca assim condicionalidade para auxílio de segurança alimentar, tipo assim, liberação de auxílio de segurança alimentar desde que aprovado pelo conselho municipal de segurança alimentar e previsto no plano municipal de segurança alimentar, entendeu, porque você não fecha a porta, que aí também concordando com o que a Juanita falou que a gente tem um avanço da política de assistência social e aí eu sugerí, vamos debater, estou sugerindo isso, criar uma condicionalidade porque senão a gente não vai romper com essa questão da segurança alimentar e a gente não vai criar acúmulo de debate porque isso também tem que ser debatido, fome é uma coisa que não se espera, quem tem fome tem pressa, já dizia o nosso grande companheiro Betinho, então assim criar uma condicionalidade porque também o município tem que se mover, ele tem que se movimentar, no sentido que criar uma solução para segurança alimentar senão vai ser 1 milhão de cesta básica daqui alguns dias Minas Gerais entregando tudo com recurso do piso e de outros recursos próprios mesmo, então acho que a condicionalidade também, o ente federado podia assumir o seu papel de fomentar,

de criar, propor. **Maria do Carmo:** Esse fato da condicionalidade foi levantado ontem também, primeiro eu só queria saber em questão da garantia eu não sei se eu estou correta me parece que pelo censo suas quase 100% dos municípios ofertam cesta básica, é isso Consolação? não, em relação a condicionalidade ontem foi levantado isso sabe Gilberto, mas aos modos por exemplo do bolsa família se a família, se vai constar benefício para esse família deva existir uma condicionalidade para ela também querer mudar de vida ela participar talvez de um processo de capacitação, de alguns momentos de orientações de reaproveitamento de alimentos, essa família vai aprendendo também a superar a fome não só com a oferta do que vai chegar, eu não sei qual nome que vai ser dado a isso, mas aos modos do bolsa família condicionar a participação da família em processos que vão trazer evolução para essa família e promover o desenvolvimento da família, isso a gente vai tentar colocar, está previsto pra gente colocar na hora que vier o termo de elaboração correta da resolução de tentar colocar alguma coisa nesse sentido.

Gilberto: Eu queria dizer que eu esqueci da condicionalidade, a condicionalidade é para o ente federado, para o município, não é pra família não, a família não pode ser penalizada por ser pobre, então a gente começar criminalizar a pobreza que já está sendo feita aí pra tudo qualquer lugar mas é fomentar pra que o município que crie um plano municipal para fazer isso aí que você falou Maria do Carmo, é garantir acesso a política de trabalho, geração de trabalho e renda, geração sei do lá quê, um monte de coisa que possibilita hortas urbanas, práticas urbanas e rurais, um monte de coisa aí que está previsto para sanear essa questão da problema da fome o que a gente quer é que o município levante da cadeira e comece a fazer isso coisa que até hoje o Consea todos esses instrumentos todos de segurança alimentar não conseguiu fazer, inclusive esse problema da fome é um problema sério os restaurantes populares de Minas e de todo o Brasil estão todos fechados precisa ter um debate mais ampliado lógico que não é competência só nossa mas eu acho que o ente federado, o município ele na hora de pactuar o dinheiro por exemplo o piso mineiro ele tem que mostrar lá na Loa que ele tem plano municipal de segurança alimentar para pactuar o benefício de segurança alimentar então eu acho que é isso também, igual tem condicionalidade para outras coisas tem que criar uma aqui.

Maria do Carmo: Mas a grande crítica Gilberto é que as famílias as vezes se acomodam as ofertas e não tentam, então o que a gente pensou é condicionalidade para outros municípios sim quando a gente falou de outras políticas intersetoriais o município tem que estar envolvido tem que está ofertando opções em família mas a família precisa também a participar de alguns processos é isso que a gente pensou senão você também não consegue eu estou falando isso em função por exemplo de um benefício de aluguel social que já vem sendo em progressão finalizado agora desde 1 ano atrás pra cá, no dia 3 de novembro no meu município vai ser encerrado um prazo dado pra família de 1 ano para que elas possam se adequando pra passarem pra um processo agora de superação e sair do aluguel social, poucas famílias aceitaram participar de alguns processos inclusive de inscrição na minha casa minha vida, a família preferiu ficar nos moldes de acolhimento do município do que participar de uma possibilidade de ter sua

habitação própria. **Simone:** Gente eu vou pedir um favor a todos os conselheiros, vamos fazer um acordo aqui, só pega o microfone na ordem da inscrição, está certo, todos falarão mas na ordem da inscrição. **Déborah:** Eu só queria ponderar o seguinte gente, esse assunto é muito amplo e eu acho que também a gente não pode esperar que uma resolução de benefício vai esgotar toda a questão da política de combate à fome, pobreza e etc e tal, então acho que tem um pouco disso que o Gilberto começou a colocar ali eu acho que são outras questões que tem que ser enfrentadas, pensar em articulações, pensar de como integrar como conselho de segurança alimentar, enfim uma série de outras ações que esse debate trouxe pra gente da importância de serem desenvolvidas pelo Ceas outras discussões e ações em relação a isso, então é só isso que eu queria dizer e a gente tem essa questão dos benefícios e aí depois a gente pode mandar quantos que tem eventual, quantos que tem alimentação pra todo mundo ficar com as informações. **Bruno:** Eu acho que com o novo artigo que a gente está pleiteando aqui da minuta eu acho que o número de cesta básica que o estado de Minas Gerais oferta, eu acho que ele vai diminuir e com o tempo oferta, o estado não, os municípios ofertam, e outra coisa só para pontuar que o Gilberto tinha feito uma sugestão que muito pertinente que a gente pensou ontem só que de Minas Gerais menos de 1\10 dos municípios tem Conseqs então fica um pouco complicado que menos 1\10 de oitocentos e tantos municípios sessenta e poucos se eu não me engano acho que foi isso que ela disse ontem, então fica complicado pra gente fazer dessa forma a menos que tivesse um conselho que substituísse na ausência, não sei, mas é complicado. **Luanda-Fetsuas:** Eu queria só fazer umas ponderações eu acho que essa discussão ela suscita muitas coisas em nós inclusive em relação aos preconceitos mesmos que a gente tem em relação ao usuário, então assim uma coisa é a gente estar aqui discutindo a condicionalidade da concessão da cesta básica a questão da eventualidade a condicionalidade para o município ofertar e outra a relação que a gente tem com o usuário, então eu encontro trabalhadora enquanto técnica do serviço a gente tem em mente assim que o nosso serviço não é um controle sobre o usuário, a gente pode ofertar para os usuários os serviços de outros setores a gente pode ofertar emprego e renda a gente pode ofertar a habitação a gente pode ofertar é um direito dele ter acesso a isso mas isso não pode ser uma condicionalidade e a gente também não pode responsabilizar o sujeito dele estar recebendo a cesta básica durante 20 anos, porque não é culpa dele não é culpa daquela família então a gente tem que tomar todo esse cuidado, ponderar isso sempre porque senão a nossa discussão descamba pra um outro lado, eu entendo isso, é um direito do usuário receber oferta dos outros serviços, mas não é um dever do usuário ter que se responsabilizar por isso, então é mais essa ponderação que eu tenho a fazer eu acho inclusive, eu estou representando o Ceas no GT, acho inclusive que tem que ficar assim muito bem amarradinho mesmo na resolução para não dar esse tom, principalmente no que a gente está vivendo agora, na conjuntura que a está vivendo um retrocesso, conservadores pra gente ter aí o perigo das prefeituras interpretarem da gente ter trabalhadores, técnicos que vão comprar esse discurso mesmo então cuidado com isso. **Arlete** – Então, ainda a gente está no meio de uma campanha

que diz o seguinte: Suas é meu, é seu é de quem tem direito, a gente está dizendo isso colocando na rua e ontem também a gente discutia aqui a questão do tratamento diferenciado para população em situação de rua e imigrantes, a gente também falava disso aqui ontem e hoje foi passado aqui nos informes, e nós estamos desde que voltamos do almoço discutindo quem tem direito a cesta básica ou ao auxílio alimentação, eu estou achando muito parecido com as questões que o pessoal que acompanha a população em situação de rua e imigrantes essa nossa discussão e a gente fala das famílias pobres e aí das nossas falas aqui eu vou pontuando algumas coisas inclusive a questão da meritocracia e também a questão da eventualidade nós estamos trabalhando com uma proposta de política eventual agora só vai sair do campo da eventualidade quem receber condições pra isso por isso é que tem que ter condicionalidade e quem tem que fazer a oferta da condicionalidade é o estado brasileiro que é responsável por esse povo que está aí, por exemplo a pessoa lá não quis fazer a inscrição da minha casa minha vida, é preciso conversar tem alguma coisa errada, ou com essas famílias que não quiseram se inscrever ou com a abordagem feita que elas entenderam que talvez ali não era lugar delas e aqui eu não estou colocando em cheque a questão da abordagem profissional, porque eu entendo de quem tem ali fazendo aquela abordagem ele tem competência suficiente para.., e aí no entanto eu continuo entendendo que enquanto a gente não encontrar uma fórmula, uma metodologia de por comida na boca de quem precisa a gente bom ou mal vai continuar comendo, e muita gente com fome por que lhes falta meritocracia e aí também então talvez seja necessário que a gente que crie também quem é que nós vamos elencar para viver ou morrer, na minha comunidade pela pastoral da criança nós conseguimos identificar quatrocentas e poucas crianças em situação de desnutrição e a pastoral está dando conta de atender duzentas e pouco e aí a gente está fazendo campanhas para que as pessoas ajudem, como nós vamos fazer enquanto o estado não cuida a comunidade se vira, aí você as vezes tira um pouco que tem para poder dividir, porque o estado enquanto provedor ele dá conta porque quem é o estado, aí dentro do estado tem quem dá conta de ver o outro morrer de fome, agora na comunidade, no corpo a corpo, no seu vizinho, no seu aluno a gente não dá conta não, por isso que também é uma luta da educação principalmente dos professores que é quem faz o corpo a corpo com as crianças, a luta pela merenda, pela qualidade da merenda então a gente que está nesse lugar a gente consegue deslumbrar isso numa outra perspectiva, eu penso que a gente precisa avançar sim, como eu não sei, vai voltar, não sei. **Simone:** Não tem ninguém inscrito vamos voltar ao texto, eu entendi que todas as falas que prosseguiram a proposta do Bruno e da Camila ninguém contestou o texto escrito o que foi colocado aqui foram ponderações que a comissão deve levar em conta na hora de escrever, primeira ponderação, retomar a lei orgânica da assistência social para estar de acordo com a legislação, então tem na Loas, tem decreto dos benefícios eventuais tem resolução do conselho quer dizer está em consonância, a outra recomendação que compreendi aqui, foi de que a escrita não traga o caráter punitivo pra família pra receber o benefício que já é muito pouco, pra gente ter o cuidado de não criar novas

exigências além da exigência de nascer pobre no Brasil, a outra ponderação do secretário Gilberto é que a gente pense numa integração já nessa resolução que ela pode por uma integração com a política de segurança alimentar e nutricional, então eu acho que a gente tem que pensar também isso que foi colocado aqui, conseguiu encaminhar e compreender, então Bruno você terminou o relato? Sim, mais uma vez eu quero viu Bruno, você o Helder, todos os membros da equipe parabenizá-los não é uma tarefa fácil vocês estão pegando esse assunto com bastante seriedade, responsabilidade, democracia é isso por isso que nós gostamos desse negócio, vem aqui a gente não concorda discuti, discuti, discuti, volta de novo, vocês vão enfrentar de novo, vão discutir de novo vão trazer uma proposta pra nós, e é isso na hora que sair também vocês vão ver na hora que sair aí todo mundo se sente muito contemplado, foi assim que a gente fez no Suas e foi assim que deu certo, eu penso. Muito obrigado a todos. Agora a gente vai passar para o conselheiro Helder que vai proceder o relato da comissão de normas. **Helder-CMAS** de Pedro Leopoldo: Então contextualizando também da mesma forma, da mesma metodologia que o Bruno utilizou aqui, vamos contextualizar como que nós chegamos a uma revisão da resolução 363, primeiro nós reunimos no dia 12 de abril para fazer essa revisão a partir de uma minuta de alteração lembrando que trata-se das denúncias recebidas ao conselho estadual de assistência social e revogando essa resolução que a gente está revendo aqui, ela foi compartilhada por todos os conselheiros no mês de março para avaliação e contribuições no mesmo mês foi apresentado na plenária para deliberação com sugestões de alterações dos artigos da resolução em vigência, lembro que na data a Simone até falou assim, vamos amadurecer mais que não está pronta essa resolução, então ela foi retirada de pauta devido ao questionamento da plenária em relação aos seguintes aspectos, primeiro aspecto foi sobre denúncias anônimas e a gente discutiu aqui em plenária como a gente fazia a devolutiva dessas mesmas, outra sugestão foi até apresentada pelo conselheiro Wilson a possibilidade de utilizar o aplicativo Sara Nobile e convidar a ouvidoria do estado pra reunião da comissão para conhecer os fluxos e procedimentos que utilizam as denúncias anônimas e suas devolutivas, destacando que não é objetivo do Ceas criar uma ouvidoria própria e que o objetivo do conselho é realmente essa questão da celeridade dos processos, houve sim uma consulta ao setor de informática da Sedese sobre esse aplicativo que foi sugerido aqui e em relação a sua compatibilidade aos nossos sistemas e dos sistemas dos municípios, foi levada em consideração também a facilidade de acessos e outros aspectos em resposta o setor de informática esclareceu o seguinte: que a plataforma se mostra ser um canal útil para recebimento de denúncias anônimas porém sua operacionalização ela demanda um certo nível de conhecimento tecnológico prévio bem como a exigência de instalação de aplicativo também da realização de cadastro de usuários, fatores esses que dificultam acesso de boa parte da população e aí eles não recomendaram que o Sara seja o principal veículo utilizado para essa finalidade, ainda conforme deliberado em plenária a comissão de normas ela convidou a ouvidora geral do estado para uma reunião do mês de agosto com o objetivo de conhecer o fluxo dos procedimentos que esse órgão utiliza para as

denúncia e assim ajudar a gente nas discussões na revisão da resolução de denúncias recebidas nº363/ 2011 principalmente no quesito celeridade, denúncias anônimas e como se dá as devolutivas, durante a reunião da comissão de normas, no em 16 de agosto os auditores determinados para representar a ouvidoria geral do estado os auditores da saúde e da fazenda se pronunciaram a respeito das manifestações das denúncias dos usuários da política estadual de assistência social recebidos pelo Ceas conforme procedimentos dispostos na resolução 363 de 2011 que está em processo de revisão pela comissão de normas fizeram algumas considerações sobre a competência do Ceas e da ouvidoria e recomendaram a criação de uma ouvidoria específica para política de assistência social assim como a ouvidoria específica da saúde, após muita discussão a comissão de normas apresenta a essa plenária para deliberação a minuta da resolução que dispõe sobre os procedimentos aplicados as denúncias recebidas no conselho estadual de assistência social Ceas MG. **Simone:** O Helder vai proceder a leitura da resolução e a nossa secretaria executiva vai anotar os possíveis destaques. **Helder:** Minuta de resolução nº /2018 dispõe sobre os procedimentos aplicados as denúncias recebidas no conselho estadual de assistência social Ceas MG, o conselho estadual de assistência social de MG no uso de suas atribuições conferidas pela lei estadual nº 2.262 de 26 de julho de 1996 e considerando a Loas a PNAS, a Nob /SUAS, a Resolução CNAS nº 4, de 09 de fevereiro de 2011, consolidada com a Resolução nº 8, de 04 de agosto de 2015, a Resolução do CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014 e a deliberação de sua 238ª Plenária Ordinária, ocorrido em, RESOLVE: Art.1º Estabelecer os procedimentos aplicáveis no processo de análise e apuração de denúncias recebidas no Conselho Estadual de Assistência Social – Art.2º Considera-se denúncia a comunicação de ato ou fato que aponte eventuais irregularidades em assuntos de competência do Conselho Estadual de Assistência Social –, sendo preservado o sigilo do denunciante. Art.3º A denúncia deverá apresentar: Inciso I – os dados do denunciado, se conhecidos; Inciso II – exposição clara e precisa do ato ou fato denunciado, explicitando os indicadores de eventuais irregularidades por escrito ou em Plenária do CEAS MG, que será reduzida a termo, para ser anexada ao processo. Art.4º As denúncias serão protocoladas na Secretaria Executiva do CEAS, que as encaminhará ao Presidente. Art.5º O Presidente do CEAS mediante despacho encaminhará a denúncia para análise e instauração ou, não, do processo, se for o caso, a saber: Remessa a Mesa Diretora ou; Remessa a Comissão de Ética ou; Remessa a Comissão Temática afeta ao assunto ou; Remessa a Comissão criada especificamente para apuração da denúncia ou; Remessa ao Órgão competente. Parágrafo 1º O CEAS poderá solicitar esclarecimentos, antes da instauração do processo; Parágrafo 2º Na oportunidade dará ciência ao denunciante. Art.6º O processo será encaminhado, comissão responsável ou órgão competente, acompanhado de breve relato elaborado pela Secretaria Executiva. Art.7º Se recomendado o arquivamento, este deve ser apresentado à Plenária, para devida deliberação. Art.8º Reconhecida a conexão da denúncia com outro processo em análise, ela será apensada ao processo original. Art.9º Instaurado o processo, o Conselho deverá notificar, para

manifestação e, ou esclarecimentos: I - o denunciado, se conhecido; II - os gestores públicos; III – os dirigentes de entidades privadas IV - os conselhos de assistência social; V - outras pessoas, físicas ou jurídicas, que possam esclarecer sobre o objeto da denúncia; VI - os demais conselhos de políticas públicas e de direito, quando necessário; VII - outros órgãos. Parágrafo - 1º A notificação ater-se-á apenas ao ato ou fato objeto da denúncia. Parágrafo 2º - De acordo com a natureza da denúncia, as notificações citadas nos incisos de I a VII poderão ser emitidas em momentos distintos. Parágrafo 3º- O prazo para manifestação será de 30 (trinta) dias corridos, a contar no dia seguinte ao recebimento da notificação comprovado na via de Recebimento – AR. Parágrafo - 4º Após o recebimento das manifestações, havendo necessidade, poderão ser solicitados pelo CEAS esclarecimentos complementares, que deverão ser atendidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do dia seguinte ao Aviso de Recebimento – AR. Art.10. Terminada a fase de instrução disposta no art.9º, a comissão responsável retomará a análise do mesmo. Art.11. Caso seja necessária verificação no local, a comissão responsável pela apuração indicará um ou mais conselheiros, que deverão apresentar relatório circunstanciado no prazo de 15 (quinze) dias corridos de sua realização ou no intervalo da realização das reuniões ordinárias do CEAS. Parágrafo único. A verificação no local poderá ser acompanhada por técnico com conhecimento especializado ou correlato a matéria. Art.12. Apuradas as denúncias e comprovadas a veracidade do seu objeto, a comissão apresentará a Plenária para deliberação dos encaminhamentos para imputação de responsabilidade pelo órgão responsável pela fiscalização e aplicação das penalidades legais, ou medidas de correção para as irregularidades, acompanhada de relatório circunstanciado contendo suas conclusões. Art.13. Não constatado indício de ocorrência do objeto da denúncia, a Comissão deverá conforme disposto no art.7º, pronunciar-se junto a Plenária pelo seu arquivamento. Art.14. A manifestação de ato ou fato que não caracterize denúncia, mas que contenha questões que devem ser discutidas pelo CEAS, será remetida à Comissão Temática afeta ao assunto. Art.15. A natureza das denúncias será definida e disciplinada em Resolução específica. Art.16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art.17. Fica revogada a Resolução n.º 363/2011 do Ceas/MG. **Simone:** Nós tivemos destaques no artigo 2º, 4º, 9º, então vamos discutir. No artigo 2º foi pedido destaque, eu queria perguntar pro Helder se quando vocês fizeram a proposta sendo que é vedado o sigilo do denunciante vocês estavam se referindo a denúncia ou quem denunciou. **Helder:** De quem denunciou, estou vendo a redação aqui mas a ideia é de quem denunciou. **Simone:** Então tá, nós estamos aqui preservando o nome de quem denunciou, foi até o pedido aqui no conselho. Outra dúvida minha é no artigo 4º, o que vocês querem dizer que as denúncias serão protocolada da secretaria executiva do Ceas, isso quer dizer o quê? **Marta:** Para instalar o processo, para início do processo todas as denúncias precisam ser criadas protocolos e a partir dele instaurar o processo então para marcar a restauração do processo a protocolização, a protocolização necessariamente não é por ofício ou encaminhamento individual, manda um email, cria-se um protocolo de entrada do

email seja o que for, aí instaura-se o processo, a ideia do artigo era essa, aí o protocolo é o primeiro documento de entrada do processo no conselho. **Simone:** Vou pedir a Consolação para explicar como se dá o protocolo no Conselho Estadual de Assistência Social, acho importante. **Consolação:** A gente recebe por email, por correspondência as demandas, as denúncias chegam pra gente dessa forma, assim que chega elas são protocoladas a gente tem o arquivo eletrônico que tem lá por data, direitinho o assunto a quem foi encaminhada aí elas carimbam que a gente chama de dar entrada na documentação aí chega pra mim e eu despacho tudo com o presidente, isso qualquer matéria já tem esse fluxo dentro do conselho de recebimento e de encaminhamento. **Simone:** Sugiro aqui então que a gente inclua as denúncias serão protocoladas por meio físico e/ou eletrônico na secretaria executiva do Ceas, só para ficar claro. Eu também destaquei o artigo 9º pelo seguinte, eu nem sei se é aqui mas como passou pela minha cabeça foi aqui então eu destaquei foi aqui, tem um debate nosso aqui de que muitas denúncias elas são quase que uma tradição dos conselhos municipais em quererem, em acharem, que o conselho estadual é uma instância recursal e ele não é uma instância recursal, tem coisas que vamos chegar aqui que não são de competência do conselho estadual de assistência social, eu não vi, vocês pensaram quando aconteceu isso, eu não vi previsto aqui. **Marta:** A gente aqui foi disciplinar o processo que também estava precisando ser disciplinar do conselho porque era muito longo de apuração de denúncias, a natureza das denúncias vão ter que ser reguladas por meio de uma outra resolução para dar conta de todas as claras competências do que o conselho estadual tem em relação a isso, então a gente já seguiu em um artigo que uma outra resolução vai tratar desse tema. **Simone:** Eu queria sugerir coordenador que vocês avaliassem, a resolução 14 ela está nos considerando, é importante colocar porque tem que deixar ela em algum lugar, claro nem que seja no considerando ou no artigo de que o conselho estadual de assistência social não é uma instância recursal, porque o que tem de denúncia, querem resolver o problema que não resolveram lá no município. Esse parágrafo 4 aqui toda vez que a gente colocou prazo em resolução foi um tiro no próprio pé, toda vez, então eu queria saber se foi pensado aqui a concretude disso, a viabilidade, a concretude, isso aqui é viável porque aí a gente coloca esse prazo de 15 dias e depois não consegue cumprir, tem que anotar de uma vez a solução ou pelo menos responder aos órgãos de controle porque que a denúncia está aqui a tantos dias se a gente não cumpriu esse prazo, eu queria saber porque esse prazo, se vocês estudaram isso aqui. **Marta:** Este prazo Simone, é para quem nós vamos notificar e não prazo do Ceas de análise da denúncia, porque? Porque as vezes a gente faz a notificação e as pessoas não respondem, então se a gente puder ter isso disciplinado em resolução a gente pode invocar essa disciplina para a pessoa cumprir o prazo e ela pode pedir prorrogação de prazo isto não está previsto em resolução mas o indicado pode pedir prorrogação de prazo quando ele pede é que o prazo as vezes também pode ficar pequeno ou se o conselho precisar de mais novo esclarecimento o prazo reduz para 15 dias úteis e não mais corrido com era no artigo anterior, a ideia era essa. **Simone:** Eu entendi a ideia mas você não respondeu a minha pergunta esse prazo é cabível

dentro da rotina, foi discutido isso, eu quero saber se esse prazo é cabível, nós temos AR, AR sai nesse prazo, essa rotina se é possível, se foi discutido lá na SPGF. **Consolação:** Pra prazo tem que ser com AR e aí então eu prontifico se for pra consultar a Superintendência pra ver a viabilidade disso do AR ser encaminhado no tempo necessário para que a gente possa não atrasar a à apuração. **Simone:** O artigo antes também caso seja necessário a verificação no local a comissão responsável pela apuração indicará 1 ou mais conselheiros que deverá apresentar relatório circunstanciado, aí também coloca prazo de 15 dias dos corridos de sua realização ou intervalo de realização de reuniões ordinárias do Ceas, isso aqui também achei o prazo também aqui muito curto, fiquei em dúvida, tem cidade em Minas Gerais demora 1 dia pra ir, 1 dia pra ficar e 1 dia para voltar, e ainda diz que vai ser conselheiros e ainda diz que pode ser 2, então depois a gente resolve e não consegue cumprir eu só estou querendo saber se a comissão discutiu esses prazo, essas coisas. **Déborah:** Eu vou colocar mesmo o destaque do parágrafo I que tem que haver com isso também, inclusive de uma situação que aconteceu aqui já, que a gente foi apurado nos conselheiros no local depois houve uma discussão se era o melhor caso ir conselheiros não era, e então eu queria propor que eu acho não deveria ficar definido dessa forma, a comissão indicará a apuração por conselheiro ou por gestor ou por diretoria regional ou por conselho municipal de assistência social acho que deixar mais opções, porque inclusive tem situações que a gente pode solicitar o conselho municipal que faça visita e que mande o relatório ou o gestor da Sedese, técnico então eu acho que esse parágrafo não deveria existir que verificação poderá ser acompanhada e o técnico fica lá, dependendo da denúncia a comissão avalia o que é melhor, ir conselheiro, precisa ir conselheiro ou as vezes um técnico resolve, ou enfim, eu pensei em deixar assim. **Consolação:** Proposta de redação, no artigo 11 acho que pode contemplar, caso seja necessária a verificação no local a comissão responsável pela apuração indicará 1 ou mais conselheiros que deverão apresentar relatório circunstanciado com a celeridade devida que o caso requeira porque pode variar de caso a caso e com o que a gente consiga no parágrafo único acrescentaria a verificação do local poderá ser apoiado por um técnico especializado ou com relato da matéria por meio de solicitação à secretaria, a Sedese, então abre para ser do Ceas essa possibilidade. **Déborah:** Não resolve o meu destaque não. **Marta:** Pra sistematizar o que você está falando Déborah aí esse caso é caso da notificação você pede a Sedese para ela apurar o fato e se ela diz assim eu vou precisar de uma visita aí é uma coisa, agora aqui se a denúncia ainda não estiverem clara os documentos, as respostas demandar uma visita então aí você não pode delegar a outro órgão uma denúncia que você está apurando, entendeu, então são coisas diferentes, aí porque nós fizemos esse prazo, é pela experiência que a comissão de normas tem feito com relação as barragens então sido descumprido necessariamente esse prazo foi muito mais com esse espírito ou entre as plenárias entre uma e outra, ou 15 dias pode ser pode vir por email ele protocola então tem todo um processo muito mais nesse sentido porque a Normas já experimentou. **Simone:** No meu caso a minha pergunta era com relação ao prazo então vocês me responderam não é viável já é uma prática então por mim já está

resolvido eu retiro o meu destaque aí vem a questão da Déborah. **Déborah:** Eu entendi isso, agora eu acho que precisa ficar claro aqui qual é a situação que vai ser necessária a verificação, caso seja necessário você já teve a avaliação do município você já teve isso, porque eu estou me referindo de uma situação que aconteceu aqui mesmo porque no momento a plenária falou poxa nós temos conselheiros dessa cidade porque os conselheiros não vão lá, vai ser isso, qual é o critério para ser necessário uma visita, caso não tenha ficado claro então tinha que ficar mais específico isso, é uma resolução não só pra esse pleno, vai ficar, que casos que são necessário. **Marta:** Está lá na sequência Déborah, terminada a fase de instrução que a gente faz as notificações, instrui o processo com as respostas, faz análise das evidências que as pessoas trouxeram em defesa ou que mandaram informações complementares, ainda sim não está claro para a comissão poder tomar uma decisão, aí ela demanda uma verificação aí não é qualquer conselheiro é pra comissão que foi distribuído o processo, que tem que haver com o tema, tem a haver com o assunto, tem haver se as vezes é uma comissão especial, não é o que aconteceu aqui que a pessoa mora no município, aquele processo tem que ser distribuído pra aquela comissão para quem o conselheiro pertence, estou falando de escrita então vamos ver a redação também está expressando a comissão tentou trabalhar, agora se o conselheiro ou se o Ceas achar que precisa de outro técnico com especialização ou com conhecimento correlato isso é muito comum em barragem as vezes a gente precisa de alguém que nós não temos entre nós conselheiros, que não é a Sedese que dá conta disso, as vezes precisa de alguém com conhecimento específico ajude a gente nessa visita com olhar do conhecimento técnico que tem, a gente não tipificou exatamente porque a gente não consegue prever, a gente discutiu isso mesmo, e aí quem vai ser, vai ser contratado, vai ser do estado, vai ser perito a gente também acho que aí sim a gente podia fechar e aí ter condições de cumprir. **Simone:** Ok Déborah? Ok? então por favor conselheiros em condição de titularidade, por favor peguem seus crachás, por favor conselheiros favoráveis a resolução da comissão de normas, resolução para registro, resolução que dispõe sobre os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Estadual de Assistência Social, por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções, foi aprovado, uma salva de palmas, coordenador terminou seu relato? Sim? Mais uma vez também parabenizar a comissão, parabenizar a coordenação a dedicação que é muito importante, agora a gente tem uma resolução então já está resolvendo vários problemas que nós temos aqui de denúncia e agora a última comissão que fará o relato aqui é a comissão de orçamento, a nossa coordenadora ela teve que sair então a conselheira Juanita procederá a leitura da comissão de orçamento, por favor conselheira Juanita, proceda ao relato. **Juanita - Federação das Apae's:** Bom, boa tarde, a comissão de orçamento se reuniu ontem na parte da tarde nessa sala, estiveram todos os conselheiros presente exceto o presidente que está de férias, então participou Ivone, João, Simone, Wilson e eu, e nos acompanhou e apoiou a Fernanda que é técnica da secretaria executiva, na verdade a comissão de orçamento não tem nenhum ponto pra deliberação, são 2 informes de extrema importância mas ainda não é pra deliberação porque 1 é

continuada vai precisar de mais alguns encontros e o segundo já foi feita a deliberação desse pleno eu vou fazer o relato aqui para todos, então são 2 pontos o primeiro foi a discussão do parâmetro estadual de custos para acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência no estado de Minas Gerais e o segundo ponto é com relação a Assembleia Legislativa da participação do Ceas na revisão do PPAG, no primeiro ponto é a discussão do parâmetro estadual de custos para acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência no estado de Minas Gerais, somente para lembrar a esse pleno foi acordado e pactuado na reunião de setembro, a Sedese por meio da diretoria de proteção social de alta complexidade, apresentou aqui um informe com relação a proposta de celebração de novas parcerias com as Apae's que ofertam, que executam esse serviço, foi aprovado em plenária a composição de um grupo de trabalho com colaboradores da UFMG, da Federação das Apae's, Cogemas, com o objetivo de construir um parâmetro, fazer esse estudo e construir um parâmetro, tanto pra casa lar como para o Piso Mineiro pra preparação para conferência estadual do ano que vem, nesse contexto foram convidados para a reunião o professor Márcio Gonçalves, doutor da UFMG que está realizando um estudo sobre custo de acolhimento para o Ministério do Desenvolvimento Social. **Simone:** Só um instante Juanita, vou pedir aos conselheiros por favor pra gente escutar o relato, obrigada gente. **Juanita:** O professor trouxe uma parceira dele uma colega de trabalho que apoia e colabora nesse estudo foi convidado também a Federação das Apae's onde eu vim representando a Sedese, foi convidado o conselho regional de economia, a comissão de trabalho e assistência social da assembleia além do deputado André Quintão, e também foi feito um encaminhamento na comissão do mês passado que era aprimorar a resolução nº 17 de 2006 em conjunto com a Sedese e o Cedca que dispõe sobre o programa casa lar que na época que ele foi instituído, então considerando esses encaminhamentos, foi iniciada a reunião com a abertura pela nossa coordenadora Ivone, a subsecretária Simone apresentou a situação do acolhimento institucional no estado, bem como a rede instalada, a rede socio assistencial, para acolhimento dos ciclos de vida existente, apresentou esse painel, e ainda com relação ao financiamento, eu apresentei um estudo que foi feito e a metodologia utilizada pela Federação pra chegar no valor do custo que fica hoje as casas lares, o professor Márcio Gonçalves da UFMG junto com a professora Márcia Alemão que é da Cemig que já desenvolve estudos e pesquisas sobre custos de serviços da saúde, ele foi convidados pelo Ceas para estar nos apresentando o estudo que está sendo feito a pedido do MDS com relação ao acolhimento institucional e outros serviços, entretanto o que foi tratado foi somente o acolhimento institucional, participou também dessa reunião o senhor Paulo Bretas que é Presidente do Conselho Regional de Economia, o Sávio Bones que é assessor do deputado Celinho Sintroceu e demais conselheiros da comissão de orçamento, na verdade essa discussão aconteceu pela necessidade de estabelecer um custo do serviço isso já é uma realidade considerando os avanços do Suas, a necessidade de ter esse parâmetro a ideia da comissão inicialmente foi considerando a necessidade de estabelecer esse parâmetro até pela necessidade de renovar os

termos de parceria que ocorreram, no processo de discussão os 2 profissionais da saúde apresentaram uma metodologia extremamente interessante onde que eles fizeram um levantamento de todos os insumos e custos materiais e provisões necessárias para dar um atendimento, um acolhimento digno para o cidadão, ele até apontou pra gente, eu peço a colaboração dos conselheiros se eu não me recordar de tudo, que o resultado da intervenção está ligado diretamente ao custo do serviço de você ter um parâmetro do serviço, isso impacta diretamente no resultado, que preço é diferente de custo, custo é o valor real do serviço, que preço já é outra questão, não é o custo do serviço que não é quanto vale que é outra concepção, então foi essa discussão que foi desencadeada na comissão, a Federação apresentou o que já tinha encaminhado para a Sedese que foi esse estudo que a Federação já tinha sido feito, a Federação apresentou um estudo considerando as dimensões da tipificação que é com relação a estrutura física, recursos humanos e atividade, onde nós discutimos bastante e vimos a necessidade que na verdade essa discussão era só o início dela e que a partir daí ia ser demandas outras ações dentre elas a Sedese ia ver junto com o MDS a disponibilização desse estudo até porque ele vai para a Cit para ser pactuado na Cit a partir do momento que vai ser pactuado na Cit ele torna-se público e disponível para todo mundo, então nós vamos dar outros encaminhamentos com relação a essa primeira temática da comissão que é levantar e estabelecer parâmetros de custos para o serviço de acolhimento institucional, com relação a resolução nº 17 também vai ser fruto disso, mas como eu disse foi só o início da discussão nós não chegamos ainda nessa questão da resolução até porque isso precisa estar bem clara para poder propor um reordenamento dessa resolução, uma ressignificação dela, os conselheiros da comissão precisam estar bastante entendido e maduro com relação a essa discussão para trazer uma proposta para o pleno, eu gostaria de pedir a colaboração dos demais conselheiros que lá estavam se eu esqueci de relatar alguma coisa, se vocês gostariam de contribuir, podemos ir para o ponto 2 conselheira Simone pode ser? Tranquilo? o ponto 2 é com relação a revisão do PPAG que vai ocorrer na assembleia legislativa também só para trazer a memória dos conselheiros o Ceas já deliberou aqui em plenária como que vai ser a participação desse pleno com relação a revisão do PPAG, então esse Ceas nós já recebemos da assembleia a programação da revisão, inicia-se no dia 30 às 15:00 horas, onde vai acontecer uma apresentação geral do orçamento pelo governo, vai ter inscrição para participação, prazo para inscrição do dia 11 até 29/10, os conselheiros da comissão já foram inscritos entretanto é aberto para os demais conselheiros que quiserem participar desse processo e ele é bastante rico e importante. A assistência social está no parte do grupo que vai encontrar dia 05/11 faz parte do eixo temático, saúde e proteção social, além da assistência social está saúde, segurança alimentar, trabalho emprego e renda, direitos humanos, então a comissão de trabalho especificamente onde nós vamos estar vai acontecer no dia 05 que dar-se-á por meio de uma audiência pública onde vão receber todas as sugestões de propostas de emenda, como já foi deliberado por esse pleno também qual que é o indicativo da emenda e as suas respectivas prioridades a gente está

trazendo aqui só pra dar o informe para todos terem o conhecimento, então todos estão convidados a comissão de orçamento vai estar presente mas é aberto aos demais que fizerem a inscrição, e no dia 08/11 às 17:30 acontecem a sinalização desse processo que também pode participar todas as pessoas, vai ser uma debate final pra definir e priorizar a emenda da comissão de participação popular, eu espero que eu tenha lembrado de tudo, ah não, eu não estou lendo aqui só na memória mas tem um encaminhamento aqui, após discussão da comissão sugerimos que as propostas priorizadas na emenda da comissão sejam apresentadas integralmente no debate isso foi feito lá por nós e o Ceas vai reunir-se antecipadamente com a comissão de participação popular e a comissão de assistência social para apresentar as propostas e definir as estratégias com o deputado Jean Freire, André Quintão, Eduardo Bolchir, porque na verdade cada ano a assembleia utiliza de metodologias diferenciadas, como nós não sabemos ainda a metodologia, para nos organizarmos nesse dia lá do dia 05 a ideia é fazer uma conversa antecipada com eles para pensar conjuntamente qual a melhor estratégia, não é isso colegas conselheiros da comissão, então esses são os informes se alguém quiserem maiores esclarecimentos a gente está à disposição, eu e os demais. **Simone:** Obrigada conselheira Juanita está aberto, eu me inscrevi só para também fazer duas observações e também ver se a gente acerta aqui o melhor encaminhamento, primeiro reforçar o que a Juanita falou que foi muito interessante pra nós da comissão saber isso que vai ser apresentado na Cit já foi entregue para o Ministério de Desenvolvimento Social um estudo que propõe, é mais que um estudo do custo vai propor o sistema de gestão de custos, isso o que eu achei mais bacana porque o outro problema é você fazer o estudo de custo depois ele fica estagnado no tempo aí não tem nenhuma proposta de reajuste e o que foi apresentado pra nós não é isso é alguma coisa dinâmica onde os dados podem ser incluídos a gente pode inclusive incluir da forma como que a gente achar mais adequado então é bastante interessante e além disso deles estarem apresentando um sistema informatizado de gestão de custos de serviços também é muito interessante como é trabalhado a informação principalmente pra nossa área que como eles mesmos disseram eles não levaram em consideração. Aí eles viram que tem de fato 2 custos de caixa de leite, tem a caixa de leite que os meninos tomam o leite que os usuários tomam mas tem a caixa de leite também que usada no serviço de convivência nas atividades coletivas e além disso eles falaram também que eles não utilizaram doação porque quando você trata de política pública você vai atrás de parâmetros então está usando parâmetro de hotelaria, hotelaria tem parâmetro, eles falaram lá com a gente, quantas roupas de cama tem que trocar por dia, quantos lençóis, então é outro parâmetro então isso trás pra nossa área também um cheiro de política pública fantástico que eleva o patamar e como a Juanita falou que eles falam com a gente olha preço é uma coisa custo é outra, então quando eles estão trazendo custo eles estão trazendo custo de parâmetros já estabelecidos de cidadania, de patamares já estabelecidos e reconhecidos, então é muito interessante e outra coisa que foi muito interessante porque eles estão fazendo custo de acolhimento e a Federação das Apae's também apresentou já algum tempo pra Sedese um custo

que eles fizeram e que a metodologias aproximaram bastante o custo do serviço, o que eles apresentaram ficou um pouco maior não é uma coisa discrepante então dá uma tranquilidade também para o conselho estadual, para Federação, para Sedese que a gente está trabalhando com parâmetro que nos deixa mais convictos para correr atrás para aumentar os recursos do programa da Casa lar em Minas Gerais. Então essa é uma questão é claro como a Juanita colocou a comissão de orçamento vai ter que debruçar para ver como ela vai dar prosseguimento na sua tarefa que acho que ela começou muito bem a discussão, isso é uma coisa a outra é a concretude da vida humana, a batalha pelo orçamento que a gente discutiu porque é o seguinte viu gente, o custo da Apae de Belo Horizonte, Apae de Minas Gerais ela estabelece R\$28.000,00 numa casa/mês a Sedese financia R\$15.000,00 hoje e vai financiar R\$18.000,00 no ano que vem, então tem uma defasagem entre o que financia e o que quanto custa de R\$10.000,00 mês por casa, então o que nós discutimos na comissão que é importante, primeiro a gente decidiu que a gente vai levar os R\$10.000,00 que faltam já pra gente tentar conseguir pro ano que vem por casa lar, essa é a primeira decisão que a gente tomou, porque a gente ficou em dúvida, será que a gente leva tudo, não, e o próprio assessor do deputado Celinho que é coordenador da comissão de participação popular ele próprio nos falou, não, vamos levar a proposta de vocês toda, e também os professores que estavam aqui eles falaram olha até para vocês conseguirem é bom que os deputados saibam quanto custa, se for precisar negociar vocês negociam, mas é importante ter o custo total de serviço, mas como a Juanita relatou essa proposta que nós tiramos na comissão agora se vai acontecer isso lá depende da metodologia como a Assembleia vai conduzir, e aí o que eu queria ver com vocês, porque o Conselho Estadual ele já inscreveu a comissão de orçamento para poder participar mas quem conhece a dinâmica lá eu já participei umas 4 vezes sei que todo ano é diferente mas tem uma coisa que não faz diferença, quanto mais gente estiver lá melhor, isso aí seja lá qual for a metodologia né Consolação, ano passado mesmo nós ficamos apertados que teve uma divisão lá que a gente não tinha gente para todos os grupos, então a minha sugestão é ver quem mais pode e aí se puder ir como entidade, é bom, sem ser só o Conselho Estadual, por exemplo a Federação das Apae's ela vai fazer a inscrição da Federação, o deputado Eduardo Barbosa já falou comigo que ele vai para participar também isso também dá uma força pra nós grande, aí tem que ver se as outras entidade também podem se inscrever, eu até sugerir que fosse feito o convite pelo Conselho, para o Cogemas, pra Urcma que pode ser só sociedade civil, pros Fóruns, aí tinha que ver quem pode participar o dia inteiro no dia 5 na Assembleia Legislativa, então eu queria fazer essa proposta pra gente discutir. **João:** Lembrando gente, que a gente conversou hoje um tempo com a nossa coordenadora e ela me lembrou uma coisa que não adianta também ir também só com comissão porque nós não vamos ter gente pra todos espaços de discussões e aí fica prejudicado o orçamento justamente pra onde a gente mais defende que é pra assistência social e aí ela falou o seguinte, nós temos até dia 1º para fazer essas inscrições nós temos que lembrar do prazo é até dia 1º quem puder participar além da comissão que já está inscrita e eu proporia aqui que a

gente fizesse o convite para nossa Federação, pra Fasemig porque a doutora Ana Luiza está defendendo isso também para o Conselho da Criança e do Adolescente porque eu acho quanto mais entidades nós tivermos no espaço discutindo a política pública da assistência melhor para gente pontuar os recursos, porque é como disse o assessor do deputado, não importa quanto que a gente vai propor mas se eles não tiverem o conhecimento eles nunca vão votar aquilo que a gente está buscando, eu só queria fazer esse lembrete da data viu gente, é até dia 1º que tem que fazer a inscrição. **Simone:** Mais alguém? **Elerson:** A Cris está ali mas a gente tem que pensar numa mobilização das entidades também do Fóruns Estadual das Entidades de BH e também na região metropolitana estadual para gente comparecer lá e fazer uma força, nós vamos sim, o que tiver na nossa parte pode contar. **Simone:** A Cris está aqui gente? Meu Deus do céu, que tiro foi esse gente. **Isac:** Eu queria é me deixar a disposição também enquanto usuários, pelo Fórum, conversar com os usuários também daqui da região pra ver podem participar. **Silvana:** Só lembrando que a inscrição à pedido da nossa colega do Ceas é até 31 porque dia 1º é feriado. **Simone:** Então nós vamos aqui ter uma representação de Fórum de Entidades, Fórum dos Usuários e o Irajá também está se disponibilizando a ir, o sindicato também dos trabalhadores, o Fet, o Cogemas, não esquece também de pedir a Urcmas para mandar representação e o Conselho Municipal de Assistência Social de BH que é bom também. Ok ? Terminou Juanita, tudo certo. Então por favor gente peguem os crachás, conselheiros favoráveis ao relato feito pela comissão de orçamento por favor levantem o crachá, podem abaixar, contrários, abstenções. Palmas para a comissão de orçamento, gente. Muito bem, eu vou convidar agora a conselheira nacional de assistência social, a nossa querida Sandra para que ela possa vir aqui Sandra, por favor para ela fazer um relato da pauta do conselho nacional da sociedade civil, senta ali Sandra por favor, fica à vontade. **Sandra:** É boa tarde a todos, em junho quando eu passei a compor a CNAS eu me comprometer de vir as plenárias oficializando mês passado eu tive um probleminha, encontrei com todos os conselheiros aí, problema sério acidente na família, não pude vir mas hoje eu vim falar mais rapidamente gente, primeiro que eu gostaria neste momento de estar no meu ninho junto com vocês diante de todo quadro que a gente está vivendo e falar um pouquinho para vocês de como estava o clima lá que quando chegamos segunda feira lá a cada estado, cada região ali representado por entidades, trabalhadores, usuários, fazendo, socializando, um pouco desse resultado do primeiro turno e frente a esse cenário de resto aí que está se apresentando e como que a gente tem que renovar as forças para alternar isso, mudando, virando então assim a gente não sabia quem que estava mais chocada, estarrecido, triste, ia pro lado do Rio de Janeiro nós choramos mesmos, os conselheiros da sociedade civil falando, Minas Gerais então, todos assim perplexos, Rio de Janeiro, foi gente do Sul, Paraná, então assim cada um fazendo porque não tinha como parar um momento de fazer aquela reflexão desse cenário que vai impactar muito na questão do controle social, então nós ficamos eu falei assim eu tenho que ir lá nem que seja um pouquinho hoje para falar porque na verdade eu quero estar nesse ninho que é o ninho de Belo Horizonte de Minas Gerais onde que

eu me fiz, apresento a Simone que ela sabe do conselho municipal onde que eu aprendi, pude colaborar e no CNAS depois que a gente fez nossa reunião eu disse vamos nos reerguer e vamos continuar vamos para os trabalhos eu cheguei aqui e está todas as comissões trabalhando e assim nós fizemos, mas só um ponto porque não dá para falar de todas as comissões gente, mais um ponto que eu quero falar aqui essa plenária, esse momento agora do mês de outubro ele foi mais a incidência política que nós fizemos no congresso, foram 3 dias de incidência na câmara, nas comissões por conta do orçamento, o corte do orçamento, o que está aí dos 20 anos, da suspensão a gente está tão confusa porque é tanto assunto mas eu queria falar o seguinte na audiência pública que nós fomos, a gente lutou muito por isso aqui, eu trouxe o cartaz, aqui de 1% que é a PEC do Suas que a gente foi lá fazer uma incidência junto na frente parlamentar de assistência social, teve uma audiência pública o conselho paralisou, na verdade ele paralisou e foi atuar em outro lugar que foi lá no congresso para poder estar falando do absurdo assim de ser 1% da gente estar com o pires na mão pedindo isso, eu lembrei que teve representante de trabalhador falando que foi a Margareth do Rio de Janeiro, de usuário, de entidade a Norma, que é presidente do conselho e antes da nossa discussão eu falava dia 17 a gente estava comemorando, pode falar comemorar o dia da erradicação da pobreza, no dia 17 de outubro tem essa data, e eu falava que a contribuição que a assistência social deu para o Brasil no sentido de resgatar isso e a gente vendo tudo se perder, então foi mais esse pleno agora desse mês foi muita ação política, dividimos, eu fui para a comissão do idoso na terça feira, conselheiros e representantes de usuário lá na comissão dos deficientes, tudo pra gente falar e insistir nas emendas parlamentares, o Eduardo Barbosa ontem 3 e meia da tarde já mandou resposta falando das 4 que foram aprovadas, foi o deputado que já deu uma resposta imediata para o CNAS e a gente trouxe esse cartaz aqui é porque a gente está sendo desincluindo gente, é um absurdo é 1% que a gente está pedindo e teve lá os representantes também parlamentares que é o deputado Danilo que é o presidente da comissão depois do finalmente nós fomos no gabinete do Patrus ele não pôde ir, mas teve Lindemberg do Rio de Janeiro teve vários falando defendendo o Suas e falando que não podia de ser em todos os discursos do momento que a gente está vivendo do ataque a democracia, aos direitos humanos e naturalmente ao Suas, então pra falar que esse pleno foi isso cada comissão trabalhou seus temas específicos eu estou no acompanhamento de conselhos estamos terminando um plano até dezembro para apresentar olhando as questões do acórdão que apontou, nós temos a responsabilidade de dar a resposta estamos fazendo um plano do próximo 1 ano e meio, 2 anos de ação nesse pleno que está lá da sociedade civil, todos conselheiros, cada comissão está trabalhando o seu plano que é pra poder dar resposta ao acórdão mas para além do acórdão a resposta que a gente está propondo, e se precisar ter extraordinária em novembro a gente já falamos que nós vamos solicitar, a gente tem que fazer a convocação da conferência, nós temos agindo como se nada estivesse acontecendo porque ali é política de estado a gente não vai deixar isso se perder ao longo do caminho seja qual governo, aí tiramos esse compromisso de cada um nos seus estados trabalhar

intensamente para gente reverte esse quadro porque já está sendo um ataque já foi um desmonte e o cenário adverso que está se instalando a gente não vai deixar acontecer pela nossa vontade, nossa luta, mas o CNAS posicionou, sociedade civil bem unida com ele, a secretaria muitos já desanimado, alguns já falando que vão voltar para os seus respectivos, trabalhadores que não são efetivos já pensando até nos seus projetos pessoais mesmo, assim com muito medo se tiver esse cenário adverso nesse período de transição que ninguém quer participar dessa transição, então assim um cenário que a gente não sabe mas agindo assim como está aqui, trabalhando ativamente, dividindo os conselheiros, ficamos 3 dias fazendo incidência no congresso, comissão do idoso que eu participei, comissão do deficiente, para poder falar das propostas e uma que nós já ficamos felizes que o Eduardo Barbosa apresentou embora pelo rito lá eles passam para uma comissão mista né Simone, ainda vai passar essas emendas pela essa comissão mista que podem ainda sofrer cortes, ataques mas a gente falando disso e nesse momento eu tenho que ir bem rápido para não atrapalhar vocês aqui nos seus trabalhos é isso gente que Minas Gerais tem uma história, a gente está nessa luta e os conselheiros da sociedade civil como um todo representando o Brasil todo, também muito chocados a não se os do nordeste, nós não vamos mudar não, a gente vai ficar no nosso estado não vamos mudar e ter mais resistência ainda e eles no nordeste e a gente estarecido, triste mas eu falei gente nós não podemos desanimar, e aí agora a resistência vai ter que se apresentar com maior força e a gente tem esperança que vai virar, cada comissão está sendo trabalhadas temas afins, a comissão de acompanhamento de conselhos começou juntamente com a comissão de normas mas nós também fizemos todo movimento de não passar depressa que é a revisão da 237, a criação dos conselhos já é uma questão que já envia desde a mais tempo que a gente tem que rever a 237 mais é nesse momento a toque de caixa que nós vamos estar revendo essa resolução do CNAS que fala diretamente da composição dos conselhos, funcionamento dos conselhos então também a gente não deixou as coisas caminharem rapidamente no sentido de toque de caixa, vamos com calma começamos só trabalhar essa resolução os apontamentos tudo que já estava sendo feito e inclusive eu estou na comissão também de acompanhamento das deliberações das conferências nós estamos olhando uma a uma, nós temos dezembro para entregar nós estamos divididos e a gente verificou também que para além de olhar as deliberações que saíram a gente viu que a gente pode propor e eu falei que eu vinha aqui para o estado pedir ajuda aos universitários, de como melhorar e aperfeiçoar mais os processos de quando sai as propostas porque sai muito coisa misturada, assim proposta de um, proposta de outra e se a gente não aprovar ela toda não der resposta pra todas é como se a gente não estiver estar olhando, então nós vamos fazer propostas para aperfeiçoar o processo da conferência eu já falei eu vou para o meu estado que eu vou conversar com o Ceas com o município também que pode estar trazendo, apontando elementos para a gente estar aperfeiçoando o processo da conferência, então está nesse pé e a gente ficou muito ausente de pleno porque nós estávamos fazendo incidência mesmo no congresso e falar pra vocês que por mais que a gente fica abalado com

tudo a Luanda aqui eu fico trabalhando com ela no zap então o que acontece, a gente entende que por ser de Minas Gerais e ter toda essa história que a gente representa a gente é que temos que fortalecer, levantar a cabeça, e nos fortalecer, venha o que vier, a gente vai estar bem firme amanhã nós já estamos socializando de todo esse movimento que vai ter no Brasil, amanhã aqui em Belo Horizonte as 14:00 horas na praça 7, a gente está dividindo e o Brasil todo unido a gente ver se consegue dividir porque a gente pensa que é uma coisa simples que não vai atingir mas vai ter impacto e antes que a gente escuta por aí e ouve diretamente no controle social, tem uns que falam que já está tudo marcado que não é ele que governa que é um golpe do estado, está saindo coisa de tudo quanto é jeito lá em Brasília em dimensão do que pode estar vindo caso a gente não consiga reverter o caso, mas eu sou uma pessoa de esperança, de utopia, e falo não vamos diminuir não, está no site a Margareth que fez o relato dos trabalhadores com muita propriedade mas a gente reuniu antes um usuário que fez o relato e ainda falou no meu estado teve gente que ganhou casa na “Minha casa minha vida”, está no bolsa família e votando contra o **Haddad**, tem ele como representante do usuário, então falou assim cada coisa que está acontecendo parece que está sendo levada para o ódio, mesmo no Nordeste ainda teve alguns votos lá contrários, desculpa não pode falar não? Desculpa gente, a gente vai empolgando mas qualquer coisa pode vir inclusive pode vir as coisas tudo, que agora na hora que vai fazer as proposições brincamos lá numa roda de fuga porque a gente não ficar aqui sendo governado, aí nós vamos fazer o seguinte, eu vou falar que não tem problema não que meu nome está no PGR enquanto o fórum nacional da criança e adolescente junto com 4 entidades lá e todo fórum nacional que denunciemos na procuradoria do que ele mandou jogar o estatuto da criança na latrina e com as fotos de crianças, nós fizemos tudo verificamos que não era feito isso pra não dizer que a gente está fazendo uma denúncia sem embasamento e com coisa falsa, e eles falavam vocês vão ser a primeira a ser perseguidas porque nós assinamos 4 entidades e muito antes de saber o resultado de primeiro turno lá no início quando começou atacar a legislação a gente pensou no Brasil e a criança e adolescente ele bateu de cara na violação que vocês todos viram falaram desse jeito o **estatuto** tem que jogar na latrina foi essa a expressão, então nós fizemos a carta, fomos lá não tem problema perseguir não, a gente tem amigo e a gente sabe se esquivar eu só penso assim que foi um momento dessa política pra não falar de cada comissão e nas próximas eu trago mais dividido porque na verdade a gente ficou mais foi nisso mesmo e que a gente achou nesse momento mais importante, obrigada Simone, estou aqui e vamos que vamos né gente. **Simone:** Bem Sandra, olha só, são 2 coisas, primeiro teve um corte de 50% inclusive dos benefícios no orçamento do ano que vem e a luta é pra isso pra gente poder tentar reconstituir o orçamento do ano de vem, 50% desse ano e 50% a mais para o ano que vem, lembrando que nós estamos sobre o ordenamento da emenda constitucional 95 que reduz os gastos por 20 anos e ano a ano nós vamos sofrer cada ano menos orçamento, então nosso cenário não é um cenário dos mais favoráveis, pelo contrário por isso mesmo Sandra eu queria fazer 2 observações do debate que fizemos aqui nesse pleno, primeiro eu acho que com

todo o respeito Sandra, que a melhor coisa que a comissão de monitoramento tem que pensar para melhor as conferência é pensar como que o Ministério vai respeitar as deliberações da conferência porque sem respeitar aí fica complicadíssimo, é uma coisa que vocês tem que discutir mesmo, merece uma oficina lá se você permite uma sugestão deve chamar pessoas lá, entidades, principalmente entidades, Ministério Público, os defensores público da defensoria pública da união, não sei se ainda tem lá a secretaria nacional de participação popular, não sei acho que vocês devem pensar num grupo pra discutir essa coisa da legitimidade da conferência porque o grande problema é que a conferência ela está desacreditada, muito complicado, então o mais que o método acho que realmente nós temos vários, acho que nós estamos avançando bastante mas foi colocado em questão a partir do momento que o Ministério fez uma nota técnica do jurídico colocando questionamento do caráter deliberativo da conferência, então isso é muito, muito complicado, a outra questão é a gente convocar a conferência, então vocês vão convocar a conferência esse ano, vai convocar a conferência porque nós também tiramos aqui a decisão de ver que se a gente convoca também a conferência para o ano que vem que vai ser uma luta danada, por motivo do funcionário que virá mas também pela forma que foi conduzida as deliberações da última conferência, então eu queria que você falasse pra nós sobre essas duas coisas. **Sandra:** Sobre esse caráter mais para além do método na primeira reunião que teve tradicionalmente eu já dou meu supito porque o que estava sendo falado lá é a questão da viabilidade/viabilidade, é viável/ não é viável, então mais a nível do governo, não é a sociedade civil que estava lá, aí teve um momento que eu falei para Aldenora que ela é coordenadora, ela é representante dos usuários que a nossa comissão ela tinha que ir muito além disso, porque ali é instituinte se a gente tivesse governo está vendo o que é viável, ou o que não é viável, nós temos que ver é viável então o que a gente vai propor para ela se tornar viável ainda que tenha que mudar a legislação, está mudando as coisas aqui, chega aqui de decreto de tudo e a gente está envolvido porque que a gente enquanto conselho não pensa até propor se tiver que mudar aspectos na legislação mas estava isso, isso aqui é instituído já ou não pode ter um movimento instituinte aqui dentro dessa comissão, foi o que eu falei lá chamando atenção porque o governo fez todo um estudo antes trazendo tudo sobre viabilidade e viabilidade no sentido, uai nós vamos dar essa resposta para a conferência, pra toda nossa conferência já está falando da conferência daqui a pouco pra que está fazendo porque se tudo é viável tudo que a gente está pegando de proposta dos municípios e do estado, então no primeiro momento foi isso, porque estava um pouco nesse sentido e vamos convocar a conferência porque a gente acha que a gente tem que estar trabalhando normal dentro do que está politicamente, legalmente instituído e é o momento da conferência agora o pra frente o que vier e se vier aí nós vamos estar buscando outras resistências, mas o que foi falado dessa questão das propostas Simone é muito assim, coloca-se um dado sobre um determinado tema, ali já coloca como, ela já tem proposta eu falei assim gente isso está vindo dos municípios, do estado, a gente tem que entender, aí a gente desmembra e vai estar tirando para cada sub item da deliberação a

proposta eu posso até passar para vocês aqui, para depois ela voltar para proposta inicial para deliberação como um todo, porque teve esse movimento mesmo de viabilidade, inviabilidade eu fiquei escutando isso um pouquinho Aldenora estava coordenando, eu fui e falei assim não, eu não estou aceitando isso aqui não, parece que a gente vai escutando isso pode isso não pode vai isso é possível, vai ser possível a gente propõe é o nosso trabalho, agora lá na frente as outras instâncias vai levar para todas as instâncias para ser alterado aí fazem críticas foi feito algumas críticas sobre essa proposta que se repete, eu falei vem cá porque está aparecendo de novo não estou me lembrando se está aparecendo de novo é porque não foi realizada isso a voz do usuário que está lá na ponta que vem do município que vem do estado que ela não está vendo isso lá não está sentindo que é para negociar então é por isso que repete se está aqui já é uma vergonha igual essa questão do 1% que eu falei é uma vergonha a gente pra ter a bolsa legal e a gente está pedindo de pires na mão 1% aí os deputados que estavam lá cada um falava dos subsídios, da ajuda para os empresários, da questão mesmo mas foi tanta coisa e eles questionando 1 bilhão coisa simples para a assistência social e muito reelegeram ou não falando do cenário sombrio que vem por aí, mas a gente está atento Simone e essa proposta para a conferência eu falei eu vou para o meu estado pedir ajuda para os universitários porque tem tarimba, tem história, pra ver o que a gente pode propor, ainda falei vou levar pra ao Ceas para o conselho municipal também vou buscar sentar com as pessoas conversar, como você está falando propor até uma oficina com a Eleonora, a gente ver os nomes, porque pra gente levar a voz de Minas eu sempre quando falo Sandra, **Fernando Bretas** trabalhador de Minas Gerais, porque Minas Gerais? Porque eu sou de Minas Gerais que a gente tem história a gente fez história aqui e só um detalhe a audiência nós fomos e falou não mexe com isso não vamos lá no nosso deputado, Patrus Ananias pode falar né gente, aí fomos lá no Patrus rapidamente uma comissão falar com ele que nós estivemos lá e ele justificou porque ele não pode ir e falei que nós estamos na luta e já estava vindo embora aqui porque a gente estava na agenda aqui e se vier questões pra mim não tem problema não a gente responde, a gente responde tranquilamente nós já vamos responder lá pelo Fórum Nacional e a minha filha agora é advogada e falou assim me chama mãe que eu vou te defender, você me chama porque a gente não pode ter medo não, tem que levantar a cabeça e eu vou sentar aqui em outro momento pedir a Consolação para justamente para trazer essa indagações, essas questões eu falei eu quero buscar os universitários que fizeram história nisso aqui, os conselheiros disseram a coisa mais linda, Patrus a gente queremos você de volta no Ministério falando pra ele sabe, foi muito emocionante, rapidinho que ele lá um atrás do outro lá naquele gabinete conversando com ele, mas porque a gente acredita e tem que conversar com as pessoas que fizeram história no Suas na assistência social do Suas e colocando nesse patamar e dia 17 é o dia da erradicação da pobreza a gente está aqui deu uma contribuição maravilhosa e voltando aí a miséria voltando a mortalidade infantil voltando tudo e ainda a gente pedindo 1% ainda tem que ficar fazendo audiência com o pires na mão pra assistência social, a gente disse na nossa reunião que a gente deveria ter

vergonha porque a política de assistência social ela expressa, que agora é um direito que antes era caridade é mais na benevolência ela expressa o que nós já fizemos, o que nós dividimos o que nós não sabemos fazer e assistência social vem para corrigir então é um público e falamos também que a demanda só está aumentando e o corte do orçamento, fala assim parece que está um a coisa totalmente contraditória então foi muito política esse momento e eu vou sentar para trazer as coisas tá Simone, agradeço o momento, e a gente está meio assim porque está todo mundo chocado falando muita coisa, agradeço o momento, muito obrigado gente. **Simone:** Então gente nós terminamos a nossa pauta, eu agradeço a todos a colaboração no dia de ontem, no dia de hoje, que vocês tenham um bom retorno para suas casas, um bom retorno, e que a gente possa votar no segundo turno com nossa consciência, com mais que nossa consciência porque consciência a gente tem, mas com nossa consciência junto com a classe trabalhadora, a nossa consciência é para o estado forte e que protege os mais pobres e vulneráveis, então um abraço e até a próxima plenária.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Ana Cristina de Resende Dias	SEF	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo	CMAS Juiz de Fora	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	
Cecília de Araujo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
César Augusto Calinçani Pereira	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Cristiane Isabel Felipe	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora - IMSNS	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Elerson da Silva	Caritas	
Deborah Ackerman	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Gilberto Donizete Ribeiro	Cogemas	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	

Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	SES	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim - ADEFIB	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS Leopoldina	
Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues	Seplag	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Silvana Célia de Campos	Secretaria de Estado de Educação - SEE	
Simone Aparecida Albuquerque	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE	